Xoán González-Millán:
A projeção de um pensamento crítico

Xoán González-Millán:
A projeção de um pensamento crítico

Arturo Casas, Isaac Lourido
e Cristina Martínez (eds.)

ATRAVÉS
editora

ATRAVÉS das ideias 14

Xoán González-Millán: A projeção de um pensamento crítico

1ª edição, setembro 2023
© 2023 AGAL
© As autoras e os autores

Associaçom Galega da Língua
Santiago de Compostela (Galiza)
atraves@a.gal
www.atraves-editora.com

ISBN: 978-84-16545-87-2
DL: C 1246-2023

coordenação editorial: Víctor Giadás
adaptação e revisão textual: Joana Palha e Víctor Giadás
ilustração de capa: Artemio Lándoas
diagramação: Miguel Durão
impresso na galiza: Sacauntos Cooperativa Gráfica

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Índice

Arturo Casas, Isaac Lourido e Cristina Martínez:
«González-Millán: Trajetória, relevância e atualidade» | 9

Helena González: «Notas para ler (como feminista) *Resistencia cultural e diferencia histórica*» | 25

Álex Alonso Nogueira: «Discurso, hegemonia e linguagem:
González-Millán e a teoria da cultura galega» | 45

Arturo Casas: «Sociologia histórica e sociocrítica
em González-Millán: configurações a partir da diferença
histórico-cultural» | 69

María Liñeira: «O consorcio dos múltiples diálogos:
O pensamento de Xoán González-Millán a respeito do critério
filológico no exílio republicano galego» | 95

Pablo Pesado: «'Do nacionalismo literario a unha literatura
nacional', três décadas depois: continuidades, transformações,
aberturas» | 113

Isaac Lourido: «O estudo do campo editorial galego na obra
de Xoán González-Millán. Uma leitura crítica a partir da
cultura da normalização» | 133

María do Cebreiro Rábade Villar: «A última lição do mestre.
História de um curso sobre teoria cultural» | 157

Bibliografia de Xoán González-Millán | 173

Notas bio-bibliográficas | 179

González-Millán: Trajetória, relevância e atualidade

Xoán González-Millán faleceu em novembro de 2002 num acidente de trânsito, nos Estados Unidos, país em que desenvolveu a sua trajetória profissional e ao qual emigrara vinte e seis anos antes. Deixava atrás de si uma singular e significativa produção académica, uma participação institucional notável e uma comunidade de afetos à sua volta que emergiu com especial intensidade nos tempos imediatamente posteriores àquela data. A organização deste livro pouco mais de vinte anos depois da sua morte, marco que de certa maneira quis ser assinalado, colocou como foco inicial de interesse a dimensão propriamente investigativa, nos planos teórico, crítico e aplicado. Porém, no conjunto de contributos finalmente reunidos acabaram por vir à tona, com relativa frequência e por vias diferentes e complementares, focos de atenção ligados também às posições e às várias iniciativas institucionais em que participou, tanto na Galiza como nos Estados Unidos, e ao plano pessoal e afetivo, declinado em termos de admiração, cumplicidade ou reconhecimento como mestre.

A tentativa de reconstruir uma trajetória abrangente e plural de Xoán González-Millán, que sirva neste caso como apresentação para públicos não familiarizados com a sua obra, ou como sistematização para quem conhece toda ou parte da sua produção, apresenta alguns entraves que devem ser especificados. O primeiro deles tem a ver com o facto de carecermos, por enquanto, de uma aproximação biográfica suficientemente completa da sua figura, que transcenda, complete ou organize o que nos dizem as badanas dos livros, o que foi apontado nas várias necrológicas ou o que informam alguns materiais criados na sua localidade natal, Ogrove, por uma comissão que impulsou a sua nomeação como Filho Predileto da vila, a título póstumo, em 2003. O segundo obstáculo está ligado à complexidade e à relativa dispersão da sua produção, organizada à volta de um interesse sócio-histórico pelas práticas literárias e culturais mas,

a partir dessa referência global, despregada em múltiplos focos de atenção e com desenvolvimentos mais ou menos concretos, mais ou menos concetuais, mais ou menos pragmáticos ou performativos em termos de uma determinada incidência académica e social.

De González-Millán sabemos que nasceu em 1951 no seio de uma família de classe trabalhadora e, de acordo com a narrativa construída de uma perspetiva mais concretamente local, por pessoas como Antón Mascato, que mostrou desde muito cedo interesse pelas formas de cultura popular e pelo percurso histórico da literatura galega. No referido à sua formação superior, no publicado até agora há contradições, por exemplo em questões tão elementares como qual foi a instituição académica em que se graduou em Filosofia. Embora fez uma parte desses estudos na Universidade de Santiago de Compostela, nalgum esboço biográfico indica-se que foi em Madrid, na Universidade Pontifícia Comillas, da Companhia de Jesus, onde obteve o título, enquanto nas orelhas dalgum dos seus livros é referido (cabe conjeturar que por mão do próprio autor) que isso aconteceu já nos Estados Unidos. Também não é muito o que sabemos sobre a etapa formativa anterior, compatibilizada por necessidades económicas familiares em idade juvenil com o desempenho de algumas ocupações laborais sazonais.

Imprecisões análogas pairam sobre a que iria ser uma decisão fundamental na vida e no percurso intelectual de Xoán González-Millán: a migração aos Estados Unidos e os planos e incertezas associados na origem. Parece claro que nessa opção foi importante a emigração anterior de um irmão mais velho à cidade de Nova Iorque, onde continuava a residir quando o futuro investigador chegou em 1976 para trabalhar como documentalista na Dag Hammarskjöld Library da Organização das Nações Unidas. Embora o primeiro dos seus artigos conhecidos seja da mesma época — um texto publicado em 1978 na revista *Encrucillada*, em que abordava uma questão que continuaria a ser importante em toda a trajetória do autor: o nacionalismo —, só iniciou o caminho da investigação propriamente dita um

pouco mais tarde.[1] Começou os estudos de mestrado em 1982 no Graduate Center da City University of New York (CUNY), onde obteve o grau de doutor cinco anos mais tarde com uma tese intitulada *Proceso textual y desintegración narrativa en la novelística de Álvaro Cunqueiro*. Do processo de elaboração desse trabalho e do mesmo resultado derivou-se um extenso corpus de publicações — até três livros e mais de uma dezena de artigos em revistas científicas — que durante a década de 1980 e inícios da seguinte abordaram tanto a trajetória narrativa de Cunqueiro como uma aplicação específica, a diferentes objetos de estudo, do quadro teórico-metodológico criado à volta da noção de *intertextualidade* no âmbito dos estudos literários pós-estruturalistas.

Os mesmos anos 80 mostrar-se-iam fecundos para a integração de González-Millán no sistema institucional da universidade norte-americana. A partir de 1985 começou a dar aulas no Hunter College da CUNY, instituição na qual, andando o tempo, chegaria a ser catedrático de Literaturas Hispânicas e diretor do seu Departamento de Línguas Românicas. A sua experiência docente alargou-se posteriormente ao Graduate Center da CUNY, em cujo âmbito coordenou uma Cátedra de Estudos Galegos, a primeira destas caraterísticas na academia estado-unidense e local de acolhida para um bom número de investigadores procedentes da Galiza a partir daquela altura. O desejo de planificação internacional dos estudos galegos motivou a sua participação na fundação, em 1985, da Associação Internacional de Estudos Galegos, instituição que presidiu de 1988 a 1991. Se bem que o projeto foi inicialmente pensado para coordenar investigadores e investigadoras dedicadas aos estudos sobre literatura e sobre cultura galegas na universidade norte-americana, posteriormente, e até a atualidade, acabou por se constituir como ponto de encontro internacional e interdisciplinar para os estudos galegos.

[1] Uma relação completa da bibliografia de González-Millán pode ser consultada no último capítulo deste livro. Está baseada no trabalho prévio da *Páxina González-Millán* (http://webspersoais.usc.es/persoais/arturo.casas/XG-M.html), disponibilizada desde 2013 no espaço pessoal de Arturo Casas no site da Universidade de Santiago de Compostela.

Do acima referido, podemos retirar que no caso de González-Millán se faz evidente o contraste entre as determinações socioculturais familiares e o que Pierre Bourdieu analisaria como as suas disposições individuais e a racionalidade prática associada às responsabilidades académicas. Conduziram estas, depois de três lustros de imigração em Nova Iorque, à consolidação de uma bem-sucedida carreira universitária na City University of New York, de acordo com o percurso agora resumido. Para que isto frutificasse foram decisivos os conselhos e a mediação do professor Emilio González López, deputado antes da Guerra Civil pela ORGA e por Izquierda Republicana, como também a boa acolhida doutros professores igualmente marcados pela condição do exílio, a começar pelo orientador da sua tese de doutoramento, Thomas Mermall, e por quem foi um dos seus principais mentores na universidade nova-iorquina, Isaías Lerner. Nesse quadro temporal que foi mencionado, o prestígio e a consagração académicos representaram um incremento paulatino e constante de capital cultural e de capital simbólico, inicialmente em universidades como a própria e noutras mais ou menos próximas da costa leste estado-unidense, e desde os começos da década de 90 também noutros espaços académicos anglo-saxões e, com certeza, na própria Galiza.

De facto, a vontade de planificação institucional dos estudos galegos, sempre num sentido orientado para a atualização e a internacionalização, acabou por concretizar-se num projeto desta beira do Atlântico: o *Anuario de Estudios Literarios Galegos*. Esta revista, por ele ideada e dirigida nos primeiros anos, viu a luz em 1992 e completou um percurso de pouco mais de 15 anos em que, para além de acolher balanços críticos anuais da produção literária galega, foram publicados artigos de investigação norteados, globalmente, por uma certa ideia de inovação metodológica. A assinatura de González-Millán nas páginas da revista foi habitual, mas não por isso deixou de ter uma participação regular noutras publicações galegas ou dedicadas aos estudos galegos na mesma época, nomeadamente *A Trabe de Ouro* e, já de maneira mais pontual, *Viceversa*, *Grial*, *Cadernos de Lingua* ou *Galician Review*.

Muito provavelmente, algumas das pessoas com um conhecimento mais superficial da produção intelectual de González-Millán terão como obras referenciais do autor os dois livros publicados na década de 1990 — *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)* (1994) e *A narrativa galega actual (1975-1984). Unha historia social* (1995) —. Na verdade, essas duas publicações constituem apenas a cara mais visível e mais acessível de um ciclo de investigação mais alargado e frutífero, dedicado à construção de um modelo de análise institucional para a abordagem sócio-histórica das produções textuais e das condições sistémicas em que se desenvolveu a literatura galega no novo quadro político-administrativo configurado depois do franquismo. Nesse ciclo integraram-se investigações dedicadas a assuntos mais concretos como os géneros literários, os novos modelos narrativos desenvolvidos na década de 1980, a interação entre planificação literária e produção ideológica, as antologias como dispositivos de ordenação crítica e historiográfica ou, entre alguns outros, o desenvolvimento de um campo e de um mercado editoriais galegos.

No trecho final da sua trajetória, a produção de González-Millán enfrentou um último desafio: desenhar uma teoria crítica especialmente pensada para estudar formações culturais marcadas pela subalternidade histórica, como a galega. Este novo patamar intelectual teve a sua origem, em boa medida, na relativa superação dos paradigmas sistémico-institucionais aplicados nos anos precedentes, mas também numa certa descentralização dos processos de produção textual e literária como objeto de estudo. O livro em que se observa de forma mais clara este horizonte de trabalho, *Resistencia cultural e diferencia histórica* (2000), constitui basicamente uma revisão crítica de leituras e corpos teóricos, como os devidos a Antonio Gramsci, E. P. Thompson ou Mikhail Bakhtin, entre bastantes outros. Com certeza, tratava-se do primeiro passo, processual e auto-reflexivo, de uma nova orientação que, infelizmente, não pôde ser continuada. Contudo, nessa mesma época de finais do século XX, e ainda em anos posteriores à sua morte, viram a luz trabalhos em que dava continuidade às linhas preferidas em anos precedentes e em que,

para além disso, se abriu a campos de investigação relativamente inéditos no seu percurso académico, como a relação entre lexicografia e literatura galega em finais do XIX e inícios do XX, a literatura do exílio ou a exploração do paradigma sociocrítico.

As três dimensões inicialmente apresentadas nesta introdução — produção académica valiosa, intensa ação institucional e comunidade de afetos ligada à sua pessoa — estiveram presentes numa série de homenagens promovidas após o seu falecimento, época em que também foram publicados alguns trabalhos inéditos da sua autoria. No VII Congresso Internacional de Estudos Galegos, que decorreu em Barcelona em maio de 2003, foi organizada a mesa redonda "Homenaxe a Xoán González-Millán", em que participaram Camiño Noia, Arturo Casas, Víctor Fuentes e Helena González, antiga colaboradora do homenageado. Uma iniciativa de similares caraterísticas foi programada em 2009 no âmbito do IX Congresso da mesma Associação Internacional de Estudos Galegos, o primeiro que tinha lugar na Galiza. Tratou-se, nesse caso, de uma sessão intitulada "O legado de González-Millán no pensamento galego do século XXI", coordenada por Gabriel Rei-Doval e em que participaram pessoas com quem González-Millán tinha colaborado muito estreitamente, como Antón Figueroa ou Dolores Vilavedra, o seu discípulo mais notável, Álex Alonso, e Arturo Casas.

Na própria CUNY foi organizado em setembro de 2003 um simpósio na sua memória, sob o título "Entre o nacionalismo literário e a literatura nacional", e participaram nele um nutrido grupo de especialistas de diferentes procedências — alguns deles de reputado prestígio internacional, como Isaías Lerner ou Itamar Even-Zohar —, todos os quais ligados de uma ou outra forma ao falecido professor. Os contributos daquele evento, junto com outros textos complementares, foram publicados no *Anuario de Estudos Literarios Galegos* do ano 2002, e constituem no seu conjunto uma primeira amostra das múltiplas possibilidades de diálogo que deixara abertas o percurso investigativo de González-Millán. Diálogo que, por outro lado, teve uma continuidade muito irregular até ao dia de hoje.

Se quisermos agora dimensionar a relevância global da sua trajetória, não deveríamos esquecer que o seu prestígio se fundamentou em vários fatores, alguns de carácter sobretudo profissional e outros que, sem ultrapassarem esse cenário, acrescentaram dimensões político-culturais. Entre os primeiros, um profícuo compromisso docente, muitas vezes reconhecido por alunado e discipulado, e a capacidade de abrir e assentar variadas formas de comunicação e estímulo com os seus estudantes, acompanhado isto por uma provada capacidade de interlocução e colaboração com outros colegas em tarefas orgânicas, de gestão e de planificação académicas. Entre os segundos, e sem sair tanto disto último, uma profunda compreensão, já desde os maduros primórdios da sua dedicação à academia, das funções e tarefas que estava disposto a assumir no meio e no longo prazo e a consciência associada do esforço pessoal — também do coletivo — que isso acabaria por representar.

De facto, para quem mantivessem contacto em maior ou menor medida fluído com González-Millán na década de 90, em especial a partir do momento da ativação das possibilidades oferecidas pelo correio eletrónico, houve duas constantes que era quase impossível não localizar nas suas mensagens: uma era o seu entusiasmo irrestrito pelo trabalho reflexivo e analítico, que convidava constantemente a alimentar, promover e dinamizar; a outra, a firme convicção sobre a necessidade de inovar os quadros epistemológicos, teóricos e metodológicos dos estudos sobre a literatura e a cultura, muito particularmente na sua projeção sobre o caso galego à luz da diferença histórico-cultural e com o foco posto na nossa concreta experiência histórica nacional. Tudo sob a segurança de que esse labor redundaria numa ativação da hegemonia nacional galega e na necessária reversão criativa e transformadora — em termos sociopolíticos, económicos e culturais — de uma longa subalternidade histórica e da própria experiência daquele «mal histórico» tantas vezes aludido nas suas reflexões e análises.

Não parece improvável que as disposições que se mencionam procedessem da sua própria experiência pessoal da emigra-

ção, do conhecimento de primeira mão do significado dos exílios e em geral das dificuldades para recomeçar e renovar-se de não existir um projeto ou um programa meditado, assumido e testado à vez com sentido prático e o mínimo débito escolástico.

O inusual, e ainda excecional, da sua experiência dentro das coordenadas académicas geracionais que lhe seriam próprias procederia então nomeadamente, e não deixa de ser curioso, da formação e das influências não recebidas, que em última instância são as que na universidade galega originaram, a partir da década de 70, um campo académico densamente homogéneo, por divergentes que se mostrassem alguns resultados e inclinações (mesmo ideológicas), e no referido aos estudos literários condicionado por uma filiação filológica inercialmente congruente com a estilística idealista, aberta como muito a certo estruturalismo e a certa semiótica, mas pouco propenso a estabelecer diálogos francos com outras disciplinas humanísticas e, em particular, com as ciências sociais e com a própria história — uma ciência social mais, em perspetiva marxista —, fora alguns intentos sociológico-literários ou, noutra ótica, sociologistas.

Dir-se-ia que González-Millán aspirou a se situar diante de tudo isto já desde a sua tese de doutoramento, escrita nuns anos em que os rumos e os ritmos metodológicos eram sensivelmente diferentes na academia estado-unidense e na galega. As páginas introdutórias da tese revelam a ambição crítica de fundo, naquela encruzilhada, através de uma pulsão de quebra metodológica, mais ampla do que a lógica académica do momento impunha concretizar. Falava-se assim da urgência de superar determinados padrões críticos, interpretados nalgum caso como acomodatícios, mesmo caducos. Entre esses usos assinalava os da narratologia estruturalista, insuficientes para explorar o tecido intertextual e interdiscursivo dos romances de Álvaro Cunqueiro em toda a sua complexidade e instabilidade, a começar pelo seu caraterístico cunho auto-generativo e pelas repercussões que isso origina sobre as questões da ficção e da referencialidade narrativas. Um dos apoios necessários para esse labor era inevitavelmente o de Mikhail Bakhtin, com a sua compreensão

do dialogismo e a polifonia. Mas também é percetível no modelo que González-Millán tinha naquela altura em mente, e que, como foi dito, não chega a desenvolver em sentido pleno, a abertura a uma análise crítica do discurso em que noções como *poder*, *hegemonia*, *experiência social*, *resistência* ou *subalternidade* semelhavam já querer abrolhar, talvez da mão de uma leitura atenta de Raymond Williams e outros pensadores marxistas. E, junto a essa constelação conceitual, uma inteleção não em menor medida surpreendente para aquele momento, a da própria figura autoral e a do que desenvolvimentos recentes da análise do discurso vêm estudando nos últimos quinze anos em relação ao *ethos*, as «posturas de autor», as «cenas de enunciação» e as «imagens de si» no discurso.

Como ficou sugerido em páginas precedentes, a progressão do pensamento teórico-crítico do autor evoluiu durante a última década do século passado e favoreceu uma compreensão institucional da literatura e em particular da cultura literária, à vez que incidiu na vontade, sempre latente em González-Millán, de contribuir para delinear uma sociologia da literatura capacitada para dar conta, em compreensão interdisciplinar — conforme é frisado nas páginas iniciais do seu livro *Resistencia cultural e diferencia histórica* —, de situações políticas, económicas e socioculturais de subalternidade.

O caso específico da literatura e da cultura galegas atendeu-se assim num duplo plano: em primeiríssimo lugar, pelo seu interesse imediato para o investigador e para os seus interlocutores iniciais (nem sempre comparecentes no grau necessário); em segundo termo, pela aplicabilidade do modelo para situações nalgum sentido homólogas e não necessariamente circunscritas ao espaço europeu.

De ambos os planos deriva a relevância inegável do pensamento de González-Millán no momento histórico do seu desenvolvimento específico e para o nosso presente e o futuro próximo. As suas investigações dialogaram, em sucessivas encruzilhadas, com as epistemologias e com os modelos metodológicos fundamentais do seu tempo, frequentemente analisados e

refutados, em maior ou menor medida por não estarem capacitados para informar sobre realidades culturais demarcadas pela subalternidade e pela diferença histórica.

A incidência destes juízos e reflexões foi decerto mais destacada na altura da mudança de século do que hoje o seja. E isto tanto na investigação que se faz no âmbito académico estritamente galego, em termos territoriais, quanto no amplo espaço exterior dos estudos galegos em universidades de vários continentes. As agendas investigativas modificaram-se de forma apreciável nestas duas décadas, segundo se evidencia nalguns dos capítulos deste livro.

Aliás, as «resistências à teoria» nas suas diversas manifestações e as próprias inércias académicas de que se fez menção anterior contribuíram igualmente para que o discurso e análises de González-Millán não chegassem de modo suficiente onde deveriam ter chegado. É algo de que o próprio autor era consciente e que aparecia, invariavelmente de forma discreta, nas comunicações pessoais que manteve durante os anos 90. De algum modo, resultam significativas também a estes efeitos as mensagens enviadas a Carlos Casares entre 1988 e 1997, recuperadas por Dolores Vilavedra para o número 196 da revista *Grial* em 2012.

Segundo é factível constatar na distribuição de conteúdos derivada dos seus capítulos, este livro concilia atenções complementares sobre a produção decerto diversificada e sempre inovadora de González-Millán, por muito que o alvo principal fosse à partida o de contribuir para compreender essa produção — juntamente com o notório dinamismo da sua evolução — em termos sobretudo intelectuais, teórico-críticos e académicos. No volume na sua totalidade, mas também na repartição interna de propósitos que cada capítulo traça, oferece-se às leitoras a panorâmica de uma trajetória académica infelizmente breve (vinte anos escassos, afinal de contas), na qual destacaram por vezes aspetos de índole epistemológica ou (meta)teórica enquanto noutros casos a opção derivou às aplicações críticas e empíricas

do pensamento do autor, sem prescindir, quando foi preciso, do plano de detalhe.

Todo livro tem a sua história interna, o seu processo em maior ou menor medida intrincado a partir dos delineamentos preliminares até alcançar a formulação definitiva que um dia, se a fortuna acompanhar, chega ao público leitor. Esta pauta, nada incomum, quase nunca se manifesta desligada de uma espécie de tensão ou inquietação produtivas, que se tornam mais intensas quando aquele processo de que se fala responde a uma vontade colaborativa, através da qual se agrupam contributos destinados a disponibilizar de modo pretensamente orgânico e equilibrado, inclusive integral e totalizador, informações e análises sobre um determinado objeto de atenção.

Coordenar livros como este que agora chega às mãos leitoras — singular por mais de um motivo — supôs nesse sentido, em primeiro lugar, aplicar-se com diligência para tratar de concretizar um plano de trabalho razoável e exequível, concorde com uma matéria de muito evidente complexidade. Mas, em segundo lugar, supôs também admitir de antemão que com probabilidade não seriam escassos os imprevistos e contratempos antes de lhe pôr fim à tarefa planeada. Careceria de sentido entrarmos agora no detalhe prolixo sobre o que no começo se considerou conveniente para uma ótima arquitetura do volume e que, por umas ou outras razões, algumas sobrevindas em diferentes fases da execução do livro, afinal não figura nestas páginas. No entanto, poderia resultar insincero não deixar anotada uma sucinta indicação sobre alguns vazios derivados dessas desistências, que, de uma ou doutra maneira, afetaram o alvo acima expresso por se concentrarem, acima de tudo, em associações e redes académicas, em sistemas conceituais e metodologias, em iniciativas orgânicas ou em focos de atenção relevantes para entendermos melhor e de forma mais cabal o que González-Millán foi e significou, e até para o que nesta hora é e representa.

Não é difícil deduzir que no projeto inicial pretendíamos contar com uma relação mais extensa de nomes dos que finalmente figuram como colaboradores nestas páginas e que foram

reiteradas as nossas tentativas para alcançar este objetivo. Foram talvez questões latentes a um projeto desta natureza e aos campos culturais e académicos galegos, que podem encontrar conflitos na editora e na norma ortográfica, junto com os ritmos e a dinâmica meritocrática da academia atual, os que determinaram uma adesão menos unânime da expetável a uma iniciativa, a de recuperar a figura e o pensamento de González-Millán, que continuamos a vislumbrar como axial nos debates atuais.

Como foi antecipado, o objetivo inicial consistiu em dar a conhecer, com rigor e em profundidade, um perfil académico e intelectual através das linhas que, em geral, melhor declaram e melhor notabilizaram o pensamento do autor. Sobretudo como uma projeção dos problemas por ele atendidos e da heurística de base, segundo tantas vezes ele mesmo exprimiu. Uma projeção que chega a nós, próximo já o segundo quartel do século XXI, e continua a nos interpelar.

Entre aquelas linhas figuram, como é lógico, a observação dos projetos ideados e desenvolvidos nos sucessivos ciclos de uma dedicação investigativa intensa, leal a si própria e com certeza apaixonada. Também a atenção às sinergias e cumplicidades procuradas e localizadas para aquele fim, tanto na sua dimensão mais pessoal quanto na de índole institucional e, nalgum sentido, política. Ou o exame das tomadas de posição, dos debates e impugnações teórico-críticas que foram definindo um percurso académico, por muito que a atitude académica e o *ethos* intelectual associados a González-Millán atentassem de modo explícito as razões e argumentações *outras* submetidas a controvérsia.

Em síntese, as páginas que seguem reúnem contributos de especialistas dos estudos galegos que dialogam criticamente com o legado teórico de González-Millán com o fim de abrir novas leituras e vias de interpretação — também para identificar lacunas e inconsistências, algumas fruto da atualização histórica que permitem as décadas percorridas desde o fatídico 2002. Juntam-se neste volume académicas/os que tiveram contacto direto e colaboraram com González-Millán e estudiosas/os que se aproximaram da sua obra de forma ativa. Tudo isto configura

um volume que acreditamos de interesse fulcral para os estudos galegos atuais, embora não se esgotem nos escritos aqui contidos as reflexões e possibilidades hermenéuticas que a diversa (e lúcida) produção do autor de Ogrove permite enxergar.

Abre esta obra um capítulo da professora da Universitat de Barcelona, Helena González, quem, a partir da teoria feminista, deita o seu olhar analítico sobre uma das principais publicações do nosso autor, *Resistencia cultural e diferencia histórica: a experiencia da subalternidade* (2000). González propõe uma leitura crítica que identifica as correntes de força que conduziram a plasmar o que ela qualifica como um «reader» da teoria social crítica do momento, capaz de identificar e reproduzir debates de interesse para o contexto galego num momento de auge da globalização neoliberal. Localiza, porém, uma ausência notável nestas páginas de González-Millán ao não estar completamente ativada e incorporada nas análises a perspetiva de género, derivando numa visão que anula os corpos em favor da nação.

Álex Alonso, professor da CUNY, assina o segundo capítulo desta obra. Mediante a reconstrução genealógica do uso e das fontes teóricas de conceitos como «discurso» ou «hegemonia» na produção do nosso autor, Alonso identifica um dos traços fundamentais da sua obra: a perceção extensa do conceito de literatura aberta às flutuações sociais e dinâmicas de poder que permite, em definitivo, uma conceção e o estabelecimento de premissas que vão além do literário para facultar apreender criticamente a realidade galega.

No terceiro capítulo, Arturo Casas continua a aprofundar nas fontes teóricas do pensamento de González-Millán. Identifica um quadro e um programa de trabalho investigativo desenhado já em finais da década de 70, embora com atualizações e reformulações constantes que vão estar nutridas por diálogos com nomes da sociologia da literatura e das ciências sociais em geral. Particularmente, coloca um foco especial sobre a inscrição (e também ausências) da sua obra nas coordenadas teórico-críticas demarcadas pela corrente interpretativa conhecida internacionalmente como sociocrítica e as possibilidades analíticas abertas a partir dela.

A investigadora María Liñeira assina o seguinte capítulo, dedicado a um dos aspetos tratados com maior lucidez e influência por González-Millán: as dinâmicas particulares do exílio galego e a suspensão associada do critério filológico, tal como é representada na figura referencial de Luis Seoane. Mediante uma análise crítica das posições e das leituras realizadas pelo autor de *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)* (1994), Liñeira argumenta sobre uma visão enviesada do campo literário galego, tanto na Galiza como no exílio, porquanto está baseada numa interpretação teleológica da literatura galega que aspiraria ao uso monolingue, entanto omite a existência de grupos e indivíduos com práticas linguísticas complexas ou não assimiláveis a esse esquema, como aqueles que apresentam uma ideologia linguística bilingue.

Pablo Pesado é o responsável pelo quinto capítulo, que regressa a um dos artigos mais citados de González-Millán: o dedicado ao «nacionalismo literário» e publicado em 1995 no *Anuario de Estudios Literarios Galegos*. Aprofunda na concetualização de González-Millán e identifica os vínculos estreitos entre ideologia e institucionalização, à vez que aponta para leituras distorcidas realizadas sobre esta proposta crítica, como aquelas de aspiração desnacionalizante. A aplicabilidade do conceito de nacionalismo literário ao momento atual, assim como a necessidade de superar quadros interpretativos incorporados na proposta originária, como o ideário das literaturas normal(izadas), surgem também nesta análise que chama a atenção sobre aspetos pouco estudados, como os impactos do sistema espanhol, o processo de despolitização ou os efeitos da normalização cultural.

Isaac Lourido regressa aos estudos de González-Millán sobre a produção editorial galega no período pós-franquista para avaliar criticamente o quadro teórico-metodológico desenhado para a sua análise e os resultados alcançados. Admitindo o papel fulcral que têm estes trabalhos para esta área de estudo, Lourido coloca questionamentos derivados da aplicação do paradigma da cultura da normalização, tanto por parte de González-Millán como no próprio desenvolvimento do campo editorial galego, à vez que traça linhas de trabalho para valorar as dinâ-

micas atuais do campo marcadas tanto por relações complexas com o sistema espanhol, como com os fluxos internacionais do capital económico.

O derradeiro capítulo da obra está assinado pela docente da Universidade de Santiago de Compostela María do Cebreiro Rábade Villar, quem oferece um texto onde os planos investigador e pessoal se entrelaçam. Tomando como ponto de referência as duas estadias por ela realizadas na instituição académica onde González-Millán desenvolveu a sua trajetória, a City University of New York, uma com o próprio investigador e outra dez anos após o seu falecimento, Rábade oferece relatos e reflexões que permitem reconstruir a cara mais humana do autor de *Resistencia cultural e diferencia histórica*, à vez que proporcionam dados para compreender os seus interesses e o desenho da sua produção crítica.

Fecha o livro uma listagem bibliográfica que compila a produção de González-Millán conhecida até o momento e classificada segundo a sua tipologia. Constitui, segundo o nosso conhecimento, a relação mais completa da obra escrita do autor salnesão. Graças à fixação dalguns dados que, com frequência, apareciam referidos em estudos anteriores de forma imprecisa, nomeadamente algumas datas, consideramos que este catálogo pode constituir uma referência da máxima utilidade para futuras aproximações sobre a obra deste investigador.

Se todo livro é uma empresa de caráter coletivo, este volume evidencia ainda mais esta condição. Não podemos mais que agradecer as diversas participações que possibilitaram a concretização destas páginas. Queremos, em primeiro lugar, reconhecer o dedicado trabalho da equipa da Através Editora (particularmente o de Miguel Durão, Valentim Fagim, Vítor Giadás, Joana Palha e a primeira pessoa em imaginar este livro, Teresa Crisanta V. Pilhado) que amavelmente confiou em nós para levar a porto esta iniciativa e que nos acompanhou e alentou durante estes longos meses de trabalho. Agradecemos igualmente a todas as autoras e autores de capítulos que partilharam connosco esta viagem. O seu esforço, rigor analítico e paciência são merecedores do nosso máximo reconhecimento.

Notas para ler (como feminista) *Resistencia cultural e diferencia histórica*[1]

Helena González Fernández
ADHUC-Teoria, Gènere, Sexualitat/Universitat de Barcelona

Resistencia cultural e diferencia histórica: a experiencia da subalternidade (2000), o penúltimo livro publicado por Xoán González-Millán, oferece um generoso compêndio teórico pensado para renovar os estudos galegos e, em particular, os conhecimentos convergentes sobre literatura, sociedade e nação. A meu ver, pode ser considerado um singular *reader* de autor único que recolhe os avanços teóricos da academia anglo-americana no final do século XX em torno dos conceitos de resistência cultural, diferença histórica, experiência e também do seu ambiente epistémico: contraespaço público, espaço literário nacional, sociedade civil, subalternidade colonial, novos movimentos sociais. Para Arturo Casas, trata-se de um «libro ardido que configura de novo unha especie de cartografía conceptual e heurística para un futuro incerto: o da pervivencia do que malia todo podemos seguir chamando Galiza» (2007: 67).

Que este livro tem muito de *reader* é evidente na inclusão de abundantes nomes e tendências; nas prolixas enumerações geradas por cada contribuição teórica para apontar as possibilidades de aplicação, juntamente com as suas críticas; na transcrição de numerosas citações que, além do mais, aparecem traduzidas para o galego com o objetivo não menor de tornar porosa a língua às novidades terminológicas; e, finalmente, alterna uma voz situada nos estudos galegos com uma voz autoral modesta que antepõe à imposição da doxa o compêndio teórico e a incitação ao diálogo —por isso, numa brevíssima «Nota final», afirma o autor que se trata de uma *opera aperta* que convida os estudos galegos a saírem do solipsismo, para participarem e intervirem

[1] Este capítulo é um resultado do Grupo de Recerca Consolidat *Creació i pensament de les dones* (2021 SGR 01097), financiado pelo Departament de Recerca i Universitats da Generalitat de Catalunya.

no debate (González-Millán 2000: 177). Ciente da função que a teoria tem na transformação social, este volume abriu um sofisticado e inovador laboratório de teoria sociocultural, repleto de ferramentas terminológicas, perspetivas de análise e controvérsias que diagramam e matizam algumas das contribuições que fecharam o século XX na teoria social crítica anglo-americana. Evita propositadamente cair em modas académicas — os recorrentes *turns*— embora este *reader*, é claro, esteja teórica e ideologicamente situado. De facto, foi publicado precisamente no ano 2000 com a intenção de renovar e movimentar os debates do século XXI de maneira que a teoria sociocultural interviesse na transformação política da Galiza, e esta contribuísse para pensar as nações subalternas da Europa. González-Millán declarava as suas intenções:

> este proxecto naceu como un esforzo de auto-esclarecemento que tiña como horizonte de reflexión o fenómeno nacionalitario en contextos marcados pola subalternidade. Por tanto, Galicia (ou Escocia ou a Bretaña...) ben pode fornecer os elementos necesarios para poñer a proba algunhas das articulacións paradigmáticas articuladas nestas páxinas. (*ib*.)

Porque ler como feminista este livro?

Algumas contribuições à crítica literária feminista galega, assinadas por Susana Reisz, Silvia Bermúdez, Diana Conchado ou eu própria, mantiveram diálogo, quando menos ocasional, com González-Millán, quem, com curiosidade intacta e o seu fascínio pela teoria, reconheceu a necessidade de incorporar os estudos galegos aos debates críticos na viragem do século. Ora, reconhecer as deficiências não implica partilhar as mesmas soluções, razão pela qual este livro levanta não poucas questões sobre o lugar dos estudos de género/sexualidade na teoria social crítica, segundo a tradução cultural proposta por González-Millán num trânsito entre séculos em que género/sexualidade se consolidam como contribuição transversal, crítica e plural à teorização.

Formulo algumas perguntas. Que nomes e conceitos dos estudos de género e sexualidade, particularmente, da teoria feminista, inclui neste laboratório de teoria social crítica? Que continuidade ou que distâncias se observam entre as diferenças de sexo e género e os conceitos axiais do livro, particularmente *diferença* e *resistência* culturais? Que consideração tem a teoria feminista? Como resolve as tensões óbvias entre os conceitos de nação e género?

Xoán González-Millán foi um mestre querido e cúmplice. Estou-lhe em dívida pela sua lucidez teórica, que me ajudou a avançar na investigação literária. Nunca impôs obediência ou domesticação. É por isso que vou ler a sua abordagem da diferença (nacional) a partir dos estudos de género e da teoria feminista, ou seja, a partir de um conhecimento crítico situado, que localiza também nos corpos o campo de batalha teórico.

A teoria social crítica frente à excessiva discursividade

No prefácio que abre o livro, González-Millán declara que as intenções que o guiam são «compendiar, contextualizar e sobre todo interrogar algunhas propostas crítico-analíticas centradas na experiencia da subalternidade e na dinámica de determinadas estratexias de resistencia» (10). O livro esquematiza as disputas de poder a partir das contradições e tensões que envolvem a ideia de nação porque o seu objetivo é renovar os estudos socioculturais galegos. Reconhece a sua dívida com o livro *Critical Social Theory* (1995), do sociólogo Craig Calhoun, que abordou várias vezes a revisão do conceito de nação. Em *Nations Matter: Culture, History, and the Cosmopolitan Dream* (2007), livro que infelizmente González-Millán não pôde ler, o sociólogo transferia o conceito para o âmbito da globalização complexa e indefinida, onde as posições pós-nacionais e transnacionais entram em tensão com os atrancos do patriotismo e do essencialismo. Afirma Calhoun num artigo:

> I don't mean to denigrate cosmopolitanism — in which I hope I share — but to problematize its acceptance of economistic, modernizing imaginaries without giving adequate attention to the formation of solidarity and the conditions that enable collective choices about the nature of society. (2002: 148)

A resistência a aceitar simplesmente a globalização neoliberal já o tinha levado antes, em *Nationalism* (1997), a esmiuçar várias feituras da nação frente ao estado-nação. Calhoun é continuador da teoria crítica, particularmente do conceito de *esfera pública*, de Jürgen Habermas, que propõe estudar a partir de diferentes posições teóricas na monografia *Habermas and the Public Sphere* (1992), onde se recolhem contribuições da historiadora Mary P. Ryan e de duas pensadoras centrais da teoria crítica feminista, Seyla Benhabib e Nancy Fraser.

González-Millán, que cita esta monografia, interessa-se pela distinção entre *comunidade* e *contraespaço*, termos longamente trabalhados na teoria feminista, mas apenas recupera uma ideia de Fraser sobre o comportamento dos grupos marginais para matizar as fases de emergência da subalternidade. Raymond Williams, em *Marxism and Literature* (1977), oferecia uma tipologia dos diversos estados na cultura: residual, emergente e, particularmente, pré-emergente, uma etapa em que a cultura se mostra, segundo González-Millán, «activa e acuciante pero aínda non está articulada» (2000: 69-70). Fraser afirma que os grupos sociais produzem espaços públicos alternativos, que, na paráfrase de González-Millán, são «ámbitos discursivos que os grupos sociais subordinados inventan para a articulación e difusión de formulacións heterodoxas das súas identidades, intereses e necesidades» (70).[2] No entanto, distancia-se desta teórica pela ausência de uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por grupos marginais ou subalternos para institucionalizar socialmente o seu discurso, e, além disso, emprega um argumento reiterado na sua crítica aos estudos de género e sexualidade ao

[2] Essa afirmação antecipa a análise que vai desenvolver no capítulo sobre movimentos sociais, particularmente com uma extensa citação de Rick Fantasia e Eric Hirsch (113).

longo de todo o livro: o «excesivo protagonismo asignado á discursividade» (70) no quadro foucaultiano.

González-Millán não hesita em oferecer uma defesa sem fissuras da centralidade categorial da *nação subalterna* e as suas prevenções diante de um «modelo multiplicador dos espazos públicos sociais, a pesar do seu atractivo» (73). Infere-se que os estudos de género e sexualidade provocam justamente esse efeito e, portanto, mesmo sendo relevantes na epistemologia social, produziriam uma difração a respeito de um conceito como *nação*, considerado coerente e aglutinador da pluralidade social.

Excesso diferencial, relativismo, ou o sintomático etcétera

O limiar capta, sem acrimónia mas com total clareza, a desconfiança diante dos perigos do relativismo no pós-modernismo quando delimita as linhas de investigação que derivam de uma análise social formada ao redor da diferença cultural:[3] em primeiro lugar, as consequências inevitáveis do reconhecimento das diferenças culturais para a investigação; em segundo lugar, a necessidade de explorar, na sua complexidade, o conceito de especificidade histórica; e, em terceiro lugar, as diferenças culturais em relação à especificidade histórica (18). Este último permite compreender as razões da desconfiança de González-Millán diante dos estudos de género, raciais e, ainda que não explicitamente declarada, da sexualidade, ou seja, diante das políticas da diferença. Defende, então:

> [...] o proxecto, necesariamente interdisciplinar, de articulación dunha socioloxía sensible ás diferencias culturais e á especificidade histórica, superando a tentación antiepistémica dun relativismo paralizante. Porque, aínda que é certo que categorías socioculturais básicas como xénero, raza ou clase demandan unha teoría social que tome en consideración a diferencia específica dos fenómenos analizados, é igualmente innegable a posibilidade e a esixencia, inscritas ambas

[3] Num *lapsus calami*, o parágrafo anuncia quatro linhas, mas apenas debulha três.

> nestas mesmas experiencias, de superar a tentación da súa inconmensurabilidade. (González-Millán 2000: 18)

Esta citação é completada numa nota de rodapé, onde indica que o seu argumento se baseia nas críticas de um livro co-editado por E. Wood e J. Foster ao «relativismo cultivado en maior ou menor grao polos diversos posmodernismos» (18). Refere-se a *In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda* (1997), que, além do limiar e do fechamento assinado pelos editores — que dirigiram em diferentes épocas a revista marxista norteamericana *Monthly Review* —, abre com um capítulo de Terry Eagleton, intitulado «Where Do Postmodernists Come From?», e fecha com outro de Fredric Jameson, «Five Theses On Actually Existing Marxism». Esta monografia está situada na sustentada crítica marxista ao pós-modernismo por causa da morte da história, da dissolução do projeto ilustrado/iluminista e, como assinala Eagleton, com tanta retranca como deceção em *After Theory*, do desaparecimento das ideologias, do conhecimento objetivo — a *verdade* — e dos valores universais (2003: 1-22). Para a esquerda histórica, essa mudança constitui uma entrega dos saberes, dos direitos e do desejo diante do capitalismo.

Portanto, as categorias de género, raça e sexualidade são para o marxismo radical apenas substitutos fracos das ideias fortes do pensamento radical, baseado nas ideias de classe, estado, ideologia, revolução. Com efeito, as ideias de sujeito, subjetivação e história mudam de forma determinante nos estudos de género e sexualidade, que além do mais, salvando poucas exceções, não só problematizam o estado-nação[4] mas também reativam a tradicional crítica da teoria feminista às diversas configurações da nação.

> Con la puesta en tela de juicio del universalismo y la diversificación de los discursos del saber y del poder, se integran de manera sistemática datos culturales, geográficos e históricos a cualquier reflexión sobre el sujeto, derrumbado y sustituido por nociones tales como subjetivi-

[4] Nos estudos de género tem sido muito influente o debate sobre o tema por Judith Butler e Gayatri Spivak, que se recolhe em *Who Sings the Nation-State?* (2007).

> dad (que incluye el cuerpo) o subjetivación (que incluye la historia). Se da paso a la emergencia de filósofas feministas que vuelven complejas las reflexiones de género, que aportan una crítica al colonialismo y al pensamiento feminista eurocéntrico y que diversifican los discursos y los posicionamientos. De hecho, se vuelve a pensar el feminismo como discurso racializado e historizado, se pone en evidencia la sexuación de la colonización y del nacionalismo, y, desde entonces, se ofrece un espacio y una expresión a la diferencia incluso en el caso de sujetos particulares tales como el sujeto subalterno, como lo proponen para la India los estudios subalternos. (Palaisi 2008: 61)

A teoria social crítica não se recusa a pensar a heterogeneidade. Uma citação de Calhoun, no limiar do livro, carateriza a identidade como «experiencia simultánea nunha mesma persoa de varios tipos de identidades sociais» (cit. em González-Millán 2000: 16). Na sua interpretação da citação, González-Millán defende «a experiencia persoal como un criterio válido e relevante para a análise social». Posiciona-se a favor da

> heteroxeneidade, silenciada pola antropoloxía cultural ata hai unhas décadas, como un criterio que facilita a identificación das tensións internas nas formacións sociais analizadas e magnifica a porosidade das varias identidades que coexisten nunha mesma persoa como ente social. (19)

Manifesta-se explicitamente contra a homogeneização, pelo que podemos inferir que se posiciona mesmo ao lado das propostas teóricas de interseção das categorias identitárias; ou seja, na encruzilhada das teóricas feministas da terceira onda, onde género e raça se cruzam, entre outras, com a sexualidade e a etnia. As bases do seu pensamento estão claramente localizadas na rejeição do universal homogeneizador para defender a diferença e a subalternidade como contraespaço epistemológico, fatores que hipoteticamente permitiriam o diálogo com os estudos de género e sexualidade. Porém, não é assim. A razão está na pegada foucaultiana, ou seja, nos excessos de discursividade, já apontados na sua leitura de Fraser, que repete ao citar outras teóricas feministas. Wood, Foster e González-Millán incomo-

dam-se com a insistência da esquerda pela sociedade civil e com a multiplicação de experiências emancipatórias marcadas pelo diferencialismo identitário, porque isso significaria um deslocamento para os emergentes movimentos sociais e o consequente abandono da luta pelo poder político (2000: 103).

Para Rosi Braidotti, uma teórica feminista distante da teoria social crítica, que vem justamente do pensamento da diferença e combina Gilles Deleuze com Luce Irigaray, a inflação de diferenças não constitui obstáculo algum:

> Looked at from the angle of «different others», this inflationary production of different differences simultaneously expresses the logic of capitalist exploitation, but also the emerging subjectivities of positive and self-defined others. (Braidotti 2002: 13)

A mesma pensadora é muito crítica com Jameson e, portanto, com a teoria marxista, devido à sua linearidade e esquematismo binomial, que não servem para descrever adequadamente a contemporaneidade.

> I find his unilinear mode of thinking especially ill-suited to contemporary complexities. […] Major axes of dissonance are sexual difference, gender, ethnicity, age, religious and national identity and social class, as well as access to education. It is this proliferation of dissonant differences that makes the nomadic practice of philosophy into a complex and multi-layered which web of power-relations which breaks up bilateral and usually binary or dualistic modes of interrelation. I think Marxist modes of social analysis do not escape from binarism and in some ways, notably in the opposition between «ideology» and «science», re-assert it with distressing conviction. (Braidotti 2002: 185)

Braidotti nunca rejeita a polémica e defende, com argumentos semelhantes, o seu distanciamento de «neo-liberals like [Martha] Nussbaum» (2002: 3), defendendo, pelo contrário, que a rejeição da linearidade e a abordagem não unitária do sujeito não têm de resolver-se necessariamente em posicionamentos de relativismo moral ou epistemológico.

Porque cito a Braidotti? Para constatar que González-Millán escreve numa época em que os estudos de género e sexualidade produzem desconfiança pela acumulação de diferenças identitárias, o «"enutjós i simptomàtic etcètera" que acompanya els gestos de reconeixement de la diversitat humana» (Birulés 2014: 36),[5] mas também pelo facto de a teoria feminista ocupar lugares ideológicos opostos, como o de Braidotti frente a Nussbaum, o que implica um «reconeixement *de facto* de la pluralitat, del desacord enriquidor» (165).[6]

Experiência e contraesfera pública. O feminismo como movimento social

Se algo carateriza a produção de González-Millán é o seu amplo conhecimento dos debates teóricos da academia anglo-americana. Assim, e ainda que não incorpore a teoria feminista, isso não o impede de colocar alguns contributos na sua constelação de saberes, muitas vezes como notas marginais ou apostilas a uma afirmação, salvo no caso de um dos nomes fundamentais dos estudos de género, Joan W. Scott, que não só contribuiu para o diálogo entre a teoria feminista norte-americana e o pensamento francês. No seu muito citado artigo «Gender: A Useful Category of Historical Analysis» (1986), delimitou o conceito género (*gender*) e colocou-o em relação ao determinismo social do conceito marxista de classe (*class*) e o de raça (*race*). González-Millán cita apenas dois trabalhos de Scott (1988 e 1996) para analisar a *experiência social* e, particularmente, pelo questionamento que a teórica faz do domínio da classe trabalhadora em

[5] Para pensar a diferença sexual, Birulés retoma a expressão «symptomatic and embarrassing etcetera» do especialista em estudos afro-americanos Henry Gates, popularizada por Judith Butler (1990: 196). Ambas as pensadoras debulham o conceito, para além do cansaço produzido pela proliferação e soma das diferenças oposicionais na terceira onda feminista, a fim de sublinhar as dificuldades que implica o gesto de reconhecimento da diversidade humana (Zerilli 1998: 3-4), que, diante da impossibilidade de limitar o sujeito situado — sempre podem surgir novas posições identitárias —, oferece um ponto de partida para a teoria feminista (*ib.*).

[6] Para as tensões terminológicas sobre o conceito género, ver Agra (2020) e Segarra (2021).

E. P. Thompson. Para Thompson, este é o grupo privilegiado, o que implica que a classe social inclui outras posições de sujeito relevantes para radiografar a experiência social como o género, a especificidade histórica, a raça, a etnia e a sexualidade (González-Millán 2000: 45-6). Embora pareça contraditório com as precauções contra a pluralidade apontadas na seção anterior, González-Millán parece concordar com a «reivindicación dunha imaxe máis plural das *experiencias sociais*» (45). O plural em itálicos é do autor.

Atualmente, algumas posições preferem — eu prefiro — a denominação *racialização*. As razões são duas. Primeiro, a translação meramente linguística de *raça* não traduz o contorno sociocultural e legal que esse conceito possui no contexto norte-americano contemporâneo. Em segundo lugar, *raça* conserva a conceção imanente, fenotípica e essencialista que modulou o discurso colonial para justificar o seu racismo, ou seja, a escravidão, a segregação e a desigualdade, e reafirma o pacto epistemicida (Carneiro 2021: 5). Pelo contrário, a socióloga e feminista radical Colette Guillaumin, formada na esteira de Franz Fanon, propõe e defende extensivamente *racialização* em *L'Idéologie raciste: genèse et langage actuel* (1972). Costumo dizer que *racializar* enfatiza que a «raça» é produzida por um efeito de leitura projetada nos corpos para produzir uma diferença, discriminatória ou, no caso de autodesignação, orgulhosamente afirmativa.[7] Talvez a preeminência do termo *racializar* não quadre muito bem com o livro de González-Millán (2009: 68-9) à luz da crítica à desconstrução que materializa Scott sobre o conceito de *experiência*, sobretudo pela marca foucaultiana; quer dizer, porque no «tratamento *discursivo* das relacións de poder, Scott traballa cunha cuestionable identificación entre o *político* e a súa metaforización *simbólica* e *lingüístico-discursiva*» (69).

Apesar do distanciamento dos estudos feministas, González-Millán recolhe e destaca as contribuições de Rita Felski no seu livro *Beyond Feminist Aesthetics: Feminist Literature and Social Change*

[7] Pergunto-me, e não tenho resposta, o que González-Millán pensaria sobre a autodesignação identitária que permeia os debates deste século, sejam sobre racialização ou identidade de género, e mesmo sobre a adscrição nacional.

(1989), muito influente nos estudos de género. Ele está interessado na formulação do conceito de «contraesfera feminista» (*feminist counter-public sphere*), que, seguindo Hansen (2000: 67), traduz como *(contra-)espaço*, para compreender as relações entre o discurso literário e as restantes esferas sociais. É muito interessante a sinopse de Felski que fornece:

> [...] en primeiro lugar, evita a simplista homologación entre texto e xénero; en segundo lugar, precisamente porque o espacio público feminista é considerado ao mesmo tempo como unha ideoloxía utópica e unha determinada serie de prácticas culturais gobernadas por específicas condicións políticas e socioeconómicas é capaz de explicar as contradiccións e tensións nos movementos feministas; e, finalmente, este concepto axuda a entender a especificidade do feminismo contemporáneo como un vehículo de transformación ideolóxica e social, porque ofrece un marco analítico o suficientemente flexible como para investigar as múltiples e contradictorias influencias que determinan o feminismo como unha complexa rede de prácticas sociais e culturais. (67-8)

A sinopse, pela sua brevidade, acaba por ser um tanto obscura, particularmente no que diz respeito à primeira das contribuições, quando afirma que «evita a simplista homologación entre texto e xénero» (67). Felski parte de uma distinção que Toril Moi defende, e converte em popular, no seu livro *Sexual/Textual Politics* (2002 [1986]). Moi pretende oferecer uma abordagem à teoria — não apenas ao movimento — feminista de segunda onda e distingue dois blocos: o que denomina «crítica feminista anglo-americana» (Virginia Woolf, Kate Millet, Elaine Showalter, entre outras), caraterizada como empírica, voltada para a conquista da igualdade de direitos e até mesmo andrógena, em comparação com o que chama «teoria feminista francesa», que participa do pós-estruturalismo, voltada para o texto e marcada pelo pensamento da diferença sexual (Luce Irigaray, Hélène Cixous e Julia Kristeva, entre outras).[8] Estas duas tendências,

[8] Com a denominação «nacionais», Moi não refletia o lugar de nascimento ou raízes das autoras, mas a sua filiação a uma dessa duas tradições teóricas: «A final point: the terms "Anglo-American" and "French" must not be taken to represent purely national demar-

nas palavras de Felski, «can be described as 'instrumental' and 'aesthetic' theories of the text» (1989: 3).

Ao debulhar as contribuições de Felski, González-Millán considera o feminismo um movimento social caraterizado por uma ideologia utópica e uma prática cultural contraditória. Portanto, ele está ciente da multiplicidade de posições dos feminismos — e, assim, do sujeito social *mulheres*, formulado no plural pela terceira onda feminista — mas implicitamente recusa o seu reconhecimento como teoria, quer dizer, como pensamento especulativo. É verdade que no capítulo 2 do livro de Felski há um subcapítulo intitulado «Feminism as a Social Movement», mas, sem dúvida nenhuma, o que esta obra pretende é articular uma teoria da política feminista da textualidade.

Porque cita a Felski para, a seguir, problematizar esse conceito de experiência de Joan Scott (González-Millán 2000: 68)? A razão, novamente, está no livro de Felski, quem dedica os capítulos 3 e 4 a analisar, de uma perspectiva histórica, a escrita feminista em primeira pessoa desde a confissão até o romance de autodescoberta, pondo em jogo conceitos como «identidade feminina» e «comunidade», para, no capítulo 5, formular a «contraesfera pública feminista».

González-Millán voltará a afirmar o caráter de movimento social numa seção sobre despolitização, que, a seu ver, é consequência da «fragmentación e o conseguinte escepticismo fronte ás estratexias que teñen como obxectivo a transformación social da sociedade» (119). Também menciona os limites das contribuições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, pela «difusa e abstracta concepción foucaultiana do poder social» (*ib*.), no livro *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (1985). Reproduz uma citação de Linda A. Kauffman,

cation: they do not signal the critics' birthplace but the intellectual tradition within they work. Thus I do not consider the many British and American women deeply influenced by French thought to be "Anglo-American" critics» (2002 [1986]: xiv). Moi não leva em conta os contributos de Françoise Collin à teoria feminista francesa, relevantes para pensar questões-chave como «praxe», «diferença sexual» ou «universalismo», talvez porque grande parte da sua produção tenha sido publicada na revista *Les Cahiers du GRIF*, como pode ser visto na seleção *Praxis de la diferencia: entre libertad y liberación* (2006), editada por Marta Segarra, com posfácio de Fina Birulés.

ativista em vários movimentos sociais radicais e autora do artigo «The Anti-Politics of Identity» (1990):[9]

> Deuse un deslizamento da concepción da identidade na que o poder estaba relacionada co ámbito do poder político á visión de que tódalas formas de poder teñen unha mesma relevancia política [...]. Cando todo é categorizado como político, é practicamente imposible reformular unha estratexia política minimamente efectiva, porque non se dispón dunha linguaxe ou dunha perspectiva teórica que posibilite a distinción entre formas e niveis de poder político. [...] ¿Como expandir co concepto do *político* para incorporar —e axudar a combater— a dominación histórica e a exclusión da muller, da xente de color, dos homosexuais e as lesbianas? (*apud* González-Millán 2000: 120-1).

No comentário que segue a citação, González-Millán insiste na consideração de que os movimentos sociais têm influência na «nova esquerda», aborda em detalhe as diferenças a respeito da esquerda *tradicional* e expõe a consequência de privilegiar a configuração de novas identidades: a renuncia a transformar o mundo devido a que a categoria universal do marxismo, o proletariado, é substituída por pequenas comunidades não hierarquizadas que se baseiam no princípio da autenticidade nas relações pessoais (121-4). Não pode deixar de se questionar sobre esse assunto, ainda que o apresente explicitamente como um limite infrutífero devido «ao excesivo protagonismo asignado á cuestión das identidades e ós procesos de formación do diferencialismo culturalista» (123).

A política identitária oferece dificuldades também do ponto de vista dos estudos de género e sexualidade, particularmente

[9] Por *lapsus calami*, González-Millán reproduz a autoria sem o primeiro nome e em masculino: «o mesmo A. Kauffman» (120). É surpreendente que cite L. A. Kauffman, que na época era basicamente diretora da norteamericana *Socialist Review* e nome recorrente nos movimentos sociais, incluindo o feminismo, as ações anti-AIDS, o antirracismo e a resistência ao trumpismo, mas que como autora apenas publicou um livro, *Direct Action: Protest and the Reinvention of American Radicalism* (2017). Não surpreende que González-Millán tome em conta a *Socialist Review*, uma publicação de referência nos debates académicos da esquerda, onde publicara Donna Haraway um dos textos mais críticos com o feminismo identitário, «A Manifesto for Cyborgs» (1985), e muitos outros artigos sobre revolução, ativismo feminista e lésbico Nancy Fraser e Iris Marion Young, embora não são tidas em conta em *Resistencia cultural e diferencia histórica*.

pelo recurso à autenticidade e ao essencialismo. Mas a dificuldade de ampliar a consideração do que é política para o ideário e para a praxe dos movimentos de exclusão que formula L. A. Kauffman tem a ver, penso eu, com uma crítica ao multiculturalismo baseado em identidades oposicionais. A partir de um quadro teórico que não é o de González-Millán e tampouco o multicultural, Birulés reflexiona sobre a diferença em relação à política, e resolve as contradições teóricas, a partir de uma pergunta de Jacques Derrida e Élisabeth Roudinesco: «Com pensar la diferència com un universal sense cedir ni al comunitarisme ni al culte narcisistic a les petites diferències?» (Birulés 2014: 39). A resposta combina o feminismo da diferença com a esfera pública:

> [Françoise Collin] no ha deixat de recordar-nos que, en el marc del feminisme, es tracta de pensar una igualtat que no sigui de l'ordre de la igualació i una diferència que consisteixi en el desplaçament i no pas en l'assignació.
> Solem pensar que els éssers humans ens relacionem pel que tenim en comú, però és ben al contrari: les relacions polítiques es produeixen gràcies a la singularitat de cadascú. [...] la diferència no és una distinció, una essència o una oposició sinó un diferir, un moviment d'espaiament, [...] una referència a l'alteritat, a una heterogeneïtat que, d'entrada, no està lligada a cap oposició (40).

Posições ou identidades sociais? A ubiquidade da resistência

O quinto capítulo de *Resistencia cultural e diferencia histórica* reconhece a contribuição decisiva de Michel Foucault[10] na defesa da ubiquidade da resistência, que inclui a conhecida frase: «Là où il y a pouvoir, il y a résistance et que pourtant, ou plutôt par là même, celle-ci n'est jamais en position d'extériorité par rapport au pouvoir» (1994 [1976]: 126). González-Millán constata que

[10] É surpreendente que González-Millán, sempre tão preciso, quase não se remete à obra de Foucault no seu livro, mostrando, talvez, que não partilha a mistificação do autor francês e citando algumas das suas ideias mais difundidas. Na bibliografia, inclui o primeiro volume, em inglês, de *The History of Sexuality*.

esta conceção do poder «privilexia a subversión sobre a insurrección e restaura formas de resistencia previamente relegadas» (2000: 125). A distinção entre a subversão frente à insurreição revolucionária leva-o a valorizar a obra de duas antropólogas feministas, embora analise as suas contribuições sobre o poder e não os seus trabalhos sobre género e sexualidade. Deve-se lembrar que, apesar da influência foucaltiana, a teoria feminista reconheceu a profunda mudança ocorrida no reconhecimento das mulheres e ressemantizou o conceito histórico de revolução como «revolución silenciosa das mulleres» (González Fernández 2012: 119), que, para Birulés (2018), seguindo Hannah Arendt, é uma *revolução sem modelo*.

Os textos de Sherry Ortner permitem a González-Millán afirmar que as formas de poder e de resistência não se desenvolvem apenas em «ámbitos privilexiados como o político ou o económico» (2000: 126), com as possibilidades que se oferecem noutros terrenos, como a cultura e a religião; por isso sublinha, em nota de rodapé, que no caso galego a literatura foi utilizada para resistir e articular um projeto nacional, aspeto que ele próprio tinha analisado em livros e artigos anteriores. Também usa Ortner para criticar, tanto em Jameson quanto em Francisco Rodríguez, a autenticidade do endogenismo enxebrista e o peso excessivo do realismo para distinguir as diferenças inerentes à identidade cultural (126-30). O debate sobre o realismo é, de facto, um lugar comum nas literaturas emergentes até que a popularização e o estudo da ficção especulativa nessa mudança de século, também da feminista, vem a destacar o seu caráter de ficção política. Ortner defende a inevitável «heteroxeneidade interna dos grupos subalternos» (126), por isso distingue entre *posições* — «determinadas por diversas condicións: idade, sexo, etc.» (*ib*.) — e *identidades sociais* — «por exemplo, a súa condición de ente nacional» (*ib*.). Com esta paráfrase, González-Millán reafirma que a diferença nacional é uma identidade social central «que en principio parece determinar tódolos demais comportamentos» (*ib*.). A minha posição, porém, é bem outra, por isso usei a metáfora do guarda-chuva totalizador (*totalizing umbrella*),

que vem dos estudos pós-coloniais feministas, especificamente de R. Radhakrishnan (González Fernández 2005).

De Lila Abu-Lughod interessa-lhe a González-Millán apenas um artigo inicial, «The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power Through Bedouin Women» (1990),[11] que lhe permite destacar o papel da instituição literária na resistência de uma comunidade tradicional contra a instituição sócio-política dominante. O exemplo parece-lhe apropriado porque vem demonstrar que os complexos e contraditórios elementos de resistência permitem identificar as posições de poder, a sua transformação histórica e a sua maleabilidade para se entrelaçar, além do local, com outros sistemas estrangeiros.

Diferença histórica: a nação sem corpos

Resistencia cultural e diferencia histórica diagrama e ordena os debates que acompanham a emergência da subalternidade em tempos de globalização, a diversidade de subjetividades e teorias que caraterizam a pós-modernidade e ensaia as possibilidades que oferecem esses quadros teóricos para renovar os estudos culturais na Galiza. Seguindo Sherry Ortner, González-Millán pensa que a nação é o espaço no qual se subsumem outras diferenças «de parte», que considera apenas movimentos sociais e não teorias sobre o género, a racialização ou a idade. Leu algumas contribuições de teóricas feministas reconhecidas, particularmente Joan Scott, Rita Felski, Nancy Fraser e Lila Abu-Lughod, e tem-nas em consideração na complexa análise dos conceitos de experiência, diferença e identidade, espaço público e contraesfera. Cita pontualmente Seyla Benhabib, Chantal Mouffe ou Gayatri C. Spivak, que lhe servem para alertar sobre os excessos de entender a dinâmica sociocultural a partir do ato

[11] Esta influente antropóloga orientalista e feminista compartilhou leituras com nomes fundamentais da teoria feminista e dos estudos de género, no Williams College, como Catharine MacKinnon, Adrienne Rich e Wendy Brown, e posteriormente fez parte do Institute for Advanced Study (IAS), em Princeton, onde entrou em contato com Judith Butler, Evelyn Fox Keller e Donna Haraway.

enunciativo (González-Millán, 2000: 152). Esta razão e ainda o distanciamento do que considera relativismo diferencial, impediu que reconhecesse plenamente as autoras citadas e mesmo que obviasse autoras fundamentais e provocadoras dos estudos de género, como Judith Butler, Donna Haraway ou, ao esquematizar as contribuições do desaparecido Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham, Angela McRobbie, quem fora, justamente, muito crítica pela ausência de uma perspectiva de género nos estudos culturais. Pontualmente menciona Sheila Rowbotham, uma autora do marxismo cultural britânico muito influente no feminismo das décadas de 1970 e 1980 (37).

González-Millán, neste *reader* generoso e profuso, demonstra que sabia dos debates sobre a diferença sexual, ainda que os colocasse em relação a um movimento social ou uma prática. É verdade que, na viragem do século, a teorização sobre o género e a sexualidade chocava não apenas com uma subjetividade marcada pelo «sintomático etcétera» mas com uma teoria plural que permite fortes contradições ideológicas sobre o modelo de sociedade. Não dialogou, mas utilizou algumas dessas contribuições para delimitar conceitos e assinalar as tensões que acompanham a diferença nacional subalterna vista a partir da teoria social crítica do final do século XX. Daí surge, porém, uma nação sem género, sem sexualidade e sem corpos.

Referências bibliográficas

Abu-Lughod, Lila (1990). «The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power Through Bedouin Women». *American Ethnologist*, 17 (1), 41-55.

Agra, María Xosé (2020). «Género: embrollo y desacuerdo». Fuster, À. Lorena (ed.), *Palabras clave. Reflexiones para Fina Birulés*. Barcelona: Icaria, 91-9.

Birulés, Fina (2014). *Entre actes: entorn de la política, el feminisme i el pensament.* Canet de Rosselló: Trabucaire.

Birulés, Fina (2018). *Feminisme: una revolució sense model.* Barcelona: CCCB.

Braidotti, Rosi (2002). *Metamorphoses: Towards a Materialist Theory of Becoming*. Cambridge: Blackwell.

Butler, Judith (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova Iorque e Londres: Routledge.

Butler, Judith; Spivak, Gayatri (2007). *Who Sings the Nation-State?* Londres, Nova Iorque e Calcuta: Seagull Books.

Calhoun, Craig (ed.) (1992). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: The MIT Press.

Calhoun, Craig (1997). *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Calhoun, Craig (2002). «Imagining Solidarity: Cosmopolitanism, Constitutional Patriotism, and the Public Sphere». *Public Culture*, 14 (1), 147-71.

Calhoun, Craig (2007). *Nations Matter: Culture, History and the Cosmopolitan Dream.* Londres: Routledge.

Carneiro, Sueli (2021). «Fazer da reflexão intelectual uma espada, como convém a uma filha de Ogun». *LASA Forum*, 52 (2), 3-5. https://forum.lasaweb.org/files/vol52-issue2/Kalman-Silvert-Award.pdf.

Casas, Arturo (2007). «Xoán González-Millán: itinerarios teóricos». González Fernández, Helena; Lama López, María Xesús (coords.), *Mulleres en Galicia. Galicia e os outros pobos da península: Actas VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Barcelona, 28 ó 31 de maio de 2003*. Sada: Ediciós do Castro, Asociación Internacional de Estudos Galegos e Universitat de Barcelona, 61-8.

Collin, François (2006). *Praxis de la diferencia: entre libertad y liberación*. Segarra, Marta (ed.). Barcelona: Icaria.

Eagleton, Terry (2003). *After Theory.* Londres: Penguin Books.

Fantasia, Rick; Hirsch, Eric (1995). «Culture in Rebellion: The Appropriation and Transformation of the Veil in the Algerian Revolution». Johnston, Hank (ed.), *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 144-60.

Felski, Rita (1989). *Beyond Feminist Aesthetics. Feminist Literature and Social Change*. Cambridge, MA: Harvard U. P.

Foucault, Michel (1994 [1976]). *Histoire de la sexualité I, La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.

González Fernández, Helena (2005). *Elas e o paraugas totalizador*. Vigo: Xerais.

González Fernández, Helena (2012). «Dona i nació: com somniar la revolució?». Martí-Jufresa, Felip; Bassas, Xavier (eds.), *Què se n'ha fet de la veritat? Què se n'ha fet de la revolució?* Barcelona: Arts Santa Mònica, 114-31.

González-Millán, Xoán (2000). *Resistencia cultural e diferencia histórica.* Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

Guillaumin, Colette (1972). *L'Idéologie raciste: genèse et langage actuel.* Paris e A Haia: Mouton & Co.

Kauffman, L. A. (1990). «The Anti-Politics of Identity». *Socialist Review*, 20 (1), 67-80.

Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal (1985). *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic* Politics. Londres e Nova Iorque: Verso.

Moi, Toril (2002 [1986]). *Sexual/Textual Politics*, 2ª. ed. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Palaisi, Marie-Agnès (2008). «Saberes nómades. El sujeto nómade como contraespacio epistemológico». *Enrahonar. An International Journal of Theoretical and Practical Reason*, 60, 57-73.

Scott, Joan W. (1986). «Gender: A Useful Category of Historical Analysis». *The American Historical Review*, 91 (5), 1053-75.

Scott, Joan W. (1988). *Gender and the Politics of History*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Scott, Joan W. (1996). «The Evidence of Experience». McDonald, Terrence (ed.), *The Historic Turn in the Human Science*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Segarra, Marta (2021). *Género. Una inmersión rápida*. Barcelona: Tibidabo Ediciones.

Williams, Raymond (1977). *Marxism and Literature.* Oxford: Oxford U. P.

Wood, Ellen M.; Foster, John B. (eds.) (1997). *In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda,* Nova Iorque: Monthly Review Press. [Reeditado en Delhi: Aakar Books, 2006].

Zerilli, Linda (1998). «This Universalism Which Is Not One». *Diacritics*, 28 (2), 2-20.

Discurso, hegemonia e linguagem: González-Millán e a teoria da cultura galega

Álex Alonso Nogueira
Instituto da Lingua Galega, USC / Brooklyn College, CUNY

Rumo a uma teoria crítica do discurso

Há mais de vinte anos, Xoán González-Millán publicou um dos seus últimos trabalhos, «Discursos sociais e literatura nacional: unha proposta paradigmática (Galicia como referente)» (2000a), um ensaio muito representativo da sua linguagem teórica, estreitamente conectado, também, com o seu livro *Resistencia cultural e diferencia histórica* (2000b). O artigo era uma reflexão sobre a necessidade de abrir um novo caminho para o estudo de um conceito chave, «literatura nacional», que ele próprio definira num artigo de referência (González-Millán 1995a: 77-9). Para o investigador de Ogrove, a possibilidade de trabalhar acerca desse conceito requeria uma mudança de paradigma teórico, uma nova linguagem que, a partir de uma teoria crítica dos discursos sociais, analisasse a literatura e, por extensão, a cultura galega, e o seu papel na articulação de um espaço público nacional. Tudo isto num momento histórico em que, como ele mesmo apontava, «o poder político autónomo amosa moi pouca vontade de contribuír a este proxecto» (2000a: 171). Essa referência contextual é importante num momento muito específico da história da Galiza, em que a política da Junta tinha conseguido formular um conceito de cultura galega extenso, num certo sentido hegemónico, a partir de uma apropriação folklorizante da cultura popular e da neutralização do potencial emancipatório da cultura nacional.

Dado este enquadramento histórico, que não sempre é levado em conta, González-Millán formula que o estudo da literatura galega não podia ser feito já dentro das categorias elaboradas pela história ou pela teoria literárias tal como foram institucionalizadas na Espanha e especificamente — embora também

não seja geralmente levado em consideração — nas universidades galegas. Na medida em que tanto uma como a outra foram definidas através de linguagens e estruturas puramente internas às disciplinas, renunciaram a dar conta da posição relativa e dos diferentes usos políticos que o discurso literário galego tivera desde a sua refundação como instrumento de resistência simbólica a partir dos meados do franquismo e até aquele fim de século, que hoje vemos como um passado passado.[1] Ao definir a literatura em termos puramente literários e compreendendo a sua complexidade através de conceitos formais como «intertextualidade», a crítica deixava de lado — e renunciava a interpretar — que a literatura galega desempenhara uma série de funções não «estritamente literárias» que de alguma forma constituíam a sua especificidade histórica. Para deixar para trás essas limitações, e dentro de um projeto que desde os seus primeiros trabalhos apontava para além da literatura, González-Millán elaborou uma teoria do discurso literário que define a literatura nacional não como um objeto formal, mas como uma instituição histórica; em certo sentido, como aquilo que Stuart Hall denominou uma «formação discursiva» (1996a: 434): «un proceso sociocultural, directamente conectado coas institucións que interveñen de forma activa no control das diversas formas do saber e do poder socioeconómico, simbólico e político». Isto é, «un discurso específico e autónomo» que ao mesmo tempo funciona «como un instrumento privilexiado da representación colectiva, sobre todo en situacións como a galega caracterizadas por unha intensa deficiencia institucional» (González-Millán 2000a: 169-70).

Então, se a literatura é um «discurso» — conceito definido em oposição direta ao de «texto» e à própria persistência da dupla «texto/contexto» —, a reflexão do professor do Hunter College abre a possibilidade de uma leitura política da literatura, que vá além de uma leitura hermenêutica e ao mesmo

[1] Para uma investigação atenta que reflexiona ao mesmo tempo sobre história institucional, os seus contextos políticos e a história do discurso, pode-se agora ver o extraordinário trabalho de Henrique Monteagudo (2021).

tempo de uma simples observação do papel que a literatura desempenhou em certos contextos subalternos.[2] É este conceito teórico, «discurso», a pedra mestra que marca uma viragem na sua trajetória, já que lhe permite sair daquilo que ele próprio denominou «teoria textualista», que em última instância se baseia numa delimitação rígida do conceito de literatura, abrindo assim caminho a uma leitura dinâmica que só muito imperfeitamente teria exprimido o conceito de intertextualidade (González-Millán 2000a: 164).

De facto, embora na obra de González-Millán seja possível reconhecer algumas ideias-chave que atravessam quase todos os seus textos, apresentadas de forma exemplar por Arturo Casas (2021), certas inflexões em conceitos basilares permitem ativar de um modo diferente os seus estratos de sentido. Assim, apesar de que o termo «discurso» já se encontre na produção crítica de 1991 (1991a, 1991b, 1991c), a partir de 1993 o conceito passou a ser definido não só como um mero conjunto de enunciados, mas como um sistema dinâmico que vai para além do textual. Este corte, ou mais precisamente este ponto de inflexão, que pode ser datado depois da sua leitura e comentário da polémica Jameson-Ahmad (1993, *vid*. Alonso Nogueira 2022), permite formular de novo a relação entre a literatura, a história e a política, e reconhecer o papel de discurso vicário, supersignificante, em certo sentido, que o discurso literário desempenhou, ou de alguma forma foi forçado a desempenhar, em contextos subalternos, como é o caso do espaço cultural galego.

Talvez onde melhor pode ser percebida a crescente importância do novo conceito de «discurso», que esteve no centro do debate metodológico nas ciências sociais no final dos anos 80 seja em dois textos chave, em certo sentido complementares embora atingissem diferente fortuna na sua recepção crítica. Em

[2] Isso não significa que tenha renunciado à hermenêutica, como provam os seus trabalhos sobre Cunqueiro ou a sua monografia muito significativa sobre o romance de Anxo M. Rei Ballesteros (1995b). De facto, na introdução a *Resistencia cultural e diferencia histórica* afirma: «Esta hipótese dun espacio interparadigmático [refere-se ao seu próprio livro] deixa a porta aberta a un *momento* hermenéutico nas prácticas da teoría social, ó desbotar a posibilidade dunha verdade absoluta como obxectivo» (González-Millán 2000b: 15-6).

primeiro lugar, «Do nacionalismo literario a unha literatura nacional. Hipóteses de traballo para unha lectura institucional da literatura galega» (1995a), um artigo em que o autor delineia um programa de investigação que em parte figura desenvolvido na valiosíssima monografia de 1994 *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)* e no qual registra uma redefinição do conceito de literatura (Lourido 2014). Em contraste com o conceito de literatura como «antidiscurso social» (1991b: 20), que parte de um conceito «textual» de discurso e que leva implícito um dualismo metodológico — ou seja, que implicava uma certa exterioridade da literatura em relação à história e aos outros discursos sociais —, em «Do nacionalismo literario…» usa-se «discurso» noutro sentido, mais próximo à viragem teórica que consagram as publicações do ano 2000. Portanto, não estamos mais diante de uma *representação*, no sentido fraco da palavra, mas de uma literatura que vai ser definida como «un sistema de prácticas sociais específicas, nas que interveñen uns axentes e unhas institucións» (González-Millán 1995a: 68). Apesar da brevidade, o contraste com os usos anteriores permite reconhecer nesta definição duas chaves fundamentais no centro do debate académico americano, num momento em que o estruturalismo e o funcionalismo pareciam esgotados. Perante os dois velhos paradigmas modernistas, a teoria do discurso social permite impulsionar uma interpretação histórica e sociológica em simultaneidade com a necessária ênfase no caráter dinâmico, histórico, concreto e material da literatura. A implicação mais forte dessa viragem crítica, que não é puro nominalismo, consiste em que a prática analítica associada, para além de regras, formas e funções, permite ultrapassar uma crítica destinada a saltar de texto em texto e introduz no trabalho teórico-crítico tanto os sujeitos, por vezes como meros agentes, como as instituições. Estabelece-se assim um horizonte material para o trabalho de investigação literário e não apenas o destinado a dar conta de formas simbólicas mais ou menos sublimes.

Este primeiro momento da viragem discursiva de González-Millán é completado por um trabalho um pouco escuro de

1998, que a crítica, especialmente aqueles a quem era dirigido, tem ignorado até hoje. Publicado em 1998 nos *Cadernos de Lingua*, uma das publicações centrais da filologia galega, o ensaio «O criterio filolóxico e a construcción dunha literatura nacional: achegas a un novo marco de reflexión» supõe uma tentativa de converter a teoria dos discursos sociais no novo horizonte crítico dos estudos filológicos e de ultrapassar os métodos positivistas, ainda hoje dominantes. Só a partir da nova teoria se pode analisar a lógica do critério filológico que, longe de ser um limite dado ou natural do discurso, faz parte das tensões de poder internas à literatura galega. Sob o fundo do artigo, subjaz a tensão entre a energia da nova literatura, sensível às novas vozes sociais, e um critério filológico cuja lógica institucional o faz funcionar como um mecanismo disciplinar de «tendencia esencialista que identifica determinados rexistros lingüísticos con imaxinarios literarios específicos» (González-Millán 1998: 21). Para superar esse mecanismo tornava-se necessário que o critério filológico deixasse de tomar-se como um limite dado, uma dessas categorias naturalizadas que refere Antón Figueroa (2001: 71), e que os estudos literários se abrissem, para além do nacionalismo filológico, «a novas comunidades de lectores e ás modalidades de recepción correspondentes» (González-Millán 1998: 22).

Esta viragem quase copernicana, que nunca se concretizou na prática, implicava considerar os textos «como productos discursivos heteroxéneos e ambiguos» (1998: 13) e, para além disto, justamente através da definição de discurso levava a deslocar a linha de trabalho de uma filologia positiva para uma filologia crítica ou reflexiva, em diálogo com a teoria sociológica, a partir do conceito de *interdiscursividade*. Era este conceito, e não o ainda muito literário de *intertextualidade*, o que permitia compreender que, longe de estar diante de sistemas de práticas autónomos, os discursos sociais estão em conflito e constante reajuste, sujeitos a «múltiples interaccións discursivas que determinan o espacio sociopolítico e cultural no que emerxe o discurso filolóxico» (1998: 18).

Por outras palavras, língua, literatura e nação não são formações discursivas claramente separadas. Ao mesmo tempo que a língua ou mais especificamente o discurso filológico legitimam a nação e delimitam e ordenam a literatura, o discurso nacionalista reconhece-se a si próprio em certos autores, associados por sua vez a um modelo de língua e a certas formas literárias dos quais se recolhe uma certa experiência nacional, que González-Millán teria definido a partir de 1994 como «experiência da subalternidade».[3] Neste contexto, o critério filológico funciona como um dos mecanismos de controlo estrito que delimitam as aparentemente ilimitadas possibilidades de contacto intertextual e de combinações discursivas (González-Millán 2000a: 167). Portanto, é também uma instituição, em certo sentido a primeira, a delimitadora do discurso. Nos termos de Bourdieu, o critério filológico seria, por consequência, o «nomos» do campo.

Esses pontos de inflexão conduzem, tal como eu os li, para a ambiciosa e desafiante proposta do ano 2000. A literatura nacional deixou de ser um repertório ou sistema, e muito menos uma representação de segundo grau, expressão da identidade coletiva. Interpretada a partir desta teoria social, a literatura é um «derivado discursivo», ou o que é o mesmo, o resultado de uma forma específica de institucionalização. Assim definida, destaca que se precisa «dunha proposta menos textualista» (González-Millán 2000a: 169), num momento em que os historiadores políticos e sociais se perguntavam se todo o social era texto ou se dava como texto, em linha com o analisado nos primórdios da década de 90, entre outros, por Geoff Eley. Simultaneamente, faria-se preciso fugir da «tentación pandiscursivista» (2000a: 165),

[3] A possibilidade de passar do textual ao social requer um novo conceito que permita mediar entre as determinações e as práticas, entre estrutura e agência, em termos sociológicos. A elaboração do conceito por González-Millán é em grande parte herdeira, pelo menos na minha interpretação, do trabalho clássico de Joan W. Scott, sendo González-Millán o primeiro a referi-lo entre nós. Apesar das críticas ao seu «ultradiscursivismo», por assim dizer, a teórica feminista permite-lhe uma definição não essencialista ou metafísica da experiência, que se ajusta muito bem às suas primeiras análises e ao conceito de «etnopoética» que cedo deixaria para trás (González-Millán 2000b: 68-9). O artigo de Scott (1991) é fundamental tanto para entender a viragem discursiva da teoria da história social e política quanto para os estudos de género e identidade em geral.

pois o discurso configura uma certa realidade pré-existente, mas não a constitui ontologicamente.

Assim, apesar do distanciamento frente aos textos de Michel Foucault, um pouco herdeiro da desconfiança que os setores da esquerda com tradição mais materialista mantinham perante a sua teoria do poder, e das implicações práticas que poderiam advir dela, o seu trabalho é marcado pela proposta do teórico francês.[4] A literatura, enquanto discurso ou enquanto formação discursiva não é apenas um conjunto de práticas linguísticas, mas é, sobretudo, um modo de saber, de conhecimento histórico, político, moral e estético, associado a formas de poder e atravessado por lutas políticas. Ao mesmo tempo, González-Millán participa do processo de redefinição e constituição de novas identidades que encontraram — e continuam a encontrar — no discurso literário, especialmente em contextos pouco institucionalizados, uma forma de representação.[5]

Os discursos, numa definição de época, permeada de novo pelo trabalho crítico de Michel Foucault, seriam formas de estruturar tanto os campos de saber quanto a mesma sociedade (2000a: 164), com capacidade para descrever não só a história da cultura galega mas a própria constituição do nosso presente, para além de leituras disciplinárias. Se a sociedade não era um todo monológico, mas uma formação instável atravessada por discursos sociais tensionados uns contra os outros, a análise de qualquer área de conhecimento exigia

> operar cunha concepción aberta e inclusiva da dinámica *inter-discursiva*, e superar a reductora lectura *inter-textualista*, que nas últimas déca-

[4] Entendo o *materialismo* como um discurso teórico articulado sobre três chaves básicas: a análise relacional — de acordo com Marx, quando este considera que a essência humana é a soma das relações sociais —, uma conceitualização complexa da dupla determinação/sobredeterminação — que nos permite interpretar as mediações entre circunstâncias e as ações e representações — e a centralidade do conceito de prática como ponto de partida de qualquer análise histórica.

[5] Este é um dos argumentos mais repetidos da sua obra de 1994. No final dos anos 90, a progressiva institucionalização da cultura galega e o processo de autonomização do espaço social condicionaram a sua perda de peso ou de uma posição forte na hierarquia dos discursos sociais (González-Millán 2000a).

das lle impuxo unha imaxe deformadora á percepción das dinámicas dos discursos sociais, entre eles, pero non en exclusiva, o literario. (González-Millán 2000a: 166)

Contra-hegemonia/Hegemonia

Deslocar a análise do texto para o discurso, de uma teoria mais ou menos fenomenológica da literatura para uma leitura sociológica mais materialista, implicava não só renunciar à *epokhé* que era condição de possibilidade de qualquer análise técnica, mas situar socialmente as práticas e reconhecer como as dinâmicas discursivas — González-Millán dirá «inter-discursivas» — estão imbricadas em «modalidades de poder» (2000a: 167), que podem ler-se como parte da constituição da hegemonia e, no seu caso, das tentativas por articular formas anti-hegemónicas de resistência:

> as relación entre os discursos sociais, vistas desde esta perspectiva, son áreas de privilexio para analizar o precario equilibrio que caracteriza o comportamento dunha lóxica social hexemónica; é dicir, a producción, a distribución e consumo dunha manifestación discursiva […] non son senón procesos e prácticas nos que se debate a producción, a reproducción e a transformación […] dunha determinada articulación hexemónica, que vai asociada sempre a unha específica articulación interdiscursiva. (2000a: 167)[6]

A reflexão sobre os discursos como práticas sociais atravessadas na lógica do poder conduz necessariamente ao problema da constituição da hegemonia, um dos conceitos chave da teoria cultural marxista. Como sucede com o caso de «discurso», o termo *hegemonia* já aparece nos primeiros trabalhos de González-Millán, de uma forma genérica, mas também muito sig-

[6] Outro dos conceitos chave que mostra a dependência de González-Millán da linguagem dos estudos culturais dos anos 90 é o conceito de «articulação», originalmente e no seu sentido político formulado por Ernesto Laclau, de quem passaria aos estudos culturais a partir, sobretudo, dos trabalhos de Stuart Hall (*vid*. Hall 1996b). Qualquer tentativa de transcender os espaços académicos e participar da vida política passa por esse conceito.

nificativa. Assim, por exemplo, no segundo capítulo de *Silencio, parodia e subversión,* assinala:

> Como espacio de resistencia simbólica, e ao mesmo tempo inscripción da heteroxeneidade social (léase contradicción, inestabilidade, desintegración, crise), a novela galega documenta a crise de lexitimación dunha institución, a do Estado, que experimenta dificultades para impoñer a súa *hexemonía política e social* fronte a outras propostas socioculturais, e ao mesmo tempo textualiza imaxinariamente un territorio de supervivencia onde se instala a producción sémica galega. (1991b: 47, itálicos meus)

Embora o uso no texto de «hegemónico» esteja mais próximo do conceito genérico de «dominante» do que do conceito gramsciano em sentido estrito, para o qual se requeria tanto a referência à produção de consentimento, e, portanto, a uma lógica menos vertical, o parágrafo já aponta para o conflito: a imposição de uma certa ordem naturalizada, que está no cerne de toda prática hegemónica. Ao considerar a narrativa uma forma de resistência à hegemonização, González-Millán situa-a no centro da disputa simbólica. Afasta-se assim das teorias do romance nesse momento dominantes no Estado. A narrativa não é valorizada pela sua capacidade mimética, nem muito menos pela sua capacidade para produzir certo efeito de realidade ou pelo seu virtuosismo retórico ou linguístico.

Fugindo a um tempo tanto da elaboração fenomenológica e um pouco contra-intuitiva de realismo quanto da vulgata modernista, o valor do texto narrativo é definido relacionalmente, segundo se acaba de indicar, pela sua capacidade para documentar um «espacio de resistencia simbólica, e ao mesmo tempo, inscripción da heteroxeneidade social» (1991b: 47). Esta definição bimembre também implica um duplo movimento: primeiro um momento negativo, de impugnação dos relatos recebidos e criados fora da comunidade; e posteriormente outro, positivo, que permite inscrever, em certos textos narrativos, não só as vozes em sentido genérico, mas sobretudo os conflitos e os silêncios,

e finalmente as novas identidades sociais.[7] Essa concepção fortemente normativa do texto narrativo, é uma das ideias-chave do seu trabalho «Do nacionalismo literario...» (1995a: 79), mas já estava em *Silencio, parodia e subversión* (1991b: 29) ou numa recensão muito significativa, em *Grial*, sobre a leitura que a crítica estado-unidense fez de Mikhail Bakhtin (1991d), naquela altura no centro do debate académico. A narrativa definir-se-á, assim, de forma normativa e relacional: em certo sentido, um duplo questionamento, tanto dos mitos nacionais transmitidos pelo discurso nacionalista como das representações hegemónicas naturalizadas pelo discurso político homogeneizador do Estado.[8]

A reflexão sobre o novo imaginário literário galego e o seu sentido relacional, a respeito da cultura hegemónica, prefigura vários dos conceitos que estariam no centro dos debates dos estudos culturais e da leitura britânica de Gramsci na década de 80. Por um lado, a cultura galega, enquanto cultura subalterna, apenas pode ser definida como uma tradição fragmentada e instável, mas estas mesmas limitações ontológicas tornam-se uma virtude, na medida em que os nossos relatos se tornam mais úteis para pensar os conflitos políticos e sociais (sempre, é claro, que não se tentem converter num novo relato totalizador). Ao mesmo tempo, o valor não consiste na sua proximidade a um paradigma modernidade/pós-modernidade, nem procede de serem «textos de grupo» lidos epicamente (Figueroa 1989: 51 e ss.) como expressões étnicas da identidade nacional. Muito pelo

[7] Daí, por exemplo, as suas muito brilhantes referências à «memoria», antes de que a viragem memorial ocorresse no discurso crítico. Ao contrário, porém, das elaborações escolásticas que viram na memória uma forma de correção do registro histórico, González-Millán insere a memória numa dialética política, caminho largamente evitado por grande parte da crítica. Num parágrafo cheio de ideias, em que elabora o conceito de «etnopoética» como imaginação histórica, aponta três fases constitutivas: «un primeiro momento fundacional (reducido a un acto imaxinario cando a recuperación do pasado é problemática); un segundo momento representado pola apropiación da mitoloxía fundacional; e, finalmente, a producción dun novo discurso étnico, resultado da tensión entre a memoria xenealóxica do pasado fundacional e a imaxinación proxectiva do futuro» (1991b: 23).

[8] Entre as quais se incluem as representações exotizantes, em parte naturalizadas através da obra dos próprios escritores galegos, intelectuais orgânicos de uma certa narrativa regionalizada do Estado. *Vid*. A epígrafe «Exportación. A cultura propia como espectáculo alleo» do livro de Antón Figueroa *Nación, literatura, identidade* (2001: 160-3).

contrário, os textos referem-se a uma situação em que a imaginação literária abre o espaço de uma representação, na qual os mitos fundadores são invocados e em certa forma são destituídos. São expressos como realidades questionadas ou diretamente riscadas e fazem sentido como interrupção da hegemonia da cultura estatal, mas também como suspensão de qualquer tentativa de fixar essencialmente a identidade própria (González-Millán 1991b: 36 e ss.).

Que a história dessa cultura subalterna fosse «disgregata ed episodica» como necessariamente foi, segundo Gramsci (1975: *Q* 3, § 14, 299-300), criava, porém, uma situação paradoxalmente ideal: a ausência de relatos unificadores e a possibilidade de constituir um espaço de resistência simbólica, abriu a literatura e a cultura galegas a um maior número de vozes sociais. Esta primeira conceituação do conceito de subalternidade, de novo muito paradoxalmente, é a que subjaz debaixo da sua leitura de Cunqueiro. Em contraste com a interpretação de Anxo Tarrío, que viu no autor mindoniense alguém que tinha representado a cosmovisão galega, González-Millán viu nele quem a parodiava e, ao fazê-lo, subvertia a mitologia nacionalista, tornando contingentes as narrativas da identidade. A sua virtude era questionar a identidade nacional e pôr um gigantesco ponto de interrogação na última linha dos textos fundadores: «Miña Señor amada?».

Para interpretar essa viragem ou esta reorganização semântica, na qual certos estratos de sentido estão em primeiro plano, penso que devemos aceder à publicação da polémica Jameson-Ahmad em *A Trabe de Ouro* (Ahmad 1993, Jameson 1993), que, mais uma vez, marca um ponto de inflexão (Alonso Nogueira 2022). A leitura indireta de Gramsci através do texto do teórico indiano leva-o a distanciar-se de certos mecanicismos teóricos, como por exemplo o conceito de «alegoria nacional», que tinha utilizado em vários ensaios da sua primeira época, e desenvolver certas ideias sobre o papel que a literatura teria desempenhado na constituição de um imaginário nacional galego, e, em particular, na situação que se abria depois das transformações do dis-

curso literário na década de 80 e nos primeiros anos da década de 90.[9] Em certo sentido, pensa a partir da conjuntura cultural e dá-se conta de que alguns esquemas com os que trabalhou, como o marxismo mais hermenêutico de Jameson, não são úteis para pensar a cultura galega daqueles anos. A grande mudança, porém, não será apenas essa inflexão da linguagem, que o leva a empregar um conceito mais teórico de «discurso», como já foi comentado, nem a aparição do conceito de cultura subalterna, que lhe permite definir de uma forma mais complexa e em certo sentido pós-essencial — porque *subalternidade* é por definição um valor relacional — a «resistência simbólica» em 1991. Essa grande mudança consistiu sobretudo em deixar para trás o conceito de crítica negativa, que via na literatura e no romance especificamente, um anti-discurso desconstrutor dos relatos hegemónicos para formular a necessidade de estudar os processos de institucionalização, condição sem a qual não seria possível uma cultura nacional em sentido próprio (González-Millán 1994: 75). Daí, por exemplo, uma publicação como o extraordinário *Anuario de Estudios Literarios Galegos*, que significava criar um espaço onde as novas linguagens críticas, parte fundamental na constituição e na institucionalização das novas identidades sociais, pudessem aparecer no espaço público.[10]

Esse novo contexto não entende a literatura nacional como uma mera desconstrução dos mitos unificadores das bases do nacionalismo essencialista (González-Millán 1991b: 24-5), nem vê nela simplesmente um espaço partilhado onde se pos-

[9] Se seguirmos a lógica dos seus escritos, parece que González-Millán chegou a Foucault e a Gramsci, dois tutores em certo sentido opostos, mas que estão no centro do debate da teoria do discurso, através de referências indiretas que o conduziram aos textos. No caso de Foucault, os dois livros chave são o de Diane Macdonell *Theories of Discourse* (1985) e o de Norman Fairclough *Discourse and Power* (1992), que participam de várias das reflexões que atravessam os trabalhos de González-Millán, a partir de 1994. No caso de Gramsci, as obras chave, além de Ahmad (1993), talvez sejam as de Tony Bennett *Formalism and Marxism* (1989) e *Outside Literature* (1992). Muito significativamente, essa linha teórica do trabalho marxista sobre a literatura quase não foi traduzida para castelhano ou português. O mesmo acontece com outro livro chave, o de John Frow *Marxism and Literary History* (1985).

[10] Para as transformações do discurso literário galego e o caminho do que denominou «macrotexto nacional» (1994: 78) ao intertexto polifónico, ver as obras de Dolores Vilavedra (1994 e 2000), que documentou e contextualizou esta transformação.

sam configurar as novas identidades sociais, mas vai defini-lo como um discurso; poderíamos dizer, como uma formação discursiva, no sentido que Stuart Hall lhe deu num artigo clássico (1996a[1986]: 434): o terreno onde convergem diferentes discursos, os seus pontos de contato, os seus cortes e relações de poder. A possibilidade de constituir uma literatura, propriamente falando, que não seja um mero exercício voluntarioso do nacionalismo literário depende da capacidade do espaço de se institucionalizar, isto é, de criar um sistema de normas objetivas que estruturem as práticas literárias para além da vontade dos que participam desse espaço. Em certo sentido, um campo; embora González-Millán reconhecesse em Bourdieu certos mecanicismos e reificações que deveriam ser postos de lado, chegando a criticar tanto o seu discurso teórico como a sua posição no campo político (1999).[11]

A sua reflexão metodológica, porém, como já acontecia nos seus primeiros ensaios (González-Millán 1991b), não aspira apenas a buscar um melhor modelo para a interpretação da cultura galega, mas, sobretudo, criar um novo imaginário sensível aos novos registos e as novas identidades sociais (1998: 20). Nessa linha, já em 1991 teria caraterizado o discurso narrativo e referia especificamente um pequeno grupo de romances que denominou de «alegoria nacional», que teriam a virtude de

> subverter un determinado discurso narrativo, coa súa conseguinte modelación histórica, para substituílo por outra fórmula aberta e interrogativa, capaz de reflexar na súa mesma estructura a heteroxeneidade e as contradiccións da realidade histórica representada. (González-Millán 1991b: 57)

Esta última representação aspira a converter-se num horizonte de sentido, ou nas suas palavras, um «imaginário», termo que aparece em muitas das suas obras e encerra, de forma simbólica, a nota epilogar de *Resistencia cultural e diferencia histórica*

[11] Contudo, o conceito de campo de Bourdieu, ou melhor a teoria dos campos sociais, permite no meu critério racionalizar de um modo complexo os conflitos internos aos espaços sociais, evitando a tentação do pandiscursivismo. *Vid*., por exemplo, Figueroa (2001: 28 e ss.).

(2000b: 177-80). Como Koselleck assinala num ensaio clássico, «no existe ninguna historia que no haya sido constituida mediante las experiencias y esperanzas de personas que actúan o sufren» (1993: 34). Criar uma hegemonia nacional, deduze-se, implicaria sair da lógica contra-hegemónica que teria sido própria da cultura do nacionalismo literário e também criar uma série de representações não totalizantes, sensível tanto a vozes plurais da cultura subalterna como à sua própria realidade conflituosa. Dito na linguagem de 1991, neste momento que olha para a frente, é produzido um novo discurso étnico, e «étnico» tem a ver com o etnicismo paradoxal da etnopoética, um conceito que se distancia das formas de identidade étnica tradicional e se aproxima do conceito de nova etnicidade, em que Stuart Hall estava trabalhando apenas alguns anos antes (Alonso Nogueira 2015): «[a] tensión entre a memoria xenealóxica do pasado fundacional e a imaxinación proxectiva do futuro» (1991b: 23).[12]

O passar da crítica negativa à positiva, a necessidade de criar um horizonte de sentido que não se desligue por completo das novas formas de identidade, mas que também não as aceite como realidades dadas ou essenciais, aponta ao conteúdo dessa ansiada hegemonia nacional que é referida na «Nota final» do volume (2000b: 178): o resultado de uma institucionalização, de um espaço cultural e político autónomo, e da (re)articulação de um novo imaginário social.[13]

[12] «Nova etnicidade», como «etnopoética», faz referência a uma forma de identidade pós-essencial: uma posição intermédia entre o essencialismo e o anti-essencialismo. De alguma forma, articular um novo discurso implicava partir de uma certa experiência histórica, definida da forma que referi acima.

[13] A necessidade de instituir «unha nova imaxinación histórica» (González-Millán1991b: 22-25) ou um novo «imaxinario nacional» (2000b: 178) é outra das ideias-chave que, de forma recorrente, como um mito obsessivo, reaparecem aqui e nas obras do professor do Hunter College (por exemplo, 1991b e 2000b: 178). Os diferentes sentidos com que o conceito vai ganhando forma poderiam ser uma dívida não reconhecida com Laclau, quem já o utilizava nos seus ensaios dos anos 1970. Como aponta Anna Marie Smith (1998: 167), Laclau «[…] in this later stage, a hegemonic discourse becomes an imaginary, for its claims to embody the whole "principle of reconstruction of the entire ideological domain"». Ora, se esse imaginário aspira a ser um espaço de representação total, em coerência com o conceito de hegemonia, a superfície de inscrição da diferença não pode referir-se apenas ao horizonte criado pela narrativa literária. Veja-se também o capítulo «Power and Hegemony» do mesmo livro (Smith 1998: 151-76).

Os limites de uma linguagem

A referência à hegemonia que fecha, de uma forma que quis ser temporal e que acabou sendo definitiva, *Resistencia cultural e diferencia histórica*, não significa, porém, que Antonio Gramsci ou que o entusiasmo gramsciano dos estudos culturais na década de 90, e agora de volta, seja uma fonte direta de González-Millán. Pelo contrário, como é visível no tratamento dado no livro a Gramsci (2000b: 27-37) — mas também respeito a Laclau, Hall ou Foucault — há uma atitude ambivalente que supõe uma certa distância representada. As dívidas indubitáveis na definição do conceito de «discurso» ou a referência inevitável a Gramsci quando a batalha cultural se revela como uma luta pela hegemonia, não pode evitar que seja possível reconhecer, ao mesmo tempo, uma certa absorção da linguagem e do «projeto» do revolucionário sardo. Assim, por exemplo, González-Millán quase passa por alto o problema do «nacional-popular», principal e paradoxalmente na seção do livro dedicada ao conceito de «cultura popular» e parece estar, no entanto, mais interessado, ainda que criticamente, no de «sociedade civil», na medida em que lhe serve para reelaborar o conceito de institucionalização.

De facto, há uma ambigüidade que tentarei desenvolver muito brevemente. Primeiro, o contexto: as mudanças na linguagem ou pelo menos as inflexões do sentido de certos conceitos teóricos, como «discurso» ou «hegemonia», não podem ser separadas do que na altura estava a acontecer na Galiza entre os anos da frustrada esperança tripartita, quando um certo nível de caos e de criatividade parecia abrir um momento histórico de mudança, e a chegada de Manuel Fraga à Junta e a consolidação do seu governo ao longo da década de 90 (em certa forma, a nossa revolução passiva). Os anos de Fraga não foram apenas uma mudança acidental. Representaram um momento chave na constituição de um bloco histórico que neutralizou as forças de esquerda e que conseguiu criar uma ordem hegemónica, moldada pela incorporação de apoio e consentimento popular, e uma certa unidade orgânica e interclassista, de natureza con-

servadora e fortemente anti-intelectual, que dominou e domina o poder galego. Neste contexto histórico, as armas literárias, que serviram de quartéis de inverno durante a repressão e os primeiros anos do franquismo, eram já inservíveis, inúteis para lutar pela hegemonia, porque a luta política e a articulação da resistência não podiam concretizar-se através de estratégias cujo horizonte de sentido fosse puramente literário. Eram já outros tempos, por muito que a filologização da cultura nacional, descrita com grande rigor por Antón Figueroa (1989: 65-9), pudesse fazer acreditar na mente das classes intelectuais que a resistência simbólica equivalia à ação política. Naquele contexto, o projeto de González-Millán era outro já:

> a mobilización dunha (hipotética) sociedade civil fronte ás institucións do Estado, a construcción dunha hexemonía nacional galega, a institucionalización duns *espacios sociais* galegos diferenciados e autónomos ou a potenciación dos ámbitos nos que agroman proxectos de resistencia fronte ós procesos de uniformidade teledirixidos por unha globalización da lóxica do capital ou por unha pseudo-europeización, dependerá, en gran medida, da capacidade de imaxinación social pero, sobre todo, dun esforzo colectivo por precisar as prioridades e mediacións que determinan e condicionan todo proxecto de renovación social. (2000b: 178)

A análise materialista, através da teoria crítica dos discursos sociais e de uma teoria da institucionalização, é acompanhada por um projeto que busca proporcionar à sociedade civil certas linguagens para problematizar a sua situação e entendê-la em chave de resistência e luta. Já não se trata, como nos velhos manuais, de «tomadas de consciência». Paradoxalmente, para Gramsci, e para os estudos culturais dos 80, o terreno da luta, o espaço em disputa era o da cultura popular. Para González-Millán, no entanto, apesar da leitura tanto de Gramsci como de Stuart Hall, existe um risco nessa disputa, que resumirá com uma significativa epígrafe extraída de um livro de impacto na época: populismo cultural.

Seguindo muito fielmente os argumentos de Jim McGuigan (1992), o professor da CUNY subscreve a ideia de que é

arriscado pensar que as experiências das pessoas comuns sejam mais relevantes do que a alta cultura. De alguma forma, pode-se deduzir que a resistência contra a hegemonização e o apagamento da diferença histórica só podia fazer-se através de uma institucionalização concebida em parte de cima para baixo. Daí que, paradoxalmente, pareça distanciar-se do valor do conceito de hegemonia gramsciana (2000b: 155), embora a sua obra esteja construída sobre essa linguagem. Foi/É possível chegar a construir uma cultura nacional de cima para baixo, a partir sobretudo de uma teoria da institucionalização? Claro, González-Millán pensava que interpretar as práticas culturais das bandas juvenis como forma de resistência era um excesso na medida em que não era possível reconhecer nelas, citando Jim McGuigan, «unha estratexia política para o cambio estructural» (2000b: 158); ou, o que é o mesmo, que careciam de «projeto», categoria que, como sublinhou Arturo Casas (2021), ainda vincula a obra de González-Millán com os discursos iluministas modernos e com o tropo do «projeto incompleto». Para González-Millán, as formas resistentes das culturas juvenis, um dos alvos iniciais dos estudos culturais, só podiam ser, citando de novo McGuigan «formas fráxiles, transitorias e minoritarias como desafíos simbólicos á cultura dominante e ás súas definicións» (2000b: 158). O paradoxo que o texto contém nesse ponto, e talvez em todo o livro, é que essa crítica enérgica, que de alguma forma prefigura as protagonizadas pelos movimentos de reação social após 2002 e 2013, é uma forma de negar os seus primeiros argumentos, nos quais a resistência simbólica não exigia um projeto, mas implicava uma certa lógica desintegradora, muito dentro de uma certa linguagem pós-estruturalista (González-Millán 1991b: 9-50).

Um movimento de ida e volta, talvez porque, na altura do ano 2000, era necessária certa retirada identitária como estratégia de resistência. O grande perigo já não era apenas desfazer os mitos essenciais da cultura nacionalista e interromper a sufocante hegemonia da cultura espanhola através da criação de uma nova imaginação histórica pós-essencialista. O problema nessa nova conjuntura era cair num relativismo paralisante

(2000b: 18). Tal como é redefinido nas suas últimas publicações, o projeto em curso não ambicionava apenas mudar um paradigma, mas fornecer armas intelectuais para uma mobilização: interromper uma hegemonia sufocante, aqueles anos de Fraga, e articular uma resposta contra-hegemónica que não fosse nem puramente negativa nem tampouco frágil e transitória. Essa reflexão sobre a ação coletiva, que aparece de forma expressa na nota final do livro, forçava também — e com isto finalizo — a uma certa viragem na definição do conceito de identidade social, que a seguir abordarei muito brevemente.

Um parágrafo escrito por González-Millán em 1991 analisava de forma muito significativa um fragmento do livro de Laclau e Mouffe *Hegemony and Socialist Strategy* (1985), referência quase fundadora do pós-marxismo e, na altura, no centro do debate crítico. Naqueles anos, a proposta radicalmente construtivista de Laclau e Mouffe parecia oferecer uma saída, na medida em que

> o dominio simbólico adquire unha relevancia especialmente significativa na configuración da identidade social, propósito último dos novos movementos sociais (feministas, nacionalistas, ecoloxistas…), que falan máis de comunicación ca de forzas de producción, máis de identidade ca da división do traballo. Todos estes movementos de marxinación están obrigados a profundar e recrear as relación mesmas que orixinan a dominación. Obviamente, no caso dos movementos nacionalistas a estratexia reivindicativa pasa por unha recuperación da memoria histórica que está ausente, ou polo menos carece da mesma intensidade nos outros movementos sociais. (González-Millán 1991b: 43)

Deixando de lado a iluminação sobre a memória, numa época em que o discurso histórico e literário do nacionalismo estava enredado nos paradigmas modernistas, há nestas linhas de González-Millán uma certa confiança no papel quase constitutivo do simbólico (ainda que prudentemente aí se fale de «configuração»). Noutras palavras, do discurso. Isto contrasta fortemente com o tratamento que o autor fará do livro de Laclau e Mouffe (1985) nove anos depois, quando estes autores passam a representar o paradigma de um pan-discursivismo mais pós-

-moderno do que marxista (2000b: 118-20), que, na sua construção da lógica do antagonismo, além do assinalado, contempla os movimentos sociais «como unha serie de axencias e de áreas consensuadas e homoxéneas, nas que, paradoxalmente, as posibles diferencias e diverxencias quedan silenciadas ou relegadas a un segundo termo, como se fosen irrelevantes» (2000b: 121).[14]

A meio caminho, porém, a sua reflexão mais interessante, lamentavelmente não desenvolvida, está no esquecido artigo de 1998, já mencionado. Na altura da proposta, o professor de Ogrove, à beira de um construtivismo radical, enfatizava que os discursos sociais «funcionan como espacios mediáticos nos procesos de constitución dos suxeitos, nas relacións sociais, e nos sistemas de coñecemento» (1998: 13). E, embora pareça insistir mais na «configuração» do que na «constituição», o texto coloca o problema central que de alguma forma desenvolve o livro do ano 2000: uma análise da construção discursiva da resistência, que é uma descrição e uma análise crítica da constituição dos conflituosos sujeitos resistentes, muito longe desses conceitos unitários de sujeito que subjazem debaixo da retórica dos movimentos políticos e sociais essencialistas. O que ele aponta em 1998, e que não chegou a desenvolver expressamente no ano 2000, é uma reflexão sobre os novos sujeitos que, seguindo a lógica da sua análise, são parcialmente configurados pelas novas linguagens sociais. Claro, mesmo que ele não o dissesse, poderia ser lido assim o seu livro do ano 2000, como uma análise da constituição dos sujeitos de resistência — ou das possibilidades de estes se constituirem — que, ao mesmo tempo, ambiciona constituí-los ele próprio, através de um efeito performativo, introduzindo linguagens críticas a partir das quais poderíamos interpretar a nossa posição estrutural e transformá-la numa posição de sujeito.

O seu argumentário, no entanto, deu um certo passo para trás. A necessidade de fugir do pan-discursivismo e do textualismo, dois fantasmas que atravessam as obras académicas e até

[14] A evolução política do experimento discursivo de Laclau no Estado parece dar razão a González-Millán.

as teorias historiográficas e sociológicas, e o mesmo contexto em que Fraga teria sido capaz de articular um bloco histórico cuja hegemonia em parte sustenta e representa a cultura, conduzem-no a uma visão matizada, mas paradoxalmente quase substancialista do conceito de identidade. As práticas discursivas têm uma dimensão constitutiva de identidades, entende-se que individual e coletiva, mas

> para evitar unha perigosa e deformadora tentación *pandiscursivista* esta hipótese sobre a dimensión constitutiva non debe esquecer as condicións de determinación que lle impón unha realidade pre-constituída, conformada por uns obxectos e uns suxeitos socialmente pre-establecidos, cos que os discursos sociais, entre eles o literario, están obrigados a establecer un complexo diálogo. (González-Millán 2000a: 165)

A viragem materialista — práticas, discurso, determinações — não impede de reconhecer uma certa retirada estratégica que admite o caráter pré-discursivo, e portanto essencialista, dessas identidades sociais básicas que mais tarde os discursos configurariam.

Nota final

Pensar na cultura galega exigia não só descrever a história literária, mas reapropriar-se dela, articulá-la com uma nova linguagem. O crítico não podia permanecer na ficção do espectador separado, nem buscar apenas uma linguagem que permitia uma descrição mais perfeita, mas teve que fazer parte da crise das formas de representação e do surgimento de novas identidades sociais naquele final de século. Quebrar a ilusão de transparência que permitia que aquela língua representasse naturalmente o ser nacional, o humorismo, o lirismo, a saudade e a paisagem, uma metonímia da terra, para fazê-la útil para constituir as novas identidades sociais. Tratava-se, portanto, de desnaturar a representação dessas imagens, tornando a linguagem contingente e abrindo-a para outros usos distantes do programa tradicional

do nacionalismo, tornando-a aliás mais próxima das transformações da sociedade galega das décadas de 1980 e 1990. Só na medida em que a literatura e a língua lograssem ser úteis para articular novas posições do sujeito — as novas identidades sociais, surgidas do que Xoán entendeu como democratização do discurso literário — é que a cultura galega poderia subsistir.

Referências bibliográficas

Ahmad, Aijaz (1993). «A retórica da alteridade de Jameson e a 'alegoría nacional'». *A Trabe de Ouro*, 13, 31-51.

Alonso Nogueira, Álex (2015). «Blue Atlantic: Gilroy and Galicia». Sampedro, Benita; Losada, José Antonio (eds.), *Rerouting Galician Studies, Multidisciplinary Interventions*. Nova Iorque: Palgrave, 39-56.

Alonso Nogueira, Álex (2022). «Xoán González-Millán e o esgotamento da literatura galega». *Grial*, 236, 120-5.

Casas, Arturo (2021). «A teoría crítica da cultura e a planificación dos estudios socioculturais. Para lermos González-Millán». *Procesos da historiografía galega. Para un debate crítico*. Veneza: Biblioteca de Rassegna Iberistica, Edizioni Ca' Foscari, 315-25.

Dubois, Jacques (1978). *L'Institution de la littérature*. Bruxelas: Labor.

Figueroa, Antón (1989). *Diglosia e texto*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

Figueroa, Antón (2001). *Nación, literatura e identidade*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

González-Millán, Xoán (1991a). «A institucionalización do discurso literario galego (1975-1990)». *Tropelías. Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, 2, 49-69.

González-Millán, Xoán (1991b). *Silencio, parodia e subversión. Cinco ensaios sobre narrativa galega contemporánea*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

González-Millán, Xoán (1991c). «Unha lectura de Bajtin: *Dialogism. Bakhtin and his world*». *Grial*, 111, 482-4.

González-Millán, Xoán (1993). «As literaturas do terceiro mundo: os termos dunha polémica». *A Trabe de Ouro*, 13, 67-77.

González-Millán, Xoán (1994). *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

González-Millán, Xoán (1995a). «Do nacionalismo literario á literatura nacional: hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1994*, 67-82.

González-Millán, Xoán (1995b). «*Loaira*: a cartografía dun texto labiríntico». *Grial*, 127, 345-69.

González-Millán, Xoán (1998). «O criterio filolóxico e a configuración dunha literatura nacional: achegas a un novo marco de reflexión». *Cadernos de Lingua*, 17, 5-24.

González-Millán, Xoán (2000a). «Discursos sociais e literatura nacional: unha proposta paradigmática (Galicia como referente)». *A Trabe de Ouro,* 42, 163-77.

González-Millán, Xoán (2000b). *Resistencia cultural e diferencia histórica.* Santiago de Compostela: Santiago de Compostela.

Gramsci, Antonio (1975 [1929-35]). *Quaderni del carcere*. Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim: Einaudi.

Hall, Stuart (1996a [1986]). «Gramsci's Relevance for the Study of Race and Ethnicity». Morley, David; Chen, Kuan-Hsing (eds.), *Stuart Halll: Critical Dialogues in Cultural Studies*, Londres e Nova Iorque: Routledge, 411-41.

Hall, Stuart (1996b [1986]). «On Postmodernism and Articulation: An Interview with Stuart Hall». Morley, David; Chen, Kuan-Hsing (eds.), *Stuart Halll: Critical Dialogues in Cultural Studies*, Londres e Nova Iorque: Routledge, 131-50.

Jameson, Fredric (1993). «A literatura do Terceiro Mundo na era do capitalismo multinacional». *A Trabe de Ouro*, 13, 11-30.

Koselleck, Reinhart (1993 [1979]). *Futuro pasado: Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós.

Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal (1985). *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres: Verso.

Lourido, Isaac (2014). «El estudio sistémico de las literaturas marginales: desarrollo y crítica en el programa investigador de Xoán González-Millán». *Bulletin of Hispanic Studies*, 91 (5), 513-30.

McGuigan, Jim (1992). *Cultural Populism*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Monteagudo, Henrique (2021). *O idioma galego baixo o franquismo. Da resistencia á normalización*. Vigo: Galaxia.

Scott, Joan Wallach (1991). «The Evidence of Experience». *Critical Inquiry*, 17, 773- 97.

Smith, Anna Marie (1998). *Laclau and Mouffe: The Radical Democratic Imaginary*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Vilavedra, Dolores (1994). «Polifonía e variabilidade diacrónica dos emisores inmanentes na novela galega». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1993*, 131-54.

Vilavedra, Dolores (2000). *Sobre narrativa galega contemporánea: estudos e críticas*. Vigo: Galaxia.

Sociologia histórica e sociocrítica em González-Millán: configurações a partir da diferença histórico-cultural

Arturo Casas
Universidade de Santiago de Compostela

Na fundamentada e coesa produção teórico-crítica de Xoán González-Millán — hoje desaproveitada e preterida — é possível assinalar momentos de afinação programática entre os finais da década de 80 e os escritos de começos do século XXI, talvez algo mais patentes, à primeira vista, no caso de se considerarem também publicações como as dos anos 1978-1981, na revista de pensamento cristão *Encrucillada*. Seria admissível até falarmos numa evolução intelectual de assíduo reajuste heurístico, conceptual e metodológico, que haveria de situar não tanto numa ordem prévia e exterior, apenas especulativa ou abstrata, quanto numa exigência de reflexividade crítica para as ciências sociais e para os estudos culturais e literários. Esta exigência dirigir-se-ia à materialização de um autoexame contínuo por parte dos cientistas sociais para assim corrigirem inércias e indolências próprias da ortodoxia académica e das suas práticas mais escolásticas. E isto tanto em escala global quanto, muito em particular, no referido ao seu específico desenvolvimento na Galiza, mediado sempre, em maior ou menor grau, pela marginalidade e pela questão nacional, segundo González-Millán costumava argumentar. É eloquente, em relação ao anterior, o que escreveu sobre as que denominava «áreas de problematicidade» de qualquer dispositivo metodológico: «Toda proposta teórica no ámbito das ciencias sociais está obrigada nalgún momento da súa articulación a responder dos seus silencios, é dicir, dos fenómenos que condena á irrelevancia» (González-Millán 1999a: 111).

Essa tensão parece mais significativa até se contemplarmos a produção completa do autor na perspetiva de uma trajetória teorética em simultaneidade com um engajamento empírico ou prático, aplicado, quase em exclusivo, à realidade sociocultural e política galega. De facto, uma proporção nada escassa dos seus escritos consistem em comprovar em que medida determinadas conceptualizações científicas de presumida validez universal se tornam aplicáveis a casos como o galego, marcados pela subordinação estatal e pela periferização cultural;[1] mas marcados, também, em forma de reação, por uma prolongada fase histórica de resistência cultural e política cuja consequência mais patente é algo analisado em profundidade pelo autor. Em concreto, o submetimento da produção artística e literária às condições de uma cedência de autonomia, nas coordenadas próprias de um nacionalismo literário/cultural, marcado por uma deficiente institucionalização e visto como fase prévia da emergência de uma literatura nacional.[2] Aliás, o próprio percurso da literatura galega no último quartel do século XX — e o do sistema literário associado — mostra mudanças muito profundas em diversos planos, que, para regressar ao assinalado, caberia formular, nas palavras do próprio autor, como uma suspensão da estreita comunicação — direta, imediata — entre a literaturização do imaginário nacional e a nacionalização do discurso literário (González-Millán 2002a: 231).

[1] González-Millán não limitou os alertas a uma escala epistemológica dessa índole. A propósito dos obstáculos para a fundamentação da historiografia literária nos começos dos anos 90 colocava questões básicas de carácter ecdótico: «¿Cando se iniciará, por exemplo, un programa de investigación sobre as particularidades dunha crítica textual aplicadas a sistemas literarios menores e marxinais?, ¿ou, como analizar a fixación de textos literarios producidos baixo unha intensa represión sociocultural?» (González-Millán 1992: 446).

[2] Assunto quase omnipresente de modo transversal na obra do autor, embora desenvolvido de modo especial em González-Millán (1991a, 1992, 1994, 1995a, 2000a, 2001a e 2002a: 226-33) e em Figueroa e González-Millán (1997: 89-186). A sucessividade ou não simultaneidade das fases indicadas, como a própria evolução forçosa do nacionalismo literário a literatura nacional, são questões não isentas de controvérsia. Veja-se, por exemplo, Figueroa (2004: 56-7) e Lourido (2014a: 519-20).

Nada do dito impede a existência de certas constantes na produção de González-Millán. A elas tive ocasião de me referir detalhadamente numa publicação anterior (Casas 2021: 314-25). Entre as mais destacadas dessas constantes figurariam o diálogo com determinadas tradições teórico-críticas, uma espécie de fidelidade a autores considerados de referência, tanto no plano teórico quanto no estritamente literário — o qual tem incidência clara, pelo referido no segundo, no cânone implícito, assim como na irrestrita prevalência do romance sobre outros géneros —, uma persistência de heurísticas e, em geral, de certos tipos de problemas frequentados nas análises e, sobretudo, um programa-quadro de investigação assumido como repto científico e, ao mesmo tempo, como compromisso ético-político com o país.

Na verdade, publicações como as acima referidas da revista *Encrucillada* compartilham já, em boa medida, estas mesmas pautas. Em «O problema nacionalista: novas realidades e novos conceptos» (González-Millán 1978), por exemplo, comparece um programa de investigação cuidadosamente perfilado, em que se situam como elementos estruturantes conceitos e ligações que ressurgirão nos textos principais do autor, mesmo nos dos últimos anos. Entre eles, a insistência na ideia fulcral da experiência histórica, as trilhas do colonialismo e da razão colonial, a diferença histórico-cultural e os diferencialismos epistémicos, a conexão indivíduo-sociedade e a importância da «imaginação sociológica» (no sentido outorgado a essa disposição por Charles Wright Mills) tal como se formulava, na altura, por teóricos do considerado terceiro mundo, a dialética nação-Estado, a questão da hegemonia (não só à luz da teoria política de Antonio Gramsci) ou a perceção do «mal histórico» e a sua banalização, em maior proximidade com Willi Oelmüller do que com Immanuel Kant ou Terry Eagleton.

Não é este o lugar idóneo para se deter na profunda pegada que a filosofia prática de Oelmüller deixou em González-Millán, desde o primeiro momento até às suas últimas publi-

cações.[3] Oelmüller (1973) parece ter especial influência, num intento de descrição das limitações do Iluminismo e das possibilidades de transformá-lo e atualizá-lo depois da teoria crítica de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno e da recondução iniciada por Jürgen Habermas, na altura, para tentar matizar, na apreciação de Oelmüller, o isolacionismo recíproco da ciência, sociedade e política. Mas, sobretudo, nas próprias palavras de González-Millán, esse texto de Oelmüller constituiria

> un programa sintético de reflexión para una filosofía práctica centrado en tres ámbitos de reflexión: o do suxeito (a subxectividade e a persoa); o do negativo e o mal (na súa dimensión individual, social e política), experimentado como non-identidade, alienación e división; e o do horizonte da humanidade liberada, como meta final, como totalidade utópica e como reconciliación. (González-Millán 2000b: 10)

Lendo as páginas do texto indicado do filósofo e teólogo alemão, entender-se-ão mais facilmente também algumas das críticas efetuadas por González-Millán às teorias dos sistemas, não tanto às inspiradas, de algum modo, por Niklas Luhmann — nas quais Oelmüller põe o foco — mas sobretudo às vinculadas com o funcionalismo dinâmico de Itamar Even-Zohar e a escola de Tel Aviv.[4]

Segundo pode supor-se, as coordenadas em que se assentavam as considerações de González-Millán eram as de um

[3] A propósito do mal histórico, veja-se González-Millán (1978, 2000b: 9-22 e 177-80 e 2002b). Desconheço em que medida certas experiências pessoais próximas puderam acentuar estas preocupações. Entre aquelas, por exemplo, a experiência específica do orientador da sua tese de doutoramento, Thomas Mermall (1937-2011), professor no CUNY Graduate Center e em Brooklyn College, onde, por sinal, compartilhou gabinete com Eugenio F. Granell. Mermall fazia parte de uma família judia de língua e cultura húngaras instalada na Rutênia Cárpata, região checoslovaca quando ele nasceu e território ucraniano na atualidade. As memórias que começou a redigir precisamente em 2002, livro peculiar em mais de um sentido, referem que, provavelmente, foi o único menino judeu que durante os anos de ocupação nazi sobreviveu num raio de cem quilómetros em redor da aldeia natal (Mermall 2011: 24). A sua mãe e outros familiares foram assassinados em Auschwitz.

[4] Considerem-se pontos de vista como os seguintes: «Las teorías de los sistemas no pueden compensar la falta de eficiencia heurística por medio de una reflexión metateorética. […] La objeción central contra las teorías sociológicas y políticas de los sistemas se dirige contra sus consecuencias para la praxis, con frecuencia no reflexionadas, y contra su pretendida neutralidad en el campo de los valores» (Oelmüller 1973: 106-7).

diálogo fluido entre história e ciências sociais, nomeadamente a sociologia. No sentido precisado por Mills, tratar-se-ia de um diálogo propiciado pelo exercício sociológico-imaginativo associado à investigação científica e focado, portanto, como intervenção teórico-crítica — em definitivo, performativa e política — ligada à atividade de cada cientista social. Mas o fundamental desse texto inicial seria, no meu critério, o apelo a uma nova epistemologia capacitada para alicerçar uma sociologia histórica: «Defendo a posibilidade e a necesidade dun novo tipo de acercamento á estrutura social das sociedades cunha especificidade histórica ben diferenciada» (González-Millán 1978: 68). Eis uma chave metodológica e programática nunca abandonada, como demonstra a nota final de um dos últimos trabalhos publicados pelo autor, de clara aplicação ao assunto central aqui visado: «[n]ecesitamos una nueva crítica social con un horizonte epistémico y heurístico capaz de responder a los desafíos de experiencias culturalmente diferenciadas e históricamente específicas» (González-Millán 2002a: 233-4). Ao qual acrescenta que um dos resultados dessa crítica nova deveria ser a compreensão das formações sociais e culturais «periféricas» — *periferizadas*, caberia dizer — como algo mais complexo do que simples réplicas noutra escala de fenómenos similares radicados em espaços «centrais» ou metropolitanos. Em todo o anterior perceber-se-ão com probabilidade ressonâncias de um livro tão determinante para González-Millán como o foi *La Dialectique sociale*, em que Anouar Abdel-Malek explorou, entre outros problemas, o da «especificidade histórica» nos estudos sociológicos (1975: 314-23) e o da conjuntura histórica do trabalho teórico na etapa final do humanismo universalista clássico (1975: 17-56).

Ciências sociais e especificidade sócio-histórica

Não interessa agora, contudo, insistir nessas considerações iniciais de carácter geral, que reaparecerão igualmente em livros como *Resistencia cultural e diferencia histórica* (González-Millán 2000b). Penso ser mais rendível e pertinente fixar a atenção num

aspecto. Ou, melhor, numa «zona teórica», recorrente no pensamento de González-Millán, e, da mesma forma, na sua decisão de intervir com sentido teórico-crítico, quando mínimo, em dois planos aos quais depois se fará menção.

Essa zona teórica estaria delimitada pelo que de modo tradicional se considerou o domínio disciplinar da sociologia da literatura, que, a partir do último quartel do século passado, cabe ver como um espaço de progressiva indefinição e de desagregação académica devido à emergência de uma série aberta e suplementar de perspetivas, novos sujeitos e novas heurísticas que se entrecruzaram com questões fulcrais e, até então, próprias — em certa medida, exclusivas — da agenda sociológico-literária, tal como constituída nas suas duas grandes orientações históricas. Refiro-me às representáveis nos nomes de György Lukács e Robert Escarpit, ou, noutros termos, numa adaptação da sociologia marxista e numa concretização das tarefas sociológicas mais propriamente empírica. Pense-se, por exemplo, no que supuseram, para aquela desagregação, os estudos feministas, os estudos sobre a subalternidade ou os estudos pós-coloniais, entre outros fatores incidentes na questão dos sujeitos sociais e dos novos ângulos de estudo, ou, enfim, no que Abdel-Malek deu o nome de «profundidade do campo histórico», como enquadramento geral em que toma forma a especificidade histórica de uma sociedade nacional, no contexto de uma certa área cultural.

Na indefinição progressiva do domínio sociológico-literário incidiram igualmente alguns questionamentos originados no antagonismo inegável existente entre os partidários de uma preeminência científico-sociológica (receosos sobre a possibilidade de que esta pudesse ser incorporada e integrada pelos especialistas tradicionais em estudos literários, temerosos até de que as estimações qualitativas se impusessem sobre os dados quantitativos) e os partidários de uma compreensão autónoma do facto literário, gerida não por sociólogos pendentes do fenómeno literário mas por especialistas, nas diferentes tradições linguístico-literárias, com apoio nas ferramentas fornecidas pelas ciências sociais.

Com estas tensões vieram convergir necessidades como a de dar conta, em perspetiva sociológica, dos vetores nacional, institucional e discursivo do facto literário, tarefas que diferentes escolas contribuíram a desenvolver pelos mesmos anos em que González-Millán iniciava o seu labor investigativo; pode assegurar-se que com clara incidência no seu próprio percurso intelectual e científico, conforme acredita a sua intensa atividade como resenhista.[5] Os estudos sobre o campo literário e a sua relação com o campo de poder e com o campo de produção ideológica, sobre os sistemas literários/culturais ou sobre a instituição literária confluíram decerto com a emergência da análise crítica do discurso e da sociocrítica, orientações ambas de carácter relativamente heterogéneo, mas sempre atentas ao controle exercido pelo poder com suporte em diferentes formas de discurso e à forma em que todo discurso constrói realidade. No caso de alguns direcionamentos da sociocrítica, contando com a inspiração da psicanálise freudiana e/ou lacaniana. Um desses rumos seria o seguido por Pierre Zima.[6] Outra tendência recetiva a esse diálogo é a representada por Edmond Cros e o Centre d'Études et Recherches Sociocritiques de Montpellier,[7] de grande influência na escola sociocrítica de Granada, coordenada por Antonio Chicharro.

[5] Veja-se, a título de simples exemplos, González-Millán (1990a, 1991b, 1995b e 1997). Considere-se, além disto, o facto de trabalhos de maior amplitude e profundidade do autor partirem do início de uma aproximação crítica e descritiva a determinadas publicações académicas. Assim acontece, por exemplo, num dos dois trabalhos fundamentais dedicados a submeter a avaliação o modelo sociológico de Pierre Bourdieu (González-Millán 1999a), cujas palavras iniciais reconhecem algo que o artigo, no seu conjunto, corrobora. Quer dizer, o texto nascera da ideia de ler crítica e informativamente, a modo de resenha ampliada, o livro de Bridget Fowler *Pierre Bourdieu and Cultural Theory* (1997). Na verdade, este mecanismo analítico e discursivo aparenta ser o elemento incitador de outras várias publicações de González-Millán. Caberia conjeturar que até de alguma secção dos seus livros.

[6] González-Millán inseriu parte dos pressupostos sociocríticos de Zima nas suas aproximações à produção narrativa de Álvaro Cunqueiro e de Anxo Rei Ballesteros. Julgo que de modo medular na consideração da intertextualidade como categoria sociológica e na atenção ao quadro sociolinguístico para a constituição de uma sociologia do texto romanesco (Zima 2000: 138-85). Mas Zima interessou, em particular, a González-Millán, provavelmente, pela sua interpretação da sociocrítica, também como teoria crítica da sociedade, e por discernir as repercussões políticas da pesquisa nas ciências sociais.

[7] Cros é autor, por exemplo, do livro *El sujeto cultural. Sociocrítica y psicoanálisis* (2003).

Quais, então, os dois planos assinalados? Na realidade, foram já descritos no início destas páginas. De uma parte, remetem para a necessidade de prestar atenção e de participar de forma direta nos debates teóricos que as ciências sociais e os estudos literários (integrados estes ou não naquelas) abordam à escala global, nomeadamente quando essa agenda de conhecimento crítico se situa num ângulo pós-colonial ou superador da razão eurocentrista colonial. De outra, fazem-no para a necessidade, não menos perentória nem complexa, da translação dessa mesma agenda e das inovações heurístico-metodológicas associadas ao âmbito académico galego e ao espaço público nacional, que, como foi antecipado, considero que González-Millán sempre viu submetidos a uma dialética extraordinariamente intrincada, quase nunca resolvida de modo inovador e transformador. A um lado, quem contribui para regionalizar de forma subsidiária a nação e é incapaz de contemplá-la como objeto diferenciado de análise e como sujeito político na história; a outro, em oposição a tudo o que se acaba de indicar, quem não mostra maior interesse em atualizar dispositivos teórico-críticos de análise e de intervenção discursiva, nos planos académico, sociocultural e político. Fala-se, em definitivo, da acusada heteronomia, por imoderação de controle ideológico ou por excesso de fiscalização institucional, que condiciona, além do imaginável, um avanço abastado e eficaz das ciências sociais e dos estudos literários na Galiza.

Perceber isto que se acaba de elucidar e, complementarmente, compreender o acima apontado sobre a exigência de testar ou avaliar de modo «situado» determinadas teorias de aplicação pretensamente universal para casos marcados pela diferença histórico-cultural, nas suas diversas manifestações, contribuiria para melhor interpretar o sentido de tomadas de posição em relação à centralidade abusiva da filologia — ou de certa filologia (González-Millán 1993a, 1998, 2000a, 2004) e de certo «nacionalismo filológico» (González-Millán 1992: 447-9, 1998: 10-11) — no espaço académico galego,[8] assim como também com a

[8] Mas não só nele, com toda evidência. O nacionalismo filológico é apresentado por González-Millán (1998: 11) nos seguintes termos: «Os defensores do nacionalismo filolóxico tenden

projeção insuficientemente adaptada ao caso nacional galego de esquemas teóricos sistémicos, empíricos e/ou focados a uma sociologia do campo literário (González-Millán 1992, 1999a, 1999b, 2001b).

Chamarei a atenção, neste ponto, sobre o facto de González-Millán localizar uma via possível de indagação desta espécie de problemas e, afinal, de resposta ao que denomina *nacionalismo filológico*, precisamente na análise crítica do discurso e numa sociocrítica alinhada do conceito de «discurso social».[9] Um dos referentes teóricos principais destas propostas foi, para ele, Norman Fairclough, em particular o seu livro de 1992 *Discourse and Social Change*, aberto à análise do discurso promovida por Michel Foucault.[10] No indispensável contributo de Isaac Lourido (2014b: 192-242) sobre a planificação investigadora de González-Millán, amplia-se o que se acaba de indicar e salienta-se que o discurso social em Fairclough «estabelece umha relaçom dialética com a estrutura social em que se inscreve, materializada

a relegar a un segundo termo, e incluso condenan ao silencio, desoíndo os principios máis elementais da sociolingüística, as irrevogables e permanentes tensións e intereses no seo das comunidades lingüísticas. Esta tendencia a silenciar as diferencias dentro dun mesmo ámbito nacional, sobre todo cando este corre o perigo de extinción ou subordinación a outra formación nacional, é unha tentación constante nos ideólogos do nacionalismo».

[9] De muito diferente perspetiva, vinculada em especial à junção identidade-cultura tal como submetida à crítica por Paul Gilroy, e, em suma, sob coordenadas ligadas ao paradigma pós-nacional, Kirsty Hooper patenteou reservas sobre a idoneidade dos resultados das propostas de González-Millán em torno da compreensão das tensões entre nacionalismo literário/filológico e literatura nacional. Em síntese, a autora julga-as insuficientes para fundamentar estudos literários superadores de determinadas sujeições: «[t]hat is, in Gilroy's terms, while he identifies the problem, González-Millán has not completely succeeded in unpicking the conflation of nation and culture that drives Galician literary history» (Hooper 2007: 128). Uma crítica da posição de Hooper e dos seus argumentos principais localiza-se em Alonso Nogueira (2014: 5-6), para quem González-Millán teria ambicionado, na realidade, elaborar uma conceção de nacionalismo de índole pós-essencial e pós-linguística em que a condição de subalternidade da literatura galega permitiria, não tão paradoxalmente, a aparição de um potencial contra-discursivo eficaz para trazer à luz conflitos sociais basilares, ausentes, no entanto, noutro tipo de relatos/discursos focados na comunidade ou na nação. Pode ver-se também, numa linha não discordante com o razoado por Álex Alonso, a minha própria análise das arguições de Hooper sobre o modelo teórico de González-Millán e mais em geral sobre as premissas e repercussões epistemológicas, académicas e políticas da alternativa pós-nacional, a princípio na sua projeção historiográfico-literária (Casas 2021: 102-6 e 340-2).

[10] Estranhamente não o foi a linha que se pode representar com a teoria do discurso social de Marc Angenot, teórico em quem embora se apoiou para fundamentar as aplicações que efetua da noção de sociograma, segundo em breve será detalhado.

nas suas relaçons sociais, instituiçons, sistemas de classificaçom ou normas e convençons» (Lourido 2014b: 231), e que esta configuração permitiu que González-Millán a habilitasse como ferramenta teórica útil para analisar a produção cultural galega e, nomeadamente, para demarcar certas «áreas de investigaçom fundamentais em que o sociodiscursivo está condicionado polo fator nacional» (232).

Regressando agora brevemente à ideia inicial sobre os reajustes do seu pensamento teórico ao longo do tempo, González-Millán nem sempre teve a mesma consideração em relação à teoria dos polissistemas de Even-Zohar, por exemplo. No contexto das suas reflexões sobre o que denominava, em referência ao caso galego, *sistemas literários defetivos* (González-Millán 1992: 449-50), poderia dizer-se que, aos começos dessa década de 90, entendia que o modelo teórico mais capacitado para dar conta da historiografia de sistemas marginais ou subalternos marcados pela sua relação com sistemas dominantes não era outro que justamente a teoria dos polissistemas. Já naquela altura, observava, porém, um *excesso de funcionalismo* na epistemologia de base. Pois bem, este juízo aparecerá exprimido com muita superior contundência um decénio depois (González-Millán 2001b), quando convida mesmo os seus leitores a complementar ou mesmo a superar o modelo sistémico mediante a incorporação de conceitos e recursos metodológicos tomados de teorizações específicas sobre a subalternidade, mais multifatoriais e menos dependentes de conceções semióticas da literatura:

> O problema de fondo [da teoria dos polissistemas] é, pois, unha definición do *cultural*, e por tanto do *literario*, formulada en termos tan abstractos e xeralizadores que, paradoxalmente, perde o valor conceptual e heurístico que Even-Zohar quería asegurar coa articulación dunha *ciencia da literatura*. (González-Millán 2001b: 303; itálicos no original)

A isto acrescenta que Even-Zohar formularia essa espécie de generalizações, de forma paradoxal, provindo na realidade da análise de um cenário histórico muito concreto, o do desenvolvi-

mento da literatura israelense. É de máximo interesse, enfim, a anotação de que falências dessa natureza nas formulações deste teórico frearam «o potencial sociocrítico» do seu modelo analítico a respeito da interferência literária entre sistemas e também de outros assuntos axiais para o entendimento crítico das relações entre sistemas fortes e sistemas deficitários (González-Millán 2001b: 313). E isto tudo, por certo, em paralelo — assegura o teórico — com o resolvido por Bourdieu na sua própria sistematização, pois o sociólogo francês teria formulado o seu modelo teórico sobre o campo literário estritamente a partir de um conhecimento das dinâmicas específicas da literatura francesa desde finais do século XIX (González-Millán 2001b: 305).[11]

Com efeito, na avaliação por parte de González-Millán das potencialidades teórico-críticas da sociologia cultural de Bourdieu, chama a atenção a insistência em arguições análogas às consideradas para se distanciar da teoria dos polissistemas de Even-Zohar. A chave que se reitera não é outra que a da reclamação de meios ou dispositivos marcados por um grau suficiente de especificidade sócio-histórica, para assim darem conta analítica do objeto de conhecimento selecionado — neste caso, os campos sociais —, nomeadamente quando se trata de examinar espaços culturais de delimitação e condição não estatais. Só através dessa especificidade sócio-histórica seria possível evitar formulações «transhistóricas» em excesso simplificadoras, quer dizer, afastadas em demasia das estruturas sociais concretas e das conjunturas históricas específicas que se querem conhecer e sobre as quais se visa informar (González-Millán 1999a: 121, 1999b: 1220, 2002a).

[11] Vejam-se, também sobre estes aspectos, as análises e anotações de Lourido em torno das possibilidades, contempladas em sentido crítico por González-Millán, para um estudo sistémico centrado nas literaturas marginais (2014a e 2014b: 224-9).

A sociocrítica e o espaço de uma sociologia histórica da cultura

A estes efeitos comparece, de novo, em González-Millán o elemento de confronto sociocrítico, pois, em definitivo, a grande matéria pendente da teoria dos campos sociais de Bourdieu seria para ele (1999b: 1224) «a articulación sociocrítica dunha socioloxía histórica da cultura», em ocasiões matizada por uma história social — a referência a E. P. Thompson e ao seu volume *The Making of the English Working Class* (1963) faz-se aqui fulcral — e noutras, em especial, pela marcante e significativa obliteração da dimensão nacional/nacionalista das «regras da arte» (e da literatura) e das agências a elas associadas. Isto tudo quando, em casos como o galego, qualquer prática cultural originaria de modo mecânico uma reflexão sobre o carácter nacional da sua própria praxe (González-Millán 2002a: 225). Por isto mesmo, acrescenta:

> Indudablemente, en sus variados estudios sobre la producción y reproducción culturales, Bourdieu les ha concedido una sistemática atención a las ideologías del esteticismo canónico y a los procesos de legitimación social; sin embargo, son representados y analizados como si los actos culturales fuesen inmunes a la dinámica nacional(ista), privándola, así, de su condición determinante en nuestras percepciones y en la articulación de las prácticas sociales. (González-Millán 2002a: 225)

Para clarificar a crítica sobre o tipo de análises efetuadas por Bourdieu e a sua escola,[12] diria que mais matizada nesta publicação que noutras de finais da década anterior, González-Millán localiza, como noutros textos da sua autoria, uma objeção útil no pensamento de Craig Calhoun, para quem a experiência nacional, como âmago ou substrato discursivo, é já uma realidade omnipresente e ineludível — saiba-se ou não, reconheça-se ou não — na língua diária ou na elaboração e enunciação de teo-

[12] Cita de modo expresso algum trabalho de Gisèle Sapiro conectado com *La Guerre des écrivains 1940-1953* (1999), embora não este livro.

rias científicas através da sua articulação e institucionalização numa ampla variedade de formas discursivas, segundo ressalta González-Millán (2002a: 226).

Conforme o salientado por Lourido (2014a: 527-9 e 2014b: 229-42), González-Millán localizou no conceito de «espaço público», desenvolvido entre outros por Habermas e por Oskar Negt e Alexander Kluge, uma alternativa aos de «campo literário» e «sistema literário». Conectada com a sua compreensão dos discursos sociais e aberta à dialética espaço/contra-espaço públicos, González-Millán começara interessar-se pela noção, central em *Resistencia cultural e diferencia histórica* (2000b: 63-77), a partir de meados da década de 90 (González-Millán 1995c). Outros conceitos próximos, como os de «sociedade civil» e «movimentos sociais», são revistos igualmente no livro citado. A eles somar-se-á ainda o de «cultura pública» (González-Millán 2002c); embora não, aliás, o de «cultura política» no sentido desenvolvido pela história política, por bem que em autores como Keith Baker com atenção preferente a um aspecto decisivo no pensamento do teórico salnesão, às práticas sócio-discursivas.

No último artigo citado, González-Millán insistiu, numa direção nele frequente, na importância de estabelecer vínculos crítico-analíticos entre cultura pública e processos de institucionalização. Observou, afinal, que, assumidos os pressupostos de Donald Horne (1994) — que submetem a cultura pública a um efetivo controle estatal —, a Galiza não teria experimentado uma cultura pública até entrada a década de 80. Apesar disto, apelando a investigações como as de James C. Scott em *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts* (1990) ou as de Raymond Williams em *Culture* (1981), González-Millán defendia uma ampliação do repertório académico tradicional das culturas públicas como experiências históricas diferenciadas, ao assegurar que a existência e emergência de discursos ocultos e marginalizados pelo poder e de culturas subalternas silenciadas pelo Estado facultariam esse alargamento conceptual (González-Millán 2002c: 253-4).

Em função do anterior e no horizonte dos seus interesses sociocríticos, estranha um pouco também a ausência de alusões ao que a sociocrítica de Cros estabelece como «sujeito cultural» — é a cultura quem produz e reproduz sujeitos — e como «texto cultural»: para Cros, o texto é sempre fragmento de um intertexto cultural que o enquadra e, portanto, não é possuidor de autonomia nem de autossuficiência em termos culturais. Sem sairmos destas coordenadas, também não se localizam em González-Millán referências ao «sujeito transindividual» goldmanniano, estrutura que, por referência a uma formação social diferenciada, dá conta das relações entre as consciências individuais e a consciência coletiva — irredutível esta a aquelas, das quais não seria somatório —, combinando as ordens intelectual, afetiva, axiológica, imaginária e prática. Estas originariam uma certa visão (comum) do mundo, que dota de sentido feitos e alternativas, também uma determinada posição (compartilhada) perante as expectativas históricas, nada do qual tem de se manifestar de maneira plenamente consciente no plano individual. Com certeza, tudo o agora assinalado incide na própria entidade e autonomia do produtor artístico-literário. Afeta em suma o estatuto autoral e o lugar que os autores possam alcançar nos estudos literários, nomeadamente na história da literatura.

Isto posto, recuperemos de vez o fio específico da sociocrítica. Atrai a atenção que, de facto, sejam bastantes mais os lugares da produção teórico-crítica de González-Millán em que a menção contrastiva da sociocrítica se constitui num ângulo sobre o qual calibrar os parâmetros de validez de uma determinada proposta ou modelo teórico, inclusive a propósito das práticas filológicas (González-Millán 2004) ou do discurso lexicográfico (González-Millán 2001a: 21-31)[13]; como também, sem dúvida, quando se trata da história literária (González-Millán 1992: 451) ou da análise narratológica (González-Millán 1991c

[13] Na «Nota final» do livro dedicado ao *Diccionario Enciclopédico* de Eladio Rodríguez, incide na classificação do dispositivo metodológico por ele concretizado, que localiza «a medio camiño entre a (meta)lexicoloxía, a socioloxía da cultura e a historia social, enmarcadas as tres perspectivas no horizonte da experiencia nacional dunha cultura como a galega» (González-Millán 2001a: 179).

e 1995d). Em particular, essa menção aparece quando a ideia consiste em proceder a uma aplicação analítica a casos como o galego; ou, também, quando a presença da cultura popular e em geral dos setores sociais marginados ou subalternos ficam excessivamente fora do quadro.

Para este último tipo de supressão ou *silêncio* heurísticos ou para essa condenação à *irrelevância* de determinados assuntos,[14] na exploração de alternativas metodológicas, implementada por González-Millán, é muito relevante já desde o primeiro momento — segundo permite ver o volume publicado como síntese da sua tese de doutoramento (González-Millán 1991c) —, o conjunto da produção teórico-crítica de Mikhail Bakhtin, o qual não deveria representar surpresa nenhuma uma vez considerada a forte influência do pensamento do teórico russo na maioria das orientações habilitadas pela sociocrítica.[15] Trata-se de algo de que o autor de *Silencio, parodia e subversión* era muito ciente, como também o era, adicionalmente, de certos vazios heurísticos que a sociocrítica não teria chegado nem a perceber como tais e que entretanto haveria possibilidade de analisar a partir dos estudos feministas e do que o teórico demarcou como etnopoética (González-Millán 1991d: 36).

Adequações sociocríticas em González-Millán: aplicação à narrativa galega

Deve reconhecer-se que amiúde há algo de inespecífico ou genérico nas alusões que González-Millán realiza à sociocrítica como modelo de contraste heurístico-metodológico com outras aproximações teóricas ou críticas. Destarte, quem lê essas menções ocasionais que têm como horizonte uma sociologia histó-

[14] Lembre-se o salientado no começo destas páginas. A propósito de Bourdieu, essas decisões foram atribuídas por Fowler a uma espécie de desprezo pela cultura popular (González--Millán 1999a: 123).

[15] Em relação a tudo o que se acaba de indicar, leia-se o capítulo «Tres marcos referenciais: A. Gramsci, E. P. Thompson e M. Bakhtin» do livro *Resistencia cultural e diferencia histórica* (González-Millán 2000b: 23-61).

rica da cultura e da literatura deve preencher mediante intuições pessoais — quiçá mais do que conviria nesta espécie de trabalhos — os momentos de indeterminação que o texto exibe. Uma expressão exemplificativa disto que se indica pode localizar-se nas referências à «tradición sociocrítica de R. Williams» (González-Millán 2000a: 168) ou à «perspectiva sociocrítica» de John Frow no seu livro de 1986 *Marxism and Literary History* (González-Millán 1990b: 29). Com a primeira, o autor pareceria querer reafirmar, acima de tudo, uma dupla convicção: a da materialidade integral da cultura e a da incidência performativa da literatura como elemento coorganizador ativo — não simplesmente mimético — das relações sociais. Com a segunda, pensando nos *Cantares gallegos* de Rosalía de Castro, aludiria, na realidade, a uma chave basilar da sociocrítica: a da existência de uma convergência entre a experiência coletiva — neste caso, a do povo galego como sujeito histórico subalterno — e uma série de fórmulas e práticas discursivas associadas a uma cosmovisão específica. A proposta de González-Millán é que essa convergência se substancia por Rosalía em alta medida nos *Cantares* e que a sociocrítica dispõe de métodos para favorecer que se tornem claros os procedimentos seguidos.

Aliás, segundo foi antecipado, a sociocrítica dista de ser uma opção metodológica invariável (Popovic 2011). Com o passar do tempo, é percetível ainda uma perda de definição e coesão, de modo que em revistas e volumes de autodeclarada incumbência sociocrítica convivem, cada vez mais, demasiadas aplicações incongruentes entre si. A sociocrítica foi posta em prática a partir da década de 70, sobretudo em espaços académicos francófonos — o francês e o quebequense, mormente — e em menor medida, vários lustros depois, também em universidades polacas, espanholas, mexicanas e centro-americanas, nestes últimos casos devido ao profícuo magistério do hispanista francês Edmond Cros.

Na totalidade das orientações da sociocrítica constata-se, sem maior dificuldade, uma receção condizente com postulados centrais das teorizações devidas a György Lukács e a Lu-

cien Goldmann, e, consequentemente, com certos fundamentos tomados do marxismo e do estruturalismo genético. Além do mais, entre os seguidores da sociocrítica foi privilegiada de modo transversal, por assimilação do pensamento de Bakhtin, a atenção à intertextualidade, à alteridade, ao dialogismo e à tensão entre signo linguístico e signo ideológico. Já não se constata em igual medida em todas as tendências e metodologias sociocríticas uma incorporação equipolente do aparato teórico-conceptual derivado da teoria crítica da Escola de Frankfurt, da análise do discurso, da semiótica, da hermenêutica ou da psicanálise, entre outras possíveis conexões ou afinidades parciais. Apesar disto, algumas chaves fundamentais são recorrentes em todas as escolas sociocríticas e cabe afirmar que continuam vigentes nas suas respetivas agendas. Entre elas, adquirem particular relevância estas três: a que determina a existência de uma relação entre o social e o textual — causa pela qual a sociocrítica recusa qualquer assimilação com a sociologia da literatura, objetando que a sua função específica é pesquisar como o social se inscreve nos textos —, a referida à inteleção do social como uma linguagem cuja estrutura mantém homologia com a estrutura linguística e, por fim, a centrada na necessidade de visar — em conjunto com a própria mediação da linguagem — uma segunda mediação igualmente relevante, a institucional.

Convém esclarecer que o que aqui se expõe sobre a sociocrítica em González-Millán constitui apenas uma aproximação inicial, pois o assunto é bem mais complexo e amplo do que num contributo desta extensão e características é factível de deslindar. O que parece claro é que os seus interesses se orientaram de preferência a algumas das diretrizes privativas da sociocrítica de Zima e, em especial, ao aparato conceptual proposto inicialmente por Claude Duchet (1971) e depois desenvolvido por Marc Angenot e Régine Robin, com a noção de «sociograma» em primeiríssimo plano. Lourido chamou a atenção até sobre uma convergência à que não teria sido alheio González-Millán nas suas indagações metodológicas: a dada entre certas orientações da sociocrítica e da análise da instituição literária. Por exemplo,

no modelo desenvolvido por André Belleau, para quem a instituição literária possuiria uma natureza dupla, devido a englobar simultaneamente factos ideológicos e de legitimação sociopolítica — «faits d'appareil», como o sistema educativo, a rede editorial e outros — e factos de índole discursiva, não em menor medida mediados/mediadores e regulados/reguladores (Lourido 2014a: 517).[16] A atenção prestada por González-Millán a estas considerações dista, contudo, de ser teórica e adquire em todos os casos explícita condição crítica.

A introdução por Duchet do sociograma como dispositivo de mediação entre as esferas do real e do textual situa-se nas décadas de 70 e 80. Obedeceu à necessidade, por ele experimentada, de emendar mecanismos críticos, de velha e ortodoxa marca marxista, centrados na análise do conteúdo dos textos à luz da ideologia, mas sem que apresentassem uma atenção específica às dimensões formais e estruturais da obra literária e sem problematizarem em excesso a conversão (reflexão/refração) da realidade social em material textual homogéneo através do discurso ficcional. Na proposta alternativa de Duchet, retomada e reformulada por vários dos seus continuadores (Duchet, Merigot e van Teslaar 1979; Malcuzynski 1997-1998), o sociograma é visto como um conjunto instável, heterogéneo e incerto de representações ou refrações parciais do discurso social (e, assim sendo, não de reflexos totalizadores da realidade) que mantêm relações mútuas de carácter dinâmico e dialógico em torno de um núcleo temático que é já de seu conflituoso.

González-Millán mostrara interesse na sua tese de doutoramento por uma série de fenómenos narrativos que se referiam às relações micro e macrotextuais, às dinâmicas da intertextualidade e a um tipo de fabulação que qualificou como «desintegrada» (González-Millán 1991c: 129-52). Tudo por aplicação aos sete romances de Cunqueiro, três de publicação original em galego e quatro em castelhano. Como modelo narrativo, caracterizou esse

[16] Significativamente, no influente livro coletivo de 1979 *Sociocritique*, organizado e apresentado por Duchet, a terceira e última parte continha já sete capítulos, da autoria de teóricos tão destacados como Jacques Dubois, Roger Fayolle, Jacques Leenhardt ou Henri Meschonnic, sob a epígrafe «Institutions et médiations» (Duchet, Merigot e van Teslaar 1979: 157-217).

corpus cunqueiriano como polifónico, policêntrico e politópico, além de aberto, incoerente, descentralizado e desintegrador. Pouco depois, a leitura de *Loaira* (1992), romance de Rei Ballesteros também centrífugo e desierarquizado, levou-o a escrever uma resenha — decerto entusiasta — no primeiro lançamento do *Anuario de Estudios Literarios Galegos* (González-Millán 1993b). Mas o texto crítico fundamental sobre este romance chegaria uns anos depois e a ele dedicaremos a parte final deste capítulo.

Vários dos dispositivos teórico-críticos de base narratológica e linguístico-textual habilitados para analisar os romances de Cunqueiro reativaram-se no seu estudo sobre *Loaira*, texto que, já a partir do título do artigo, se conceitua como labiríntico (González-Millán 1995d). Entre aqueles dispositivos figuram o associável à teoria do romance de Bakhtin e algumas das suas prossecuções ou derivações posteriores, como as devidas a Julia Kristeva, Linda Hutcheon e quiçá em especial Wladimir Krysinski, cujo *Carrefour de signes* (1981) é obra de inegável ressonância na compreensão por González-Millán das complexidades associadas às relações possíveis entre narrador e referente no romance novecentista.

Forma parte destacada daquelas derivações também a sociocrítica, que não chegara a ter incidência direta na monografia dedicada a Cunqueiro, embora apareça alguma referência entre os trabalhos teóricos empregados. A fundamental, junto com o *Manuel de sociocritique* de Zima (1985), é o artigo a partir do qual González-Millán alicerçaria a sua aproximação sociocrítica a *Loaira*: uma colaboração de Robin e Angenot (1985) publicada no primeiro número da revista *Sociocriticism*,[17] promovida e fundada por Cros.

Uma das peculiaridades deste artigo de Robin e Angenot sobre a inscrição dos discursos sociais no texto literário é que oferece duas propostas diferentes da ideia de sociograma, uma por cada um dos autores que assinam o trabalho. Ambas encaixam

[17] O artigo é citado também em várias outras publicações de González-Millán, sempre com a ordem dos autores invertida e com o título em inglês, particularidades provavelmente provenientes do índice facilitado pela revista em que a colaboração foi publicada. Uma tradução para o castelhano do texto pode ser lida em Malcuzynski (1991: 51-79).

na tradição da sociocrítica e reconhecem os avanços incorporados por Duchet na sua delimitação bem-sucedida de superação da velha alternativa entre sociologismo e formalismo (58). Apesar disso, Robin e Angenot não renunciam ao traçado de pontes com contributos de outros expoentes da sociocrítica. Como as do próprio Cros, com a sua proposta sobre o «ideosema» (60), irredutível — exatamente igual que o sociograma de Duchet — a um nível tematológico, a uma simples análise estrutural dos temas abstraída das representações e dos discursos sociais, pedra angular de toda sociocrítica.

Na compreensão do sociograma desenvolvida por Robin incide-se na identificação deste com o passar transformador do discursivo ao textual, portanto com a textualização («*mise en texte*») da interdiscursividade social (61). Pela sua parte, Angenot enfatiza, em vez disso, outra perceção do sociograma, mais imprecisa talvez, ainda que com maior finca-pé na dimensão temático-discursiva: «il s'agit de l'ensemble des thématisations que la fiction et les autres discours inscrivent sur un sujet donné, de l'ensemble des vecteurs discursifs thématisant cet objet» (61).

Ora, esta segunda definição é a única que González-Millán incorpora na sua análise sociocrítica de *Loaira* (1995d: 347-53), que de forma significativa rotula, dentro do artigo, com a palavra «Temática» (347). De facto, nem sequer menciona a definição devida a Robin. O que desenha González-Millán é assim, para começar, uma aproximação de base semântico-tematológica a três agrupações temáticas que vertebrariam o romance de Rei Ballesteros e dariam conta da sua organização sémica. Isto reduz — como já na formulação de Angenot que se acaba de referir — o potencial crítico e analítico do sociograma, em particular pela perda relativa de axialidade do discurso social (ou, como tantas vezes se tem metaforizado pela sociocrítica e pelos próprios Robin e Angenot, do «rumor social»)[18] e, em definitivo,

[18] «Pour nous, l'écrivain est d'abord quelqu'un qui *écoute* du point où il se situe dans la société, l'immense rumeur fragmentée qui figure, commente, conjecture, antagonise le monde. Cette rumeur, c'est ce qu'en un premier temps nous pourrions appeler le *discours social*» (Robin e Angenot 1985: 54; itálicos no original).

das regras do que se pode dizer e do que se pode escrever — ou do dizível e escrevível.

A primeira das três agrupações pivotaria sobre três sociogramas (assim são denominados no artigo pelo autor): a Galiza, a memória e o conhecimento. A segunda sobre outros quatro: a imagem labiríntica, a loucura, a (in)comunicação e a autodestruição e a morte. A terceira sobre dois: o carnaval e o mascaramento. Contudo, penso que, sem González-Millán chegar a integrar e aplicar as diretrizes da sociocrítica de maneira genuína e sobretudo cabal, a sua análise ultrapassa os extremos tematológicos. Fá-lo, por exemplo, quando abre o foco ao que chama dimensão «etnosemiótica» do romance ligada a uma memória ancestral; ou quando, sem perder de vista a diferença histórico-cultural, traceja elos com a predisposição alegórica de literaturas periferizadas como a galega; ou quando explora as dialéticas entre modelos discursivos, códigos textualizados, experiências individuais e vozes narrativas. Eis um exemplo:

> O sociograma da *desintegración* reflíctese na intensa fragmentación diexética e discursiva que percorre toda a novela, nos múltiples *hoxes* e *agoras* enunciativos (pp. 180, 333, 465 e outras) reclamados pola dispersión narrativa de cada capítulo. Do mesmo modo, e como parte desta mesma estratexia, a coherencia entre palabra e realidade, defendida polo realismo clásico, sofre en *Loaira* unha profunda transgresión. O comportamento de Mauro é paradigmático das constantes digresións narrativas que reflicten a desarticulación da memoria individual e colectiva. (González-Millán 1995d: 351-2)

Seja como for, há de reconhecer-se, para finalizar, que a atividade sociocrítica de González-Millán, e em geral a sua agenda crítica sobre textos narrativos, cedeu progressivamente espaço a uma dimensão analítica orientada ao que ele mesmo perfilou no subtítulo do livro *A narrativa galega actual (1975-1984)* (González-Millán 1996) como uma história social da literatura projetada e redigida — segundo descobria o prólogo desse volume — juntamente com a análise dos processos correlativos de institucionalização crescente da literatura galega após a ditadura

franquista. No mesmo lugar, o autor expunha (1996: 10) que via como substanciada essa institucionalização por meados da década de 80 e que, por essa razão, a etapa posterior — para ele, a de consolidação institucional definitiva — devia tratar-se por separado. A ideia era fazê-lo noutro volume que, na altura, preparava em colaboração com Dolores Vilavedra, mas esse intuito não chegaria a concretizar-se.

A assimilação dos postulados teóricos de Jacques Dubois foi determinante para a compreensão por González-Millán dos processos de institucionalização da literatura galega já desde alguns dos seus trabalhos iniciais (1991e, entre eles), como também o foi o seguimento de projetos como o dirigido por Maurice Lemire e Denis Saint-Jacques sobre a vida literária no Quebeque (González-Millán 1997).[19] Sem dúvida, Dubois (1978) e o paradigma institucional voltaram a ser decisivos para o livro que se acaba de mencionar e para outras publicações próximas que foram surgindo nestas páginas. O seu horizonte seria o de uma história social da literatura galega e uma sociologia histórica que, para vários dos seus objetivos, perceberam o interesse metodológico da incorporação de alguns enfoques e procedimentos da sociocrítica, assim como o da exploração complementar de uma ampliação da teoria sociológica de Bourdieu orientada a entender o campo literário como espaço público.

[19] Não é possível deter-se aqui noutras considerações ou nos detalhes de outras fontes teóricas sobre o entendimento da institucionalização literária por parte de González-Millán, aspectos sobre os quais Lourido (2014a e 2014b: 196-229) oferece completa informação e esclarecedoras análises.

Referências bibliográficas

Abdel-Malek, Anouar (1975 [1972]). *La dialéctica social*. México D. F.: Siglo XXI Editores.

Alonso Nogueira, Álex (2014). «Nación, identidad, contra-hegemonía: González Millán y la reescritura del *Sempre en Galiza* de Castelao». *Seminario Internacional Estudos Galegos / Estudos Ibéricos alén das fronteiras. 17, 18 e 19 de decembro de 2014. Santiago de Compostela. Documentos de traballo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1-8.

Casas, Arturo (2021). *Procesos da historiografía literaria galega. Para un debate crítico*. Veneza: Edizioni Ca' Foscari.

Cros, Edmond (2003). *El sujeto cultural. Sociocrítica y psicoanálisis*. 2ª ed. Medellín: Fondo Editorial Universidad EAFIT.

Dubois, Jacques (1978). *L'Institution de la littérature. Introduction à une sociologie*. Paris e Bruxelas: Nathan/Labor.

Duchet, Claude (1971). «Pour une sociocritique». *Littérature*, 1, 5-14.

Duchet, Claude; Merigot, Bernard; van Teslaar, Amiel P. (eds.) (1979). *Sociocritique: Colloque organisé par l'Université de Paris-VIII et New York University*. Paris: Nathan.

Fairclough, Norman (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.

Figueroa, Antón (2004). «Literaturas minoritarias: autonomía e relacións interliterarias». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 2002*, 55-67.

Figueroa, Antón; González-Millán, Xoán (1997). *Communication littéraire et culture en Galice*. Paris: L'Harmattan.

Fowler, Bridget (1997). *Pierre Bourdieu and Cultural Theory: Critical Investigations*. Londres: SAGE.

Frow, John (1986). *Marxism and Literary History*. Cambridge: Harvard University Press.

González-Millán, Xoán (1978). «O problema nacionalista: novas realidades e novos conceptos». *Encrucillada*, 8, 60-76.

González-Millán, Xoán (1990a). «Bilingüismo catalán: prestixio, poder e marxinalidade» [resenha de Kathryn A. Woolard, *Double Talk: Bilingualism and the Politics of Ethnicity in Catalonia* (1989)]. *Grial*, 105, 133-5.

González-Millán, Xoán (1990b). «*Cantares gallegos:* o rexurdimento dun sistema literario menor». March, Kathleen N. (ed.), *Homenaje a R. Martínez López*. Sada: Ediciós do Castro, 23-31.

González-Millán, Xoán (1991a). «Unha etnopoética para unha literatura periférica». Carreño, Antonio (ed.), *Actas do Segundo Congreso de Estudios Galegos = Proceedings of the Second Galician Congress. Homenaxe a José Amor y Vázquez (Brown University, novembro 10-12, 1988)*. Vigo: Galaxia, 339-47.

González-Millán, Xoán (1991b). «Nación e narración» [resenha de Homi Bhabha (ed.), *Nation and Narration* (1990)]. *Grial*, 110, 312-4.
González-Millán, Xoán (1991c). *Álvaro Cunqueiro. Os artificios da fabulación*. Vigo: Galaxia.
González-Millán, Xoán (1991d). *Silencio, parodia e subversión. Cinco ensaios sobre narrativa galega contemporánea*. Vigo: Xerais.
González-Millán, Xoán (1991e). «A institucionalización do discurso literario galego (1975-1990)». *Tropelías. Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, 2, 49-69.
González-Millán, Xoán (1992). «A configuración historiográfica dunha literatura marxinal». *Actas do I Congreso Internacional da Cultura Galega*. Santiago de Compostela: Dirección Xeral de Cultura da Xunta de Galicia, 445-52.
González-Millán, Xoán (1993a). «Crítica textual» [resenha de Jerome J. McGann, *The Textual Condition* (1991)]. *Grial*, 118, 282-4.
González-Millán, Xoán (1993b). «Anxo Rei Ballesteros. *Loaira*». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1992*, 200-2.
González-Millán, Xoán (1994). *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)*. Vigo: Xerais.
González-Millán, Xoán (1995a). «Do nacionalismo literario a unha literatura nacional. Hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1994*, 67-81.
González-Millán, Xoán (1995b). «David Lloyd: *Anomalous States. Irish Writing and the Post-Colonial Moment*». *A Trabe de Ouro*, 21, 125-8.
González-Millán, Xoán (1995c). «O discurso literario galego e a configuración dun espacio público nacional no primeiro tercio do século xx: un marco de reflexión». In Arturo Casas (coord.), *Tentativas sobre Dieste*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 13-29.
González-Millán, Xoán (1995d). «*Loaira*: a cartografia dun texto labiríntico». *Grial*, 127, 345-69.
González-Millán, Xoán (1996). *A narrativa galega actual (1975-1984). Unha historia social*. Vigo: Xerais.
González-Millán, Xoán (1997). «*La Vie littéraire au Québec. III: 1840-1869*» [resenha do volume coordenado por Maurice Lemire e Denis Saint-Jacques (1996)]. *A Trabe de Ouro*, 29, 93-8.
González-Millán, Xoán (1998). «O criterio filolóxico e a configuración dunha literatura nacional». *Cadernos de Lingua*, 17, 5-24.
González-Millán, Xoán (1999a). «Notas para unha avaliación da teoría da cultura no modelo sociolóxico de Pierre Bourdieu». *Grial*, 141, 111-32.

González-Millán, Xoán (1999b). «A teoría dos campos sociais en P. Bourdieu». Álvarez, Rosario; Vilavedra, Dolores (coords.), *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó Profesor Xesús Alonso Montero*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, t. I, 1213-25.

González-Millán, Xoán (2000a). «Discursos sociais e literatura nacional: unha proposta paradigmática (Galicia como referente)». *A Trabe de Ouro*, 42, 163-77.

González-Millán, Xoán (2000b). *Resistencia cultural e diferencia histórica. A experiencia da subalternidade*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

González-Millán, Xoán (2001a). *O* Diccionario Enciclopédico *de Eladio Rodríguez. A canonización lexicográfica da literatura galega*. Vigo: Xerais.

González-Millán, Xoán (2001b). «Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura». Lozano-Renieblas, Isabel; Mercado, Juan Carlos (eds.), *Silva.* Studia Philologica in honorem *Isaías Lerner*. Madrid: Castalia, 301-13.

González-Millán, Xoán (2002a). «Nacionalismo literario y teoría del campo literario: la experiencia gallega de las últimas décadas». Bermúdez, Silvia; Cortijo Ocaña, Antonio; McGovern, Timothy (eds.), *From Stateless Nations to Postnational Spain / De naciones sin estado a la España postnacional*. Boulder: Society of Spanish and Spanish-American Studies, 223-36.

González-Millán, Xoán (2002b). «El exilio gallego y el discurso de la restauración nacional». *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, 6, 7-23.

González-Millán, Xoán (2002c). «As imaxes emerxentes dunha cultura pública galega: dificultades e desafíos». Fuentes, Víctor (ed.), *España plurinacional: Creación e identidades / Plurinational Spain: Creation and Identities*, *Letras Peninsulares*, 249-68.

González-Millán, Xoán (2004). «Contribución a unha sociocrítica das prácticas filolóxicas». Álvarez Blanco, Rosario; Fernández Rei, Francisco; Santamarina, Antón (eds.), *A lingua galega, historia e actualidade. Actas do I Congreso Internacional, 16-20 de setembro de 1996, Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega e Consello da Cultura Galega, vol. III, 743-53.

Hooper, Kirsty (2007). «New Cartographies in Galician Studies: From Literary Nationalism to Postnational Readings». Buffery, Helena; Davis, Stuart; Hooper, Kirsty (eds.), *Reading Iberia: Theory/History/Identity*. Oxford: Peter Lang, 123-39.

Horne, Donald (1994). *The Public Culture: An Argument with the Future*. Londres: Pluto Press.

Krysinski, Wladimir (1981). *Carrefour de signes. Essais sur le roman moderne*. A Haia: Mouton.

Lourido, Isaac (2014a). «El estudio sistémico de las literaturas marginales: desarrollo y crítica en el programa investigador de Xoán González-Millán». *Bulletin of Hispanic Studies*, 91 (5), 513-30.

Lourido, Isaac (2014b). *História literária e conflito cultural. Bases para umha histórica sistémica da literatura na Galiza*. Santiago de Compostela: Laiovento.

Malcuzynski, M.-Pierrette (ed.) (1991). *Sociocríticas. Prácticas textuales. Cultura de fronteras*. Amesterdão e Atlanta: Rodopi.

Malcuzynski, M.-Pierrette (1997-1998). «A propósito de la sociocrítica...». *Acta Poética*, 18/19, 189-218.

Mermall, Thomas (2011). *Semillas de gracia: Memorias de amor, guerra y amistad*. Tradução de Eva Rodríguez. Valência: Pre-Textos.

Oelmüller, Willi (1973). «Problemas del proceso moderno de la libertad y de la Ilustración». Metz, Johann Baptist; Moltmann, Jürgen; Oelmüller, Willi (eds.), *Ilustración y teoría teológica. La Iglesia em la encrucijada de la libertad moderna. Aspectos de una nueva teología política*. Salamanca: Sígueme, 79-123.

Popovic, Pierre (2011). «La Sociocritique. Définition, histoire, concepts, voies d'avenir». *Pratiques. Linguistique, Littérature, Didactique*, 151-152, 7-38.

Robin, Régine; Angenot, Marc (1985). «L'Inscription du discours social dans le texte littéraire». *Sociocriticism*, 1, 53-82.

Sapiro, Gisèle (1999). *La Guerre des écrivains 1940-1953*. Paris: Fayard.

Scott, James C. (1990). *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press.

Thompson, E. P. (1963). *The Making of the English Working Class*. Londres: Victor Gollancz Ltd.

Williams, Raymond (1981). *Culture*. Londres: Fontana Press.

Zima, Pierre V. (2000 [1985]). *Manuel de sociocritique*. Paris: L'Harmattan.

O consorcio dos múltiples diálogos: O pensamento de Xoán González-Millán a respeito do critério filológico no exílio republicano galego

María Liñeira
Investigadora independente

No início do século XXI, Xoán González-Millán interessa-se pela dupla responsabilidade do exílio republicano galego, principalmente na Argentina, de construir e reconstruir o ideário nacional através da atividade cultural e literária.[1] Apresenta a palestra «Exilio, literatura e nación» no Congreso Internacional «O exilio galego» (Consello da Cultura Galega, 2001), publicada postumamente no *Anuario Grial de Estudos Literarios Galegos 2003* (2004) e nas atas do congresso (2007), e publica o artigo «El exilio gallego y el discurso de la restauración nacional» na revista académica estado-unidense *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies* (2002).[2] Apesar de não constituírem um eixo central do pensamento de González-Millán, estas reflexões exemplificam as tensões presentes e as potenciais dificuldades na aplicação prática das três constantes que Arturo Casas (2004) identificou no seu trabalho crítico e teórico: a focagem na (re)construção da nação e do sistema literário em situações de emergência, com especial atenção ao critério filológico; a busca constante de uma metodologia dinâmica para refinar e expandir os objetos de estudo e as perspetivas adotadas «para un cabal acceso á realidade social e cultural na súa complexa e dialéctica totalidade» (2002: 31); e a projeção social e política da investigação.

Entre as ideias e argumentos defendidos nestes artigos, foco-me na influente afirmação bimembre de que «o abandono ou temporal suspensión do criterio filolóxico como factor determinante nos procesos de representación e apropiación» que

[1] Além da questão nacional galega, esta atividade teve um papel determinante na chamada «época de oro» (1938-1955) da indústria editorial argentina (De Diego 2006).

[2] Ao serem duas versões do mesmo texto, com algumas diferenças de redação, para além da língua, cito sempre uma delas (2007), exceto quando realço diferenças textuais na outra (2002).

se produz entre os agentes culturais centrais do exílio galego «débese a un argumento distinto do da diglosia imperante na Galicia do interior» (2007: 765). Ainda que fique de fora deste artigo apresentar uma análise historiográfica do seu impacto, cabe indicar que costuma ser empregado como citação de autoridade em fontes tão diversas como María Xesús Lama López (2006), David García Vidal (2009: 191-2, 307-8), Pablo García Martínez (2018: 255) e Mario Regueira (2020: 298). Estas duas últimas, por exemplo, emendam e apontam alguns dos problemas derivados deste argumento, mas obviam que se sustenta, como veremos, sobre o ocultamento do *habitus* linguístico bilingue de Seoane.

Utilizando o artista plástico, editor e polígrafo transnacional Luis Seoane (Buenos Aires, 1910—A Corunha, 1979) como sinédoque do exílio republicano galego, González-Millán, usando uma linguagem da qual falarei mais para a frente, explica que, além de publicar obras canónicas e antologias poéticas em galego, «Seoane tamén *se esforza* por editar textos en castelán» (2007: 765; itálicos meus) nas coleções que dirige na portenha Emecé Editores entre 1940 e 1942, Dorna e Hórreo, para publicar livros de autorias de origem galega (Costa 2021). Em consequência, leva a cabo, «e nisto non actuaba en solitario», uma «*xenerosa* ampliación» linguística que «establecía uns criterios de canonización para a cultura, e máis concretamente para a 'literatura galega', na que eran *aceptados*» livros em castelhano (2007: 764; itálicos meus). Entre os possíveis títulos, seleciona sete das seguintes autorias: o Padre Sarmiento (2), Benito Vicetto (1), Rosalía de Castro (2) e Manuel Murguía (2) (2007: 764). Estes nomes somam-se a outros mencionados numa citação anterior de Xesús Alonso Montero (1995), Francisco Sánchez, o Padre Feijoo, Roberto Novoa Santos e Concepción Arenal (citado em 2007: 764), e no final do artigo González-Millán inclui também Emilia Pardo Bazán e Ramón María Valle-Inclán. No total, são dez autorias galegas de vulto, que viveram entre 1551 e 1933, e escreveram, quase todas, exclusivamente em castelhano. Adianto aqui uma questão da qual me ocuparei noutro lugar: a

omissão desta listagem das autorias contemporâneas publicadas nestas e noutras coleções dirigidas por Seoane.

Seguindo Alonso Montero (1995), González-Millán afirma que estes livros tinham como finalidade eliminar alguns dos estereótipos negativos associados à comunidade galega, como a baixa cultura, entre a intelectualidade argentina, que era o leitorado principal destes livros (2007: 764-5, 767-8, 779). Além disso, respaldando-se nas autorias e textos selecionados em castelhano e na reedição de livros em galego como *Follas novas* (1943), de Rosalía de Castro, González-Millán destaca o excecional interesse do exílio republicano galego pola «tradición literaria nacional» e como «hipótese de traballo» afirma que «a imaxe do exilio» que os agentes centrais do exílio republicano galego projetam é «un intento de emular o vigor rexurdimentista do século XIX» (2007: 779-80). Fundamenta a hipótese em três factos, primeiro, o Buenos Aires do pós-guerra assemelha-se à Galiza urbana de finais do XIX: uma classe alta castelhano-falante que ignora ou despreza o galego, um grupo intelectual que se identifica com a «reivindicación da cultura autóctona» (ainda que não se diga, cabe inferir que a língua galega tem um papel central nesse programa) e uma população galega que «vive allea» a essa reivindicação (2007: 780). Segundo, promove-se a tradição cultural e literária do Rexurdimento: a «reedición entusiasta» de textos canónicos como *Aires da miña terra* (1940), *Queixumes dos pinos* (1940) e *Follas Novas* (1943), e manifesta o funcionamento da «reserva textual» en literaturas emergentes, onde «os vellos textos teñen sempre unha maior (¿excesiva?) repercusión no momento presente» e, por vezes, «semellan substituír as posibilidades do presente» (Figueroa 1996: 38).[3] E, terceiro, existem similitudes entre a «temporal suspensión» do critério filológico no exílio republicano galego e o comportamento dos intelectuais do século XIX que, «comprometidos coa causa galega, botan, sen

[3] Este fenómeno também aconteceu nas primeiras décadas do pós-guerra em Madrid por causa da desigual distribuição geográfica da indústria editorial espanhola. Assim os quatro volumes das *Obras completas* (Aguilar, 1944) de Rosalía de Castro, *Aires d'a miña terra. O Divino sainete* (Librería y Editorial Casa Hernando, 1943) e a antologia, principalmente de textos em galego, *Poesías* (Editorial Hispánica, 1951) de Curros Enríquez (Dasilva 2009).

embargo, man dos dous idiomas [...] para defender unha mesma causa» (2007: 780).

Deste modo, González-Millán apresenta com umas pinceladas o contexto sociolinguístico adverso à língua galega e caracteriza-a, tanto no século XIX como na temporalidade do exílio, como um «défice projetivo», uma carência sistémica a corrigir, uma vez que muitos agentes estão ou percebem-se impossibilitados «para aplicarem a língua de maneira plena» (Torres Feijó 2004: 438), apesar desta formar parte do seu programa de ação. Portanto, «a *absentia* prática nom invalida a *praesentia* sistémica» (Torres Feijó 2000: 976). Noutras palavras, apesar de que os exilados republicanos «ven desde el primer momento en la identidad lingüística una plataforma privilegiada para reiniciar la articulación de una cultura» (2002: 9), uma análise das circunstâncias sociolinguísticas (a toma de consciência das dificuldades para interpelar a coletividade emigrante galega, especialmente em galego, e a possibilidade de interpelar a intelectualidade argentina em castelhano) leva-os a escolher uma estratégia que, retomando a língua usada por González-Millán, consiste em *esforçar-se* por ter práticas editoriais e literárias bilingues que *generosamente aceitam* autorias de expressão castelhana dentro da literatura nacional galega. Em suma, estas práticas são uma estratégia que buscava prestigiar a cultura galega entre um leitorado que não lia em galego, fosse por incapacidade real ou imaginada: a intelectualidade argentina e a coletividade galega, que melhoraria a sua auto-percepção ao ver-se estimada pela primeira (2007: 767-8). Seoane situa-se assim no nutrido grupo de galeguistas que explicaram o uso do castelhano «por razones de propaganda» (Villar Ponte 2006 [1916]). «Sagrificaremos a hortodoxia á eficacia» (Neira Vilas 2010: 155), anunciava Celso Emilio Ferreiro a Xosé Neira Vilas numa carta de 1966 para explicar as práticas linguísticas do seu labor dentro da coletividade venezuelana.

O primeiro objetivo que me proponho nestas páginas é desenvolver o argumento de que o relato que González-Millán apresenta do critério filológico no exílio republicano galego é

uma *apologia*, uma defesa laudatória das práticas editoriais e literárias bilingues de Seoane que se assenta em dois pilares principais: uma interpretação teleológica da história da literatura galega, cujo *télos* é o uso monolingue da língua, assimilada com a identidade galega, e uma seleção de dados relevantes que apresenta uma imagem deturpada da ideologia e das práticas linguísticas de Seoane. Em *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)*, González-Millán refere-se ao «dobre vieiro» metodológico que implica conjugar «a obrigada selección de datos relevantes» com «a imperiosa necesidade de indentificar indicios e tendencias» (1994: 14). Portanto, a meu ver, dado que a seleção omite dados de relevância sistémica e Seoane se constitui em sinédoque do exílio republicano galego, deturpa-se a imagem doutros agentes do campo e identificam-se indícios e tendências no campo cultural galego de Buenos Aires que fundamentam hipóteses dificilmente testáveis. Noutras palavras, observam-se erros de importância no processo para determinar a relevância sistémica dos agentes, produtos, práticas e processos.[4] Posto isto, as leitoras de González-Millán, especialmente do seu conhecido e lúcido artigo sobre os «obstáculos epistémicos e analíticos» (1998) gerados pelo critério filológico, identificarão contradições de relevo.

O meu segundo objetivo é explicar a que propósito serve esta *apologia* para assim entender melhor as dinâmicas que poderiam estar por detrás destas incongruências entre a teoria e a prática do ideário de González-Millán, um dos mestres indiscutíveis dos Estudos Galegos contemporâneos. Nas primeiras redações destas páginas, dedicava, qual Pepinho Grilo, a maior parte do espaço a rebater o conhecimento prévio mobilizado e as carências documentais, perdendo assim espaço para reflexionar sobre este segundo objetivo, mais construtivo, porquanto é muito o que há para aprender com as dificuldades resultantes do nacionalismo

[4] Partindo de Arturo Casas e Cristina Martínez Tejero, Isaac Lourido explica que a identificação da relevância sistémica se deriva «[d]um trabalho documental e empírico suficiente, ao qual é aplicada uma seleção crítica que tem como base o conhecimento prévio e que permite descrever e analisar a heterogeneidade e o dinamismo de um (poli-)sistema dado num período de tempo concreto» (2019: 206).

metodológico que afetam especialmente as investigadoras que fazemos parte do movimento emancipatório que analisamos. Resumo, portanto, as críticas, sugerindo fios dos quais puxarem as leitoras interessadas. Note-se, antes de começar, que algumas fontes utilizadas nestas páginas para rebater argumentos e corrigir dados não estavam disponíveis nos primeiros 2000, mas isto não quer dizer que González-Millán não dispusesse de informação suficiente para construir outro relato dos usos do critério filológico no exílio.

Primeiro, a proposta da «suspensión temporal» fundamenta-se, de modo implícito, na ideia de que o critério filológico funcionava de modo rígido como *nómos* de campo ou norma sistémica em todos os espaços em que a comunidade galega participava antes de 1936 e de que assim voltou a ser num ponto indeterminado do pós-exílio, expressa com uma imprecissão espaço-temporal que remete para uma formulação mais mítica do que histórica. A respeito do pré-guerra, González-Millán apresenta uma imagem estática do campo cultural e literário galego na Galiza nas décadas de 1920 e 1930. Nele, a língua galega é o *nómos* de campo ou norma sistémica incontestável. Assim, da «relevancia do criterio filolóxico na articulación dos idearios galeguistas dende os iniciais momentos do provincialismo e do rexionalismo decimonónicos» (2007: 763) e do papel protagónico e legitimador do «condicionante lingüístico (o criterio filolóxico)» desde a época das Irmandades da Fala (2007; 766), chega-se a uma «*plena* lexitimidade na década dos vinte» (2007: 766; itálicos meus). Além do peso doutras normas repertoriais, como os critérios geográfico e temático (Martínez Tejero 2018), que conviviam (e ainda conviveram por muitos anos) com a língua na delimitação do que, noutro lugar, nomeei *cidadania literária galega* (García-Liñeira 2015), González-Millán omite que alguns agentes significativos, como Luis Seoane e Rafael Dieste, percebiam de modo positivo o bilinguismo próprio e alheio e consideravam mesmo as suas obras em castelhano parte da literatura galega. Isto sem deixar de tomarem o galego como um elemento identitário de primeira ordem, defenderem a sua

dinamização na teoria e na prática e o considerarem uma norma repertorial forte da literatura galega (Casas 1994; Ferreiro Fente 1992; González Fernández 1994). Um resumo coetâneo das diferenças de ideologia linguística dentro do galeguismo, a partir do ponto de vista do grupo de Seoane, pode ler-se em «Reivindicacións galegas. A fala i-os homes», publicado na revista *Nova Galiza* a 1 de fevereiro de 1938. Nele, Otero Espasandín, firmemente situado no primeiro grupo e com uma retórica racista, distingue entre aqueles que «poíamos a mira na redención económica do povo — que é a redención básica e urxente» e, portanto, consideravam que «a língoa galega non era un fin en sí» (Otero Espasandín 2006: 127), e aqueles outros que «[f] ixeran [do galego] un ídolo e adorábano coa mesma caste de devoción que rende un polinesio aos seus fetiches» (2006: 129).

Esta é uma omissão especialmente notável porquanto a segunda parte do argumento que está a ser examinado — a saber, que «[a] aplicación do criterio filolóxico á dinámica dos xéneros no exilio non pode ser feita cos criterios utilizados na Galicia interior» (2007: 785) — se apoia em fontes que se referem ao «presuposto ideolóxico presente en non poucos galeguistas históricos [incluído Seoane] [...] para os que a afirmación nacional non tiña por que estar feita necesariamente no idioma do país» (Ferreiro Fente 1992: 543). A nível de exemplo, González-Millán desaconselha uma leitura diglóssica das escolhas linguístico-literárias de Seoane segundo os géneros literários porquanto «só engadiría elementos de deformación» (que não explicita) «para unha comprensión xeral da súa obra individual e da producción literaria do exilio no seu conxunto» (2007: 785). Na minha opinião, González-Millán usa o conceito de 'diglosia' num sentido mais popular que técnico pelo que não cabe uma análise a partir da sociolinguística.[5] Para mim, o que vem querendo dizer é que a divisão linguística do trabalho escrito de Seoane não responde a preconceitos linguísticos que restringem o uso do galego à poesia. As explicações propostas para essas escolhas incluem,

[5] Remete-se a leitora interessada para o capítulo de Jürgen Jaspers, «Diglossia and Beyond» (2016).

de modo geral, a situação sociolinguística dos países recetores, principalmente hispano-falantes, e a «prolongada ausencia do ámbito autóctono» (2007: 785) e, por exemplo, seguindo González Fernández (1994: 84), o uso do castelhano no ensaio e no teatro explica-se pela «urxencia de comunicar[-se]» com a coletividade galega assimilada ou em processo de assimilação ao castelhano e o uso do galego na poesia, pela «función estética» e «vocación de permanencia» deste género. Neste ponto, González-Millán resume parcialmente González Fernández (1994: 82-3), quem dialoga com Ferreiro Fente (1992), mas omite a sua explicação da «dobrez lingüística» de agentes como Seoane. Segundo González Fernández, esta deve-se principalmente à «convicción persoal» (1994: 83) de que tanto ele como Dieste e Valle-Inclán, entre outros, pertencem à «nómina de escritores galegos [=literatura nacional galega] [...] aínda que só publicaran en castelán» (1994: 81).

A respeito do *terminus ad quem* da suspensão temporal, nada se diz sobre quando, onde e porquê se levanta essa suspensão. Em parte alentadas pela citação de um soneto escrito em 1968 de Celso Emilio Ferreiro, que retornou a Espanha da emigração venezuelana em 1973, as leitoras especialistas provavelmente preenchamos esta lacuna com os dados do relato hegemónico: a meados da década de 1960, na Galiza, a naturalização e institucionalização do critério filológico deu um grande pulo graças ao influente trabalho de Ricardo Carvalho Calero como historiador e catedrático de literatura nacional galega em galego (García-Liñeira 2015; Regueira 2020). Contudo, o debate sobre o *nómos* do campo literário na Galiza não se neutralizou até 1982 (Samartim 2017). Em todo o caso, falta investigar qual seja a cronologia deste processo nos espaços da diáspora galega, nomeadamente em Buenos Aires, onde, com contadas exceções, os usos públicos do galego eram escassos, conflituosos e folclorizantes, tanto antes como depois da Guerra Civil (Díaz 2011).

Segundo, a consideração de Seoane como sinédoque do exílio republicano galego é discutível. Ainda que González-Millán se ocupe da problemática definição dos conceitos próximos «emi-

gração» e «exílio» em diálogo com Xosé Manuel Núñez Seixas e reconheça que Seoane é um caso liminar, os seus artigos passam por cima das possíveis implicações da sua transnacionalidade, do seu estatuto de emigrado-retornado-exilado-retornado, especialmente na sua ideologia e práticas linguísticas. Terceiro, o excessivo personalismo (22 menções a Seoane) simplifica a complexidade do campo cultural com importantes consequências. São muitas as ausências mas, dado que o corpus que sustenta o argumento de González-Millán são principalmente as publicações das coleções Dorna e Hórreo de Emecé Editores entre 1940 e 1942 e da Editorial Nova (1942-1947), é chamativa a falta de menções a outros dois exilados: Álvaro de las Casas (1901-1950), cofundador de Emecé Editores em 1939 e ativo nela até 1940, e, sobretudo, Arturo Cuadrado (1904-1998), amigo e companheiro incansável de Seoane em projetos editoriais na pré-guerra e no pós-guerra, entre os que se contam os mencionados por González-Millán. A omissão destes dois nomes implica a das suas trajetórias ideológicas, literárias e editoriais, que entram em contradição com o argumento de que o bilinguismo editorial é consequência exclusiva do exílio em Buenos Aires (Diéguez Cequiel 2003). Recentes trabalhos documentais contribuíram para melhor erodir este argumento ao mostrar que, em 1941, o leitorado ideal dos livros de Emecé não era a intelectualidade argentina mas a coletividade galega na diáspora (Pérez Rodríguez 2021), que estava imersa num processo de assimilação linguística ao castelhano (Gugenberger 2001). Obviamente, o objetivo era vender os livros onde desse, também na Espanha, onde eram obrigados a passar pela censura (Dasilva 2009). Sabemos, contudo, que os livros galegos editados na Argentina na década de 1940 se distribuíam precariamente na Galiza. Numa carta de 18/01/1952, Francisco Fernández del Riego afirma que só após retomar a relação epistolar e o intercâmbio postal de livros com Seoane «puedo apreciar bien la labor editorial que tú y él [Cuadrado] llevasteis a cabo» (Fernández del Riego 1952). Vejamos agora vários exemplos que mostram não só o continuar editorial entre a etapa de pré-guerra e o exílio mas também o das trajetó-

rias de Álvaro de las Casas, Cuadrado e Seoane no que se refere à promoção de livros galegos, por origem e temática, mas de expressão castelhana (Gerhardt 2015, Villares 2020).

A respeito dos projetos de De las Casas, cabe começar pelos dois primeiros títulos de Emecé que, pelas suas inusuais tiragens, provavelmente fossem um presente de cortesia para apresentar a editora (López e Pociña 2017: 204). Tanto *Poesías castellanas* (1939) de Rosalía de Castro, uma antologia de *En las orillas del Sar* e o ensaio pró-franquista *Santiago de Compostela corazón de Europa* (1939) de De las Casas, ambos publicados na efémera coleção Biblioteca Gallega, declaram sem ambages, de modo textual e paratextual, que a ideia do livro galego desse primeiro momento de Emecé se ressignifica dentro das coordenadas do regionalismo espanholista (López e Pociña 2017: 204; Pérez Rodríguez 2021). Além do mais, existem sinergias com a sua bem-sucedida antecessora Biblioteca de Estudios Gallegos (1928-1930), na madrilenha Compañía Ibero-Americana de Publicaciones (CIAP) dirigida por De las Casas, para publicar principalmente obras em castelhano de autores ou sobre temas galegos, «unha antena da cultura galega no espazo cultural hispano e americano» (Villares 2020: 17). Um exemplo notável é a reedição do *Ensayo histórico sobre la cultura gallega*, sob o título *Historia de la cultura galega* (1939), de Ramón Otero Pedrayo. Ainda que fora publicado em Nós em 1933, escusando a opção linguística, inicialmente ia ver a luz na CIAP, o que não aconteceu por problemas económicos (Villares 2020: 14-9).

No que se refere a Cuadrado, em 1930 publica *Viaje y fin de don Frontán* de Rafael Dieste em Niké, a efémera editora-livraria-barraca compostelana em que também participou Seoane. Numa entrevista por causa desta publicação, eloquentemente intitulada «Reportaje sobre una posibilidad del libro gallego» (*El Pueblo Gallego*, 28/01/1931), Cuadrado afirma que «aunque escrita en castellano, [esta obra] es galleguísima». A seguir, ao falar de projetos de futuro, nunca realizados, descreve uma coleção de «novelas cortas gallegas, pero escritas ya en el idioma vernáculo ya en castellano, para ir tanteando el público. Será

una cosa popular y orientada al gran público y a nuestras villas». Ou seja, uma espécie de Coleção Lar (1924-1926), mas bilingue por razões sociolinguísticas, entre outras (Rei-Doval 2007). Mais para a frente, cabe destacar o seu ensaio *Noticia para una noticia* (Emecé, 1965), uma antologia de textos breves sobre autorias de origem galega, algumas de expressão castelhana, que coincidem com as publicadas em Dorna e Hórreo: Rosalía de Castro, Manuel Murguía, Emilia Pardo Bazán e Benito Jerónimo Feijóo, entre outras. A respeito de Seoane, além do já apontado, é verdade que na Editorial Citania (1957-1963), fundada por Seoane (mas não por Cuadrado) e outros membros da Asociación Gallega de Universitarios, Escritores y Artistas (AGUEA), os textos literários publicados, ao contrário dos ensaios, estão quase todos em galego. Porém, isto não é reflexo de uma suposta «evolução linguística» de Seoane em direção ao monolinguismo. Seoane continuou a ter desencontros com o galeguismo, tanto do interior como da diáspora, pela forma em que se devia articular a identidade galega. Afinal de contas, enquanto o grupo Galaxia, com Ramón Piñeiro à cabeça, defendia a língua como elemento étnico central, Seoane «focused on generating a belief in shared practices from the past, outlining qualities such as solidarity and cooperativeness» (García Martínez 2017: 130; Casas 2011). Em 1970, Seoane declarava-se «incondicional bilingüista» durante uma polémica na imprensa portenha causada pela palestra em castelhano que Dieste deu na inauguração do Museu Carlos Maside em Sada, que foi duramente criticada nas páginas de *A Nosa Terra* (Buenos Aires), um dos escassos jornais que promovia o uso monolingue do galego na diáspora (Mera 2013).

A quarta e última crítica que quero introduzir a respeito da afirmação bimembre de González-Millán é o caráter arqueológico da sua seleção de autorias e títulos, que lhe serve para sustentar o argumento de que o exílio republicano galego se identificava com o Rexurdimento e o seu uso da língua como um défice projetivo. E se é verdade que alude à publicação de obras originais dos exilados e dos galegos da Galiza interior, dá-se a entender, por omissão, que estes títulos estão em galego (2007:

779). Porém, os catálogos de Emecé, Nova e Botella al Mar (fundada em 1946 por Seoane e Cuadrado e da qual o primeiro se afastou a finais da década de 1950) incluem obras originais em castelhano de autorias galegas contemporâneas como *Contra el ángel y la noche* (Emecé, 1941) de Aquilino Iglesia Alvariño; *Rojo farol amante* (Madrid, 1933; Emecé, 2ª ed. 1940) de Dieste, a quem comissionam um livro de relatos para a coleção Camino de Santiago da Editorial Nova, *Historias e invenciones de Félix Muriel* (1943); *Torres de amor* (1942) de Lorenzo Varela, poemário que a gerência de Emecé não permitiu publicar pela significação política de Varela, inaugurou a coleção Pomba (ao pouco Paloma) de Nova; e *Soledad imposible* (1952) e *Canción para mi caballo muerto* (1963), dois poemários de Cuadrado auto-editados em Botella al Mar, entre outros.

Em conclusão, «Exilio, literatura e nación» e «El exilio gallego y el discurso de la restauración nacional» apresentam uma visão deturpada do campo literário galego, tanto na Galiza como no exílio, e nas décadas tanto anteriores como posteriores à guerra, porquanto omite a existência de grupos e indivíduos, alguns galeguistas, entre eles Seoane, com uma ideologia linguística bilingue e, portanto, a concorrência entre um repertório literário que admitia o castelhano e outro que o fazia só em contadas exceções. Explicado a partir da sociolinguística, em 2003 José del Valle afirmava que poucos sociolinguistas, além de Mauro Fernández, identificam que «en Galicia conviven una cultura monoglósica, difundida desde todas las instituciones del poder político/cultural y desde el nacionalismo y aceptada por amplios sectores de la sociedad, y un modelo heteroglósico» (2003: 38). A omissão de González-Millán pode-se descrever como uma simplificação ideológica do campo sociolinguístico, processo que recebe o nome de *erasure*, «ocultamiento», na tradução para castelhano de Del Valle e Gabriel Stheeman (2004: 33). Este conceito, cunhado por Judith T. Irvine e Susan Gal, explica como «[a]ttending to one dimension of distinctiveness, [ideology] ignores another, thereby rendering some sociolinguistic phenomena (or persons or activities) invisible» (Irvine 2001: 34). Nou-

tro lugar, argumentei que a construção do relato historiográfico hegemónico da literatura nacional galega se sustenta sobre «o nacionalismo metodológico» (García-Liñeira 2015).[6]

Além das questões linguísticas específicas do caso galego, esta estratégia de integração e recuperação de uma figura do exílio, Seoane, tem similitudes com o que Mari Paz Balibrea, figura chave dos estudos do exílio espanhol, denomina «el sueño de un tiempo exiliado circular», em que «la ruptura en el continuo del tiempo que el exilio abre [...] se cierra al fin en un círculo cuando la presencia de lo que obligaron a ausentarse se realiza en la nación» (2007: 36). O preço a pagar, adverte Balibrea, é a neutralização do projeto exílico. Como vimos ao longo destas páginas, para incorporar Seoane e uma parte importante do exílio republicano galeguista ao relato hegemónico da literatura nacional galega, aquela que tem o uso monolingue da língua galega como *télos*, é preciso *ocultar* a sua ideologia e atuações linguísticas (por exemplo, através da tradução opaca) e, quando não é possível, tergiversá-las e justificá-las. Assim aconteceu em 1990 quando se difundiu que a obra em galego de Luis Pimentel é um pseudo-original (Liñeira 2015). Em resumo, como apontam vozes como Kirsty Hooper (2006) e Danny Barreto (2010: 61-2), apesar de identificá-la, González-Millán «non logra desfacer por completo a amálgama de nación e cultura que impulsa a historia literaria galega» (Hooper 2006: 67).

Contudo, a magnitude do ocultamento em que se baseia o argumento bimembre analisado nestas páginas é uma exceção dentro do pioneiro e lúcido corpus de González-Millán. Ninguém melhor do que ele para explicar que a base do trabalho académico e um dos desafios que as investigadoras encaram, especialmente as de sistemas emergentes, é «a articulación dun marco interdisciplinario para o necesario diálogo entre os para-

[6] Uma alternativa terminológica a «monolingual bias», «monolingual habitus» e a citada «cultura da monoglossia» é «monolingual paradigm». Com este conceito, cunhado por Yasemin Yildiz (2012) descreve-se a ideologia linguística originada em Alemanha, a finais do século XVIII, pela qual «individuals and social formations are imagined to possess one 'true' language only, their 'mother tongue,' and through this possession to be organically linked to an exclusive, clearly demarcated ethnicity, culture, and nation» (2012: 2).

digmas, co obxectivo de detectar os seus *silencios* e contradicións, é dicir, a sua incapacidade para dar conta da complexidade de determinados fenómenos socioculturais» (2000: 178; itálicos do autor). Daí que esta glosa considere estes artigos sobre o exílio uma *opera aperta*, auto-descrição do seu último ensaio, *Resistencia cultural e diferencia histórica* (2000: 178), que merece uma leitura aguçada que supere as leituras monológicas (1990: 448). A dificuldade, explica González-Millán, é «a busca dun horizonte de intelección capaz de dar conta de toda a producción literaria» (1990: 448). Noutras palavras, devedoras da sociologia de Pierre Bourdieu, o desafio é analisar, diacronicamente e evitando o nacionalismo metodológico, a relação entre o *habitus* linguístico das autorias galegas e os diferentes mercados linguístico-literários em que participam, para entender as suas práticas e assim as (re)configurações do campo literário galego. Corrigir as deficiências conceptuais e operativas herdadas do passado é agora ainda mais premente, pois enfrentamos «[the] new multilingual ecology, positioned on the limits of superdiversity» (Moustaoui Srhir *et al.* 2019: 1), que caracteriza a situação sociolinguística das comunidades galegas do século XXI.

Referências bibliográficas

Alonso Montero, Xesús (1995). *Lingua e literatura galegas na Galicia emigrante.* Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Balibrea, Mari Paz (2007). *Tiempo de exilio. Una mirada crítica a la modernidad española desde el pensamiento republicano en el exilio*. [s.l.]: Ediciones de Intervención Cultural / El Viejo Topo.

Barreto, Danny (2010). *A Home Divided: A Post-National Approach to Family, Gender and Region in Modern Galician Narrative* [Tese de doutoramento]. Nova Iorque: Stony Brook University.

Casas, Arturo (1994). *Rafael Dieste e a súa obra literaria en galego.* Vigo: Galaxia.

Casas, Arturo (2004). «A teoría crítica da cultura e a planificación dos estudos socioculturais (Para ler González-Millán)». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 2002*, 29-38.

Casas, Arturo (2011). «O compromiso como posición no campo cultural. Luís Seoane no campo cultural galego». Villares, Ramón (ed.), *Emigrante nun país soñado. Luís Seoane entre Galicia e Arxentina. Actas do Congreso Internacional Luís Seoane: Galicia - Arxentina, unha dobre cidadanía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 311-37.

Costa, María Eugenia (2021). «Configuración del catálogo de Emecé: directores de las colecciones y materialidades del quehacer editorial». *IV Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición*. Concepción del Uruguay: Universidad Nacional de Entre Ríos. https://www.fcedu.uner.edu.ar.

Cuadrado, Arturo (1931). «Reportaje sobre una posibilidad del libro gallego». *El Pueblo Gallego*, 28/01/1931, 1.

Dasilva, Xosé Manuel (2009). «Rosalía, Pondal e Curros diante da censura». *Grial*, 181, 126-33.

De Diego, José Luis (2006). «1938-1955. La 'época de oro' de la industria cultural». De Diego, José Luis (ed.), *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 91-123.

Del Valle, José (2003). «El gallego en la escalera: Lengua e identidad en los márgenes». *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, 7, 103-10.

Del Valle, José; Gabriel-Stheeman, Luis (eds.) (2004). *La batalla del idioma: La intelectualidad hispánica ante la lengua*. Madrid e Frankfurt am Main: Iberoamericana e Vervuert.

Díaz, María América (ed.) (2004). *Luis Seoane: Notas ás súas cartas a Díaz Pardo 1957-1979*. Sada: Ediciós do Castro.

Diéguez Cequiel, Uxío-Breogán (2003). *Álvaro de las Casas. Biografía, documentos e epistolario*. Vigo: Galaxia.

Fernández del Riego, Francisco (1952). «Carta de Fernández del Riego a Seoane. 1952». *Proxecto Epístola*. Consello da Cultura Galega. http://consellodacultura.gal/fondos_documentais/epistolarios/epistola.php?id=361&epistolario=1651.

Ferreiro Fente, Xosé Gregorio (1992). «Once cartas a Lorenzo Varela: seis de Luís Seoane e cinco de Ernesto Sábato». *Grial*, 116, 540-57.

Figueroa, Antón (1996). *Lecturas alleas: Sobre das relacións con outras literaturas*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco Edicións.

García Martínez, Pablo (2017). «Xoán González-Millán and the Present Uses of the Past: Notes from a Study of Exile». Sampedro Vizcaya, Benita; Losada Montero, José Antonio (eds.), *Rerouting Galician Studies. Multidisciplinary Interventions*. Cham: Palgrave Macmillan, 127-38.

García Martínez, Pablo (2018). *Un Buenos Aires ibérico: Cultura impresa y modernidades divergentes en el exilio (1936—1959)* [Tese de doutoramento]. Nova Iorque: City University of New York.

García Vidal, David (2009). *Teatro galego e construcción nacional: os Cadernos da Escola Dramática Galega (1978—1994)* [Tese de doutoramento]. Birmingham: University of Birmingham.

García-Liñeira, María (2015). *Literary Citizenship and the Politics of Language: The Galician Literary Field between 1939 and 1965* [Tese de doutoramento]. Oxford: University of Oxford.

Gerhardt, Federico (2015). «Asociacionismo gallego y mercado del libro en la Buenos Aires del medio siglo: dos proyectos editoriales de Luís Seoane». *Madrygal*, 18, 457-67.

González Fernández, Helena (1994). *Luís Seoane: Vida e obra*. Vigo: Galaxia.

González-Millán, Xoán (1990). «A configuración historiográfica dunha literatura marxinal». *Actas do I Congreso Internacional da Cultura Galega*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 445-52.

González-Millán, Xoán (1994). *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)*. Vigo: Xerais.

González-Millán, Xoán (1998). «O criterio filolóxico e a configuración dunha literatura nacional: achegas a un novo marco de reflexión». *Cadernos da Lingua*, 17, 5-24.

González-Millán, Xoán (2000). *Resistencia cultural e diferencia histórica. A experiencia da subalternidade*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco Edicións.

González-Millán, Xoán (2002). «El exilio gallego y el discurso de la restauración nacional». *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, 6, 7-23.

González-Millán, Xoán (2004). «Exilio, literatura e nación». *Anuario Grial de Estudos Literarios Galegos 2003*, 16-27.

González-Millán, Xoán (2007). «Exilio, literatura e nación». Núñez Seixas, Xosé Manoel; Cagiao Vila, Pilar (eds.), *O exilio galego de 1936: Política, sociedade, itinerarios.* Sada e Santiago de Compostela: Ediciós do Castro e Consello da Cultura Galega, 763-88.

Gugenberger, Eva (2001). «Identidad, conflicto lingüístico y asimilación: observaciones sobre la lengua gallega en Buenos Aires». Núñez Seixas, Xosé Manoel (ed.), *La Galicia austral. La inmigración gallega en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 251-77.

Hooper, Kirsty (2006). «Novas cartografías nos estudos galegos. Nacionalismo literario, literatura nacional, lecturas posnacionais». *Anuario Grial de Estudos Literarios Galegos 2005*, 64-73.

Irvine, Judith T. (2001). «'Style' as Distinctiveness: The Culture and Ideology of Linguistic Differentiation». Eckert, Penelope; Rickford, John R. (eds.), *Style and Sociolinguistic*. Cambridge: Cambridge University Press, 21-43.

Jaspers, Jürgen (2016). «Diglossia and Beyond». García, Ofelia; Flores, Nelson; Spotti, Massimiliano (eds.), *The Oxford Handbook of Language and Society.* Oxford: Oxford University Press, 179-96.

Lama López, María Xesús (2006). «A Guerra Civil española na obra dos escritores exiliados galegos». *Anuario Grial de Estudos Literarios Galegos 2005*, 38-53.

Liñeira, María (2015). «Something In Between: Galician Literary Studies beyond the Linguistic Criterion». *Abriu: Estudos de textualidade do Brasil, Galicia e Portugal*, Número especial: «Crevices Exposed: Blind Spots in Galician Textuality». 4, 77-88. https://doi.org/10.1344/abriu2015.4.5.

López, Aurora; Pociña, Andrés (2017). «As edicións de Rosalía de Castro na República Arxentina». *Follas Novas. Revista de Estudos Rosalianos*, 2, 197-213.

Lourido, Isaac (2019). «O espaço literário ibérico na última década. Hipóteses para o estudo das fronteiras e das relações entre sistemas». Martínez Tejero, Cristina, Pérez Isasi, Santiago (eds.), *Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos*. Veneza: Edizione Ca'Foscari, 203-21.

Martínez Tejero, Cristina (2018). «Os critérios espacial, linguístico e identitário em processos de emergência cultural. Usos e ambiguidades na definição do campo dos estudos galegos». *Bulletin for Hispanic Studies*, 95(2), 235-48. https://doi.org/10.3828/bhs.2018.14

Mera, Manuel (2013). «Cando Luís Seoane polemizou coa Irmandade (sobre a lingua)». *Nós Diario.* 28/05/13. https://www.nosdiario.gal/opinion/author/cando-luis-seoane-polemizou-coa-irmandade-sobre-a-lingua/20130528004409015423.html

Moustaoui Srhir, Adil; Prego Vázquez, Gabriela; Zas Varela, Luz (2019). «Translingual Practices and Reconstruction of Identities in Maghrebi Students in Galicia». *Languages*, 4(3):63, 1—18. doi:10.3390/languages4030063.

Neira Vilas, Xosé (2010). *Cartas de vellos amigos, 1959—1998*. Editado por Dolores Vilavedra. Vigo: Galaxia.

Otero Espasandín, Xosé (2006). «Reivindicacións galegas. A fala i-os homes». Otero Espasandín, Xosé. *Obra galega*. Editado por María Cuquejo Enríquez. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro, 127-30.

Pérez Rodríguez, Mª Antonia (2021). «Presencia de exiliados gallegos en la fundación y primeros años de EMECÉ Editores. Buenos Aires, 1939-1945». Díaz Lage, Santiago *et al.* (eds.), *«Et amicitia et magisterio»: Estudios en honor de José Manuel González Herrán*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 491-505.

Regueira, Mario (2020). *Narrativa e imaxinario nacional na reconstrución do campo literario de posguerrra (1936-1966)*. Vigo: Xerais.

Rei-Doval, Gabriel (2007). *A lingua galega na cidade no século XX: Unha aproximación sociolingüística*. Vigo: Xerais.

Samartim, Roberto (2017). *Mudança política e sistemas culturais em transiçom. Literatura e construçom da (ideia da) Galiza entre 1974 e 1978*. Santiago de Compostela: Laiovento.

Torres Feijó, Elias J. (2000). «Norma lingüística e (inter-)sistema cultural. O caso galego». Carrasco González, Juan M. *et al.* (eds.), *Actas del congreso internacional de historia y cultura en la frontera — 1er encuentro de lusitanistas españoles*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Vol. 2, 967-96.

Torres Feijó, Elias J. (2004), «Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais". Abuín, Anxo, Tarrío, Anxo (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas da Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 419-40.

Villar Ponte, Antón (2006 [1916]). *Nacionalismo gallego: nuestra «afirmación» regional, apuntes para un libro*. A Coruña: Libraría Couceiro.

Villares, Ramón (2020). «Prefacio: Interpretar Galicia a través da cultura». Otero Pedrayo, Ramón. *Ensayo histórico sobre la cultura gallega*. Editado por Xosé Antonio López Silva. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 9-46.

Yildiz, Yasemin (2012). *Beyond the Mother Tongue: The Postmonolingual Condition*. Nova Iorque: Fordham University Press.

«Do nacionalismo literario a unha literatura nacional», três décadas depois: continuidades, transformações, aberturas

Pablo Pesado

O conceito de «nacionalismo literário» é provavelmente um dos achados teóricos de maior sucesso de Xoán González-Millán, pelo menos se usarmos como escala a frequência com que costuma ser citado nos estudos literários galegos. Contrasta esta boa sorte com o lugar que ocupa na obra do autor, em que o nacionalismo, a literatura e os seus relacionamentos são todos peças chave (Casas 2021: 316; Lourido 2014: 513), mas nem sempre a partir dos mesmos operativos teóricos, nem sempre nas mesmas combinações e, com certeza, nem sempre sob o carimbo «nacionalismo literário». Outros conceitos caros ao autor como «etnopoética» (1991) ou «patrimonialización» (2003), por exemplo, não parecem gozar da mesma estima crítica. O sintagma foi proposto numa palestra que daria lugar a um artigo no *Anuario de Estudos Literarios Galegos*, «Do nacionalismo literario a unha literatura nacional: hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega» (1995), e as suas aplicações práticas começavam já a aparecer no imediato *Literatura e sociedade en Galicia* (1994). Embora voltasse a comparecer noutros contributos de relevo como *A narrativa galega actual* (1996), as hipóteses ali desenvolvidas não foram revisadas até uma década depois, quando o autor as movimentou para assinalar os défices da teoria dos campos de Pierre Bourdieu (González-Millán 2002).

A perseverança do conceito na bibliografia do autor entre 1995 e 2002, ano do seu desgraçado passamento, não acaba por explicar, no entanto, o sucesso — pelo menos citacional — que gerou em contraste com outras das não poucas achegas críticas do ogrovense. Alguns dos motivos que explicam esse maior interesse são de índole muito prática. «Nacionalismo literário» oferece uma nomenclatura autoevidente — tanto *nacionalismo* como *literário* são palavras de uso comum — para uma série de

fenómenos que, nas décadas de 80 e 90, solicitavam nome e análise. Mais particularmente, o contraste com a produção teórica do autor, muito rica em análises precisas, mas também cauta em conclusões totalizadoras, pôde contribuir para explicar que o *nacionalismo literário* operasse como versão portátil do que era um sistema teórico mui densamente arvorado; uma sorte semelhante à de verdadeiros slogans críticos como *pan-ótico*, *rizoma* ou *comunidade imaginada*. Da mesma maneira que nesses três casos, a aparente singeleza do conceito inicial permitiu que fosse mobilizado com valores e finalidades nem sempre iguais e próximas ao quadro heurístico inicial. Esta plasticidade conceitual fazia-o especialmente atrativo na altura em que foi formulado, quer dizer, um contexto de confronto teórico em que sensibilidades a princípio distintas encontraram nele uma ferramenta útil contra um adversário comum.

Refiro-me, fundamentalmente, ao debate sobre o dever ser da produção literária galega terminado o franquismo, quando um modelo de literatura galega para o qual o compromisso nacionalista devia operar como «norma sistémica»[1] (fundamentalmente estabelecido por Francisco Rodríguez em *Literatura galega contemporánea*) competia com outros mais favoráveis a uma complexificação da discursividade literária. E repare-se que essa complexificação passava também por uma despolitização anexa. Mas dentro do comprido grupo de agentes em prol da segunda alternativa existiam posições, ideologias e horizontes planificadores muito diversos. *Nacionalismo literário*, para além de uma ferramenta crítica muito operativa, agiu também como aríete: com a elevada sofisticação teórica e a autorização da procedência do entorno universitário norte-americano, serviu para desacreditar como passadistas as posições a favor do compromisso naciona-

[1] «[I]mposiçons cuja pertinência aceitam, dumha ou doutra maneira, todos os agentes implicados nos diferentes sistemas culturais, para si e para os outros (na medida em que a reciprocidade é a garantia de existencia) e contribuem para o reconhecimento, equilíbrio e suficiência do próprio. As normas sistémicas (materiais ou regras repertoriais da perspectiva analítica de Even-Zohar) som critérios delimitadores que actuam como princípios básicos que se activam nas práticas culturais dos espaços sociais, e de cuja interpretaçom e aceitaçom pola comunidade participante dependem as possibilidades e os modos de obter uso, posiçom e funçom nos sitemas culturais» (Torres Feijó 2004: 430).

lista e para dotar de um novo léxico técnico posições literárias normalizadoras.[2]

Um estudo da receção do «nacionalismo literário» na produção teórica galega seria muito profícuo, mas as indicações que acabo de rascunhar rapidamente deverão servir como norte provisor nesse nível. A finalidade deste capítulo, embora ligada com a anterior, é sensivelmente distinta. Três décadas decorreram já desse contexto inicial; duas desde a única revisão feita pelo autor (2002) da conceitualização inicial. As opções epistemológicas contra as que (também) fora escrito «Do nacionalismo literario a unha literatura nacional» já não gozam de tanto espaço de atenção e o projeto de institucionalização autonómica da literatura galega conta com uma trajetória suficiente (mais de quarenta anos) para extrair conclusões. Em que medida continuam a ser operativas as hipóteses colocadas por González-Millán em 1995? Quais suportam com maior dificuldade a passagem do tempo? O lento caminho iniciado por um «nacionalismo literário» nado no século XIX para uma genuína «literatura nacional» está perto de terminar? São, todas as anteriores, perguntas sugestivas que seria pouco prudente abordar sem uma devida reflexão coletiva; o objetivo deste texto é, apenas, rever alguns pontos críticos das ideias do autor sobre o nacionalismo literário à luz de um contexto muito distinto daquele em que foram criadas e colocar algumas perguntas que ajudem a recuperar o conceito como ferramenta crítica.

O QUE É O *NACIONALISMO LITERÁRIO*?

Estabelecer uma definição clara de qualquer conceito cunhado por González-Millán não é tarefa doada e não o é pelos seus singularíssimos modelos de escrita e até de raciocínio.

[2] Outras dicotomias polares comuns no arsenal metodológico de González-Millán experimentariam usos não mui distintos, carregando-se de conotações axiológicas claras (*heteronomia* face a *autonomia*, *monologuismo* face a *plurivocidade*). Isto pode ter conduzido a uma compreensão anti-nacionalista de uma teorização muito mais em prol da diversificação do que da neutralização ideológica.

Face ao modelo tradicional de hipótese-argumentação-conclusão, o autor tendeu a propor simultaneamente múltiplos operativos teóricos, referências bibliográficas indisponíveis na Galiza da altura, sugestões de precisão quase microscópica… em volta de um assunto dado. Os artigos onde o autor desenvolve a questão do nacionalismo literário devem ser lidos sem procurar uma tese perentória mas variadas iluminações perpendiculares a um núcleo de interesse. Deve ficar claro que em ambos os textos fundamentais sobre a questão (1995 e 2002) o autor estava a propor «hipóteses de traballo» (1995: 67), quer dizer, programas iniciais e tentativos para serem discutidos e testados.

Um primeiro ponto de dificuldade interpretativa fica no relativo a que tipo de entidade teórica visa ser o *nacionalismo literário*. Nas quinze páginas que ocupa o artigo em que o propõe comparecem termos de linhagem e projeção muito distintos: «processo», «imaxinario», «discurso» (1995: 68-9), «práctica» (70) e, por último, «forma de institucionalizar o discurso literario» (70). Esta última é a mais convincente pela sua maior especificidade, pela sua sintonia com o interesse coevo do autor pela «instituição» como fenómeno (Lourido 2014: 515) e pela coerência com o marcante caráter teleológico — até evolucionista — da formulação.[3] *Nacionalismo literário* seria, pois, uma fase no processo de institucionalização de um inventário de textos que, em condições ótimas, acaba dando lugar a uma «literatura nacional». Porém, a reformulação da proposta de 2002 confere-lhe explicitamente o termo «ideologia» (231) — noção que é pouco compatível com a conceição processual desenvolvida em 1994 — pouco depois de a ter definido como

> un fenómeno social en el que confluyen diferentes procesos: la intervención de determinados agentes sociales, la formulación y concreción de estrategias específicas y la institucionalización de una serie de usos implicados en la articulación de un discurso literario, todo ello con el objetivo de consolidar y legitimar una ideología nacional. (González-Millán 2002: 226)

[3] Por exemplo: «A medida que os demais discursos entran a participar na matriz ideacional nacional, como consecuencia e como instrumento dunha gradual diferenciación social, obsérvase unha reducción do protagonismo do discurso literario» (González-Millán 1995: 68).

Penso que a saída mais razoável para a problemática do estatuto epistemológico do conceito é considerar que, na realidade, «nacionalismo literário» diz respeito a duas coisas distintas simultaneamente: (1) uma determinada conceção do literário e dos seus relacionamentos com o processo de emancipação nacional e (2) um estado no processo de nacionalização de um corpus literário. Esta é, pelo menos, a decisão hermenêutica que permite uma interpretação mais coerente do conjunto; em ambos os textos, é fácil detetar usos do sintagma com, exclusivamente, um dos dois valores indicados. Há, no fundo, um modelo de causalidade circular, em que uma ideologia (1) puxa o sistema para um determinado funcionamento institucional (2) e em que a institucionalidade (2) assim gerada cria e reproduz uma ideologia (1). Esta forma de causalidade não é declarada pelo autor, mas penso que é a única maneira de compreender outros subprodutos teóricos do modelo, como o seu não-determinismo e o seu carácter crítico-performativo. Sobre isto voltarei aginha.

Como forma de institucionalização, o nacionalismo literário carateriza-se pelo sobrepujamento das funções nacionalizadoras inerentes ao fenómeno literário em detrimento de aquelas outras consideradas como *autónomas* — quer dizer, o gozo e o exercício do juízo estético. A centralidade discursiva do nacional afeta também a avaliação pública e privada de textos e autorias e, portanto, o processo de consagração. A integração de um texto no cânone é defendida pelo seu carácter particularmente nacional (pelo seu compromisso, pela sua representatividade identitária) e não pelos distintos valores inerentes à esfera do literário (inovação, virtuosismo, exemplaridade, originalidade…). Em paralelo a esse vetor causal, o processo desenvolve-se também na direção justamente contrária, isto é, numa simétrica literaturização da política. A ausência de outras vias de transmissão ideológica e a falta de símbolos distintos capazes de funcionarem como marcos da glória patriótica obriga os textos estéticos a postularem-se vicariamente nessas categorias. Os poucos meios disponíveis (a escrita) são oferecidos para executar todas as funções discursivas que o movimento nacional demanda. A causa

conjunta que González-Millán deteta em ambos os fenómenos descritos é, antes de tudo, a baixa institucionalização inicial, tanto do nacionalismo como da própria literatura.

González-Millán aponta várias disfuncionalidades inerentes a este modelo. Em primeiro lugar, o nacionalismo literário simplifica as possibilidades semânticas da comunicação literária, limitada à alegoria no âmbito dos tropos e à exibição da identidade própria no dos temas. O desinteresse pela qualidade estética como valor em si próprio dificulta que o sistema literário possa desenvolver-se de maneira independente, pois está subordinada aos critérios de uma outra esfera social (a política) para os seus produtos serem avaliados. Não pode surgir, portanto, o que desde o romanticismo europeu se foi consolidando como *juízo estético*. Em segundo lugar, este «fenómeno social» e «ideologia» conduzem para a substituição de uma norma sistémica de tipo linguístico (o chamado 'critério filológico') por uma outra de tipo temático ou sentimental; quer dizer, faz com que determinados elementos (lirismo, saudade, fantasia…) sejam suficientes e ao mesmo tempo obrigatórios para um texto ser considerado plenamente galego. Isto pode levar, insinuava o autor (1995: 70), a uma paradoxal desnacionalização global do sistema, pois determinados agentes podem aproveitar-se dessas normas para diluírem a diferença entre sistema e entorno ao incorporarem elementos que ficaram fora (Camilo José Cela e Gonzalo Torrente Ballester, durante os 70-80, no seu exemplo).

Por último, o nacionalismo literário desenvolve uma clara tendência para o mimetismo, para a emulação (sempre imperfeita) de uma literatura nacional plena ou pelo menos assim considerada. Carecendo da estrutura material precisa para o ser, apenas consegue mimetizá-la expurgando tudo aquilo passível de subverter a «autarquia» nacional(ista). São destarte expulsos todos os relacionamentos intersistémicos — com certeza suspeitos de poluição — mas também todos os elementos textuais que contestem o funcionamento alegórico dos textos ou a *doxa* identitária. Isto entorpece a receção desses itens e a subsequente formação de uma história literária a partir deles.

O preço de uma plena autarquia historiográfica é, pois, algum grau de distorção histórica.

Recupero, agora, a distinção entre forma de institucionalização e ideologia. Como ideologia, o nacionalismo literário consiste na adesão e defesa do modelo que acabo de rascunhar; quer porque a fraqueza institucional não permite outro, quer porque, permitindo-o, este é considerado como ótimo (por exemplo, porque contribuiria para a chegada de uma hipotética revolução nacionalista ou socialista). A consideração deste programa cultural nacionalista como parte do fenómeno analisado é consequência do caráter engajado e performativo do modelo de González-Millán; quem, como lembra Casas (2021: 319-20), considerou sempre a investigação em ciências sociais como um labor político na linha aberta pela teoria crítica frankfurtiana. Apenas porque o nacionalismo literário não é somente uma «fase», mas também uma ideologia literário-nacionalista com peso agencial no processo de institucionalização literária, é possível intervir contra ela e assim modificar as dinâmicas institucionais desde a ação individual e coletiva. O horizonte utópico concreto que os artigos sobre nacionalismo literário parecem perseguir é a consecução de um estádio de autonomia relativa para a literatura (nacional?) galega; quer dizer, que o sistema literário galego opere de maneira independente com respeito a outros sistemas presentes na Galiza (o político, o económico, o jurídico…). Talvez o melhor ponto de entrada para debater se esse conjunto de objetos, práticas e valores que denominamos «literatura galega» coincide hoje com a descrição efetuada por González-Millán em 1995 seja precisamente este âmbito de questões.

Literatura nacional e literatura *normal*. Um ou dois modelos?

Na descrição do sistema literário autonómico dos anos 80 que figura no artigo de 1995 retrata-se uma instituição literária galega progressivamente menos «nacionalista» e sensivelmente

mais nacional. Um processo que o autor parece olhar com atitude de positiva, especialmente no relativo à complexificação discursiva do literário. Nesse sentido, a sua intervenção crítica procurava ser um contributo para continuar — e monitorizar — esse processo. Antes mencionei que, por motivos contextuais, o debate sobre a politização do nacional das décadas de 80 e 90 fez conviverem numa mesma trincheira posições teóricas que seria oportuno desligar. Tomada isoladamente, a ponderação quase otimista do primeiro período autonómico que figura na produção teórica do autor na década de 90 poderia levar a equalizar o projeto de autonomia literária presente na sua obra com o que desde uma década antes começara a ser chamado [processo de] *normalização*.[4]

Julgo que, embora González-Millán reconhecesse os — por outro lado inegáveis — avanços alcançados pelo sistema literário galego desde 1975 — data que ele próprio colocava como ponto de partida dos seus *Literatura e sociedade en Galicia* (1994) e *A narrativa galega actual* (1996) —, também mostrava certas reservas sobre as suas limitações. Daí que em 1994 advertisse sobre os «datos desoídos nunha época de euforia que buscaba documentar, sobre todo na literatura, os froitos dun estado de liberdades sociais e políticas» (1994: 162). Que ele próprio não se incluísse no setor «eufórico» ajuda a iluminar porque no artigo de 1995 em que definia «nacionalismo literário» mostrava alguma hesitação sobre a possibilidade de uma institucionalização plena em ausência de um Estado próprio:

> o horizonte de actuación estatal engade outro nivel de complexidade e obriga a considerar unha serie de cuestións directamente relacionadas coa intervención das institucións do Estado na consolidación dunha literatura nacional. Unha pregunta inevitable neste marco de reflexión é a de se o discurso literario dispón doutras opcións, ademais da estatal, para configurarse como institución nacional, máis concre-

[4] Uma crítica demorada desse projeto, a partir das consequências subordinadoras de tomar como *norma* o sistema em posição dominante até ao seu papel na formação de elites culturais, excessivamente «resilientes» (Samartim 2017), exigiria um espaço de desenvolvimento de que não disponho. A esse respeito consulte-se, por exemplo, Miguélez-Carballeira (2014: 206-7).

> tamente, se pode concibirse unha lectura ó mesmo tempo non-estatal e nacional(ista) dun sistema literario. Experiencias históricas como a galega poden inclinarnos a unha rápida resposta afirmativa, inducida pola errónea identificación do nacionalismo literario e da literatura nacional propiamente dita. (González-Millán 1995: 69)

Um dos horizontes fundamentais que abrem as três décadas de distância em relação à última intervenção do autor sobre a questão é, precisamente, este: o que não passava de cautela subtil resulta hoje diagnóstico preclaro. A ideia de uma «literatura normal» ou «normalizada» pressupunha que era possível alcançar o estado de suficiência cultural de que goza o sistema literário espanhol carecendo dos seus dispositivos políticos; quer dizer, de um Estado-nação. Além disso, esse projeto não dispunha de qualquer planificação para defrontar um cenário em que Espanha decidisse recuperar as velhas políticas de homogeneização cultural direta. Hoje parece conferir-se a limitação material desse projeto e a vulnerabilidade a que conduz o seu otimismo.

É incontornável que o sistema literário galego ganhou complexidade, estabilidade e prestígio com a chegada da autonomia e que, para além disso, o fez rapidamente. Mas também é evidente a pronta estagnação global, que em certas áreas, como a da produção de livros, tornou-se em decrescimento na última década (Consello da Cultura Galega 2018). É fundamental para conferir a aplicabilidade das hipóteses de González-Millán ao presente determinarmos que parte dessa estagnação se deve às limitações endógenas históricas (por exemplo, a serôdia alfabetização e os consequentes baixos níveis de leitura hoje em dia) e a uma planificação deficiente, e que parte corresponde a esse teto de vidro que constitui a dependência de um Estado contrário ao *nation-building* galego. Em síntese: convém elaborar um horizonte normativo para o ideal da «literatura nacional» que supere a «literatura normal» e conserte as suas deficiências.

O isolamento ideológico do nacionalismo literário. Uma heteronomia seletiva?

Em estreita relação com esta questão existe uma outra: a da operatividade atual do binómio *autonomia/heteronomia*, que em tantos pontos se intersecta com o de *nacional/nacionalista*. Não é difícil notar que no fundo da oposição subjaz a mais tradicional de *político/estético*, que a discussão nas últimas décadas do passado século levou a considerar arbitrária (com uma mínima pressão tudo pode ser considerado político ou estético) ou incluso regressiva, por dar cartas de natureza ao sentido comum hegemónico.[5] Pois apenas é político o que quem ocupa as posições ideológicas hegemónicas reconhece como tal. Esta crítica de teor geral tem muito a ver com a evolução ideológica do corpus textual reconhecido como *literatura galega*.

Durante o período 2002-2023, a presença dos traços que González-Millán considerava como *nacionalistas* (alegorismo, presença de referentes identitários claros, relacionamento com um macro-texto externo…) parece ter diminuído paulatinamente na produção narrativa galega. Também é cada vez mais difícil encontrar qualquer referência ao conflito nacional galego-espanhol nesse mesmo corpus. Não seria muito audaz afirmar que hoje a inclusão de algum dos caracteres inicialmente descritos por González-Millán minora de maneira automática o capital simbólico de uma obra e da autoria que a assina. Isto não condiz, porém, com os altos capitais atribuídos a textos galegos marcadamente políticos. Talvez por causa da importância no público literário de setores ativistas ou altamente comprometidos e pela relevância da escola como alvo da indústria cultural galega, boa parte da sua produção está, com efeito, claramente engajada. Mas esse engajamento aplica-se a áreas de interesse novas, como o feminismo, o ecologismo, o multiculturalismo ou a diversidade sexo-afetiva. Facto, aliás, já adiantado por González-Millán, quem observara o início de uma competição entre o nacionalis-

[5] Para uma crítica das noções de *autonomia* e *heteronomia,* em chave sistémica, veja-se Casas (2012).

mo e os novos movimentos sociais pelo foco do interesse literário (1995: 73). Como usamos o binómio *autonomia/heteronomia* num cenário em que são canonizados tantos textos autoficcionais que politizam os cuidados, a saúde mental ou a experiência da maternidade? E que fazer com aqueles textos ruralistas que já não o são (apenas) por nacionalismo literário galego, mas por mimese de um neo-casticismo espanhol decididamente político — mas noutro plano distinto? Os cânones da narrativa galega contemporânea não referem para um «Macro-Texto Nacional» (1995: 78) único, mas são deliberadamente heterónomos e apreçados por essa heteronomia. E, apesar do fenómeno anterior, a presença de uma discursividade nacionalista num texto literário galego dificulta-lhe a consagração. É tarefa prioritária explicar por que razão apenas as opções nacionalistas — e especialmente as independentistas — são hoje em dia as únicas detetadas como heterónomas e por isso mesmo pouco prestigiadas. Ideias como as da «cultura do consenso» (por exemplo, Miguélez-Carballeira 2018 e 2022) podem ser férteis para explicar por que razão o processo de normalização cultural tem levado a uma despolitização nacional tão profunda.

E um derradeiro matiz sobre a aplicação do conceito de *autonomia* ao sistema literário galego. Dentro do enquadramento teórico de Pierre Bourdieu — que não é, devo enfatizar, o utilizado por González-Millán — as tomadas de posição autónomas caracterizam-se pelo que o francês denominava «desinteresse pelo interesse», quer dizer, pela rejeição da validade do capital económico no campo literário e a afirmação correlata do estético como valor em si. Também, pois, sob a luz desta noção de *autonomia/heteronomia* é preciso pensarmos em que situação axiológica se encontra o campo literário galego. Alguns dos diagnósticos mais precoces e valiosos sobre os efeitos negativos do que depois seria chamado «nacionalismo literário» esperavam — razoavelmente, a meu ver — que com a sua superação pudesse surgir uma verdadeira autonomia estética no sentido usado por Bourdieu (Figueroa 1988). Mas não parece que a evolução da produção narrativa galega contemporânea se dirigisse para

uma maior autonomização. Até seria possível levantar a hipótese de que a desnacionalização literária corresse parelha com a desaparição da literatura experimental. Explicar por que razão o transcurso dos 80 para a atualidade implicou a troca de uma heteronomia política por uma económica — o interesse pelo interesse — é também um labor relevante em que as ferramentas legadas por González-Millán podem ser muito profícuas.

Superimposição de funções discursivas ou hipersensibilidade seletiva?

Um dos traços mais salientes desse longo período de nacionalismo literário cuja remissão González-Millán intuía a partir de 1975 era a «superimposición de funcións discursivas» sobre os textos literários que não teriam por que lhes corresponder. É inegável que o corpus literário galego acompanhou desde os seus inícios o processo de construção nacional iniciado na Galiza durante o século XIX; mais produtivo para a aplicabilidade do *nacionalismo literário* nos nossos dias é ponderarmos se esse facto continua a ser verdadeiramente diferencial para o caso galego.

O operativo teórico-metodológico de Franco Moretti formulado no *Atlas do romance europeu* (2003), fortemente inspirado na proposta hermenêutica implícita no clássico *Comunidades imaginadas* de Benedict Anderson, oferece não poucas razões para pensar o contrário: que, no mínimo, o romance teve, desde o seu surgimento histórico, um iniludível compromisso com a construção do Estado-nação e com a sua legitimação entre as populações mundiais. As ficções narrativas foram responsáveis, durante todo o século XIX, por ensinar de maneira indireta a quem as lesse quais eram os símbolos da incipiente memória nacional, onde começava e terminava a geografia do Estado, quais eram os seus inimigos naturais e que caracteriologia correspondia a um *espanhol*, um *francês* ou um *alemão*. O romance, por outras palavras, serviu desde o seu início para fazer *espanhóis*, *franceses* e *alemães*; esse fenómeno foi generalizado e, se o processo de cons-

trução nacional galego apresentou alguma discordância, foi a de chegar com alguma demora.

Não há nada incompatível no quadro teórico de González-Millán com as asseverações anteriores. Porém, nos seus estudos sobre a articulação nacional da literatura galega, parece entender-se que os grandes sistemas literários europeus deixaram para trás essa fase *nacionalista* há muito tempo, enquanto o galego ficou nela ancorado. Penso que seria muito produtivo explorar uma perspetiva homóloga, mas sensivelmente distinta: a de que a institucionalização de um corpus literário como literatura nacional não produz a interrupção do seu funcionamento nacionalizador, mas a sua *banalização* (Billig 1995). Não se trata — ou não somente — de que os textos deixem de resultar nacionalistas, mas de que conseguem deixar de o parecer. O antedito resulta particularmente claro em relação ao sistema literário e cultural dominante na Galiza, o espanhol. Os elevados compromissos com a criação de um novo nacionalismo estatal após a Transição, particularmente em luta com os nacionalismos sub-estatais, são evidentes nas obras e nas tomadas de posição públicas das autorias espanholas desde 1975 (Delgado 2014), mas também, por exemplo, no funcionamento dos prémios literários (Perret 2015). As dificuldades de qualquer população contemporânea para reconhecer os mecanismos nacionalizadores da ficção adscrita ao seu Estado-nação são muito elevadas porque há décadas que essas ficções cumpriram o seu propósito, levando a cabo agora um labor de manutenção e simples reprodução ideológica.

Desta focagem, o nacionalismo literário galego contemporâneo poderia ser estudado não como uma ideologia ou período evolutivo, mas como uma relação específica entre consumidores e textos literários galegos que consiste na impossibilidade de naturalizar eficazmente o seu referente nacional. A competência com um outro nacionalismo mais forte, mais presente e decerto mais invisível, não o permite. Pode que seja certo que o discurso literário se tornou mais «multifuncional» e que as funções nacionalitárias devem agora competir por outras. Mas em paralelo os públicos galegos parecem ter desenvolvido uma *hiper-*

sensibilidade seletiva a tudo o que lembre o âmbito da identidade nacional galega. E digo seletiva porque não opera com a mesma eficácia quando se trata de identificar o outro grande referente nacional disponível.

Esta possível adaptação da metodologia do autor de Ogrove liga com uma questão subsidiária ao debate sobre a autonomia literária. Goldstone (2013) tem assinalado que o ideal modernista da literatura autónoma apenas conseguiu sê-lo efetivamente porque as ficções que disputavam essa posição faziam grandes esforços por simularem uma independência a respeito da vida material da sociedade que não era realmente tal. A aparência de apolitismo, a desconexão de todo devir social, exige uma diligente tarefa de apagamento e remodelagem do real. Adaptando o conceito de Goldstone de *ficção autónoma* para *autonómica*, talvez poderiam ser encontradas algumas linhas de trabalho: como modeliza a ficção galega o seu presente para naturalizar e invisibilizar a pertença da Galiza ao Estado Español? Em que medida precisa fazer este trabalho, se quer mostrar-se *autónoma* e *normal* — não nacionalista — perante os seus públicos? Quais podem ser as consequências a longo prazo desta exclusão ideológica? Penso que já em 1995 González-Millán podia entrever alguma destas derivações quando anotava que

> a literatura aparece como un transmisor eficaz dunha determinada enerxía herdada dos idearios nacional(istas), pero ó mesmo tempo, polas esixencias da súa discursividade, pode tamén sometelos a unha crise de lexitimación e contribuír á súa desarticulación.
> [...] Despois da reflexión anterior é necesario preguntarse se a literaturización do imaxinario nacional equivale á nacionalización do discurso literario, se son dúas denominacións distintas dun mesmo proceso social. (González-Millán 1995: 73, 75)

Há nacionalismo literário espanhol na literatura galega?

Um dos campos de aplicação das ideias de González-Millán sobre a articulação nacional do literário que menos foi explorado até agora é a possibilidade de um nacionalismo espanhol operante nas obras literárias galegas — e em qualquer outra textualidade, seja dito de passagem. Contudo, essa possibilidade pode extrair-se de uma das «liñas de investigación» propostas no artigo de 1995: «distinguir diferentes graos de nacionalización do discurso literario e a [*sic*] identificar os distintos proxectos nacionalitarios nos que se inscribe e dos que forma parte» (1995: 75).

Os horizontes nacionais da população da Galiza são altamente diversos. Não apenas convivem e disputam duas identidades nacionais maioritárias — a galega e a espanhola[6] — , também partilham espaço emocional em boa parte da população, que se identifica com os dois referentes. Admitamos que, pelas caraterísticas de quem produz efetivamente literatura galega, é provável que a identificação nacional espanhola se encontre muito atenuada em relação a outros setores possíveis da sociedade. É um erro, porém, considerar que a adesão consciente a um projeto nacional subalterno equivale à impermeabilidade em relação ao que é dominante. A constante exposição a meios de comunicação, ficções, conversas particulares com amigos e família, discursos escolares… faz a nação e fáz-la inclusivamente entre quem é contrário a ela, pois opera em níveis cognitivos a que não temos franco acesso. A reatividade da população geral, também a nacionalista galega, em momentos em que a nação dominante se projeta em risco — valha o exemplo paradigmático das competições futebolísticas em que participa a seleção espanhola — mostram que a população galega pode escolher ser nacionalista galega, mas não pode evitar ser nacionalista espanhola — no mínimo, nalgum grau.[7]

[6] E, com certeza, outras com menor peso demográfico: portuguesa, colombiana, marroquina…

[7] Um outro exemplo ilustrativo pode ser a *aldragem* exteriorizada na esfera pública galega em 2020 com motivo da publicação de um semanário satírico holandês que retratava os espa-

O que aponto afeta com certeza o funcionamento do sistema literário galego e em particular os repertórios que são mobilizados nas ficções narrativas. Um exemplo já rascunhado aqui: é muito provável que o constante apagamento ou suavização na ficção das relações políticas entre a Galiza e Espanha, e portanto também o seu questionamento, coadjuve a que as pessoas leitoras aceitem por sua vez a situação política contemporânea. Mas há ainda mais nacionalismo literário espanhol na literatura galega fora desse fenómeno restrito. O plano da história, em particular, pode ser muito rendível para explorar em que medida os parâmetros historiográficos incorporados pela população galega através do ensino e do consumo de informação na idade adulta operam apesar das tentativas de os substituir por outros através do autodidatismo. Mais interessante do que a focagem habitual centrada em explorar como a narrativa galega representa propositadamente a história galega pode ser investigar como a história espanhola e os seus marcos transparecem constantemente, apesar do elevado voluntarismo das autorias na direção contrária. Outros âmbitos, que abrangem do tipo de conceitualização do espaço político — que espacialidade política abrange o deítico *aqui* na narrativa galega, por exemplo — até a vivência patrimonializada dos clássicos da literatura espanhola, passando pelas estruturas de afinidade e antagonismo político — quem são, em suma, os bons e os maus — podem merecer idêntica atenção.

Um caso prático nessa linha sobre o que tenho trabalhado (Pesado 2022) — e ao qual González-Millán concedera não poucas atenções em vários trabalhos — é *O Triángulo inscrito na circunferencia* (1982) de Víctor F. Freixanes. Na sua leitura, a obra era uma das amostras mais claras da tendência da narrativa dos 80 para a alegoria nacional, «un refuxio para reinventar a realidade nacional galega, ou para sublimar unha mitoloxía colectiva como fórmula compensatoria» (1996: 194). Essa leitura foi e continua a ser maioritária na receção do texto de Freixanes, que

nhóis como preguiceiros. Incluso pessoas que não aceitariam em contextos relaxados serem lidos como *espanhóis* tiveram de reconhecer-se assim perante uma ofensa considerada (mais) prioritária do que a identificação nacional consciente.

opera como a primeira grande épica narrativa nacional e, por isso mesmo, texto quase inaugural do período autonómico. Essa vontade épico-alegórica é claríssima no texto e, por isso, estranha a visão muito temperada que também mostra em relação à conquista espanhola do continente americano, o protagonismo concedido ao liberalismo gaditano do século XIX como possível redentor da Galiza da altura, o uso de uma composição cronológica que mostra uma elevada dependência com o relato historiográfico escolar espanhol e o silenciamento de todo sinal de conflituosidade identitária. Todos esses elementos — e o facto de não terem sido detetados pela crítica — mostram que, inclusive para quem visa erigir uma épica nacional galega, o discurso nacional rival reemerge constantemente, pois a sua interiorização e reprodução efetiva está hoje assegurada tanto pelo Estado como pela socialização espontânea.

Conclusão: um outro espaço possível entre o nacionalismo literário e a literatura nacional?

Rascunhei nestas páginas quatro possíveis interrogações que simultaneamente questionam e exigem a aplicabilidade da conceitualidade de González-Millán ao nosso presente social, político e estético. Em primeiro lugar, assinalei a importância de erigirmos um horizonte normativo de literatura nacional que saiba deslindar-se do programa da literatura normal(izada). Em segundo lugar, apontei algumas balizas que indicam que os binómios gémeos *autonomia/heteronomia* e *nacionalista/nacional* estão a experimentar um descolamento; fenómeno que nos permite entrever uma exclusão política do nacional nos repertórios literários e que demanda pesquisa. Em terceiro lugar, tentei complementar a ideia de uma «superimposição de funções discursivas» com uma homóloga «hipersensibilidade» dos públicos nacionais galegos ao seu próprio nacionalismo, resultado provável do sucesso da identidade nacional espanhola na Galiza. Por último, quis aprofundar numa possibilidade já contida nas

reflexões de González-Millán, mas pouco explorada e, no meu parecer, bastante urgente: a do estudo de um nacionalismo literário espanhol na produção literária galega.

Apenas uma última reflexão, agora, para terminar. A grande pergunta que exige um balanço contemporâneo do processo de institucionalização da literatura galega — por aderirmos por completo ao horizonte do artigo de 1995 — é a seguinte: continua na «fase» de nacionalismo literário ou passou já a essa primeira liga desejada das verdadeiras «literaturas nacionais»? Que esta pergunta não comparecesse até agora não é casual, pois tentar respondê-la é incómodo, fatigoso e incerto. Iludi-la parecia, portanto, o mais prudente. Nada do que diga agora vai contradizer essa prudência.

Julgo que, apesar das múltiplas vitórias do processo de institucionalização experimentado pelo sistema literário galego nos últimos 40 anos, González-Millán continuaria a refutar o uso de literatura nacional para o caso galego. Nessa linha apontam algumas das questões já exploradas, como a impossibilidade de banalizar o nacionalismo subalterno; e outras não exploradas aqui, mas bem conhecidas, como a incapacidade da indústria literária galega para competir com a espanhola pelo próprio público galego. Dizer mais a este respeito seria já muito dizer; o que quero é, por enquanto, propor uma pergunta pendente: o que é uma literatura que já não é nacionalista, mas também não pode ser plenamente nacional? Como descrever o nosso caso, fortemente híbrido, em que o nacionalismo mais socializado é o dominante e o dominado já não emprega o literário como meio compensatório? O legado de González-Millán, decerto, contém não poucos planos com que procurar as respostas.

Referências bibliográficas

Anderson, Benedict (2008 [1983]). *Comunidades imaginadas.* São Paulo: Companhia das Letras.

Billig, Michael (1995). *Banal Nationalism*. Londres / Los Angeles / Nova Deli: Sage.

Casas, Arturo (2012). «Sistema/ campo literario e literatura nacional como conceptos historiográficos: Perspectiva sociolóxica perante o caso galego». *Galicia 21*, D, 5-26.

Casas, Arturo (2021). *Procesos da historiografía literaria galega. Para un debate crítico*. Veneza: Ca' Foscari.

Consello da Cultura Galega (2018). *Diagnose da cultura galega. Datos para unha estratexia cultural no século xxi.* Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

Delgado, Luisa Elena (2014). *La nación singular: La cultura del consenso y la fantasía de normalidad democrática española (1996-2011)*. Madrid: Siglo XXI.

Figueroa, Antón (1988). *Diglosia e texto*. Vigo: Xerais.

Freixanes, Víctor F. (1982). *O triángulo inscrito na circunferencia*. Vigo: Galaxia.

Goldstone, Andrew (2013). *Fictions of Autonomy. Modernism from Wilde to de Man*. Oxford: Oxford UP.

González-Millán, Xoán (1991). «Unha etnopoética para unha literatura periférica». Carreño, Antonio (ed.), *Actas do Segundo Congreso de Estudios Galegos = Proceedings of the Second Galician Congress. Homenaxe a José Amor y Vázquez (Brown University, novembro 10-12, 1988)*. Vigo: Galaxia, 339-47.

González-Millán, Xoán (1994). *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)*. Vigo: Xerais.

González-Millán, Xoán (1995). «Do nacionalismo literario a unha literatura nacional. Hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1994*, 67-81.

González-Millán, Xoán (1996). *A narrativa galega actual (1975-1984). Unha historia social*. Vigo: Xerais.

González-Millán, Xoán (2002). «Nacionalismo literario y teoría del campo literario. La experiencia gallega de las últimas décadas». Bermúdez, Sivia; Cortijo Ocaña, Antonio; McGovern, Thimoty (eds.), *From Stateless Nations to Postnational Spain / De naciones sin estado a la España postnacional*. Boulder: Society of Spanish and Spanish-American Studies, 223-36.

González-Millán, Xoán (2003). «A constitución monumentalista do pasado». *A Trabe de Ouro. Publicación Galega de Pensamento Crítico*, 54 (II), 157-68.

Lourido, Isaac. 2014. «El estudio sistémico de las literaturas marginales: Desarrollo y crítica en el programa investigador de Xoán González-Millán». *Bulletin of Hispanic Studies*, 91 (5), 513-30.

Miguélez-Carballeira, Helena (2014). *Galiza, um povo sentimental?* Vásquez Corredoira, Fernando (trad.). Santiago de Compostela: Através.

Miguélez-Carballeira, Helena (2018). «Sentimentalismo y consenso. Imaginarios sobre Galicia en el período democrático». Delgado, Luisa Elena; Fernández, Pura; Labanyi, Jo (eds.), *La cultura de las emociones y las emociones en la cultura española contemporánea*. Madrid: Cátedra, 255-71.

Miguélez-Carballeira, Helena (2022). «La cultura del consenso como lenguaje literario». Claesson, Christian (ed.), *España Comparada. Literatura, lengua y política en la cultura contemporánea*. Granada: Comares, 55-72.

Moretti, Franco (2003). *Atlas do romance europeu 1800-1900*. Sandra Guardini Vasconcelos (trad.). São Paulo: Boitempo.

Perret, Silvia (2015). «In the name of the nation? The National Award in Narrative Literature, and the democratization of art in Spain (1977-2013)». *Journal of Spanish Cultural Studies*, 16 (1), 77-93.

Pesado, Pablo (2022). *Realismo máxico, conflito nacional e metaficción historiográfica de referencia galega (1972-1987): modelos discursivo ideolóxicos na narrativa de G. Torrente Ballester, V. F. Freixanes e X. L. Méndez Ferrín*. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.

Rodríguez, Francisco (1990). *Literatura galega contemporánea: problemas de método e interpretación*. Vilaboa: Edicións do Cumio.

Samartim, Roberto (2017). *Mudança política e sistemas culturais em transiçom. Literatura e construçom da (ideia da) Galiza entre 1974 e 1978*. Santiago de Compostela: Laiovento.

Torres Feijó, Elias (2004). «Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais». Abuín González, Anxo; Tarrío Varela, Anxo (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas da península Ibérica*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela, 423-44.

O estudo do campo editorial galego na obra de Xoán González-Millán
Uma leitura crítica a partir da cultura da normalização[1]

Isaac Lourido
Universidade da Corunha

No corpus investigador de Xoán González-Millán sobre o processo de institucionalização do campo literário galego a partir de 1975, a atenção dada ao campo editorial é significativa. A análise do «mundo editorial» — expressão habitual na sua obra, talvez por ser mais abrangente e menos comprometedora em termos epistemológicos do que outras como *sistema* ou *campo editorial* — tem uma função de destaque nas duas monografias publicadas em meados da década de 1990 (González-Millán 1994, 1996). Mas também noutros contributos mais breves em que aborda os processos interligados de reconfiguração, autonomização e institucionalização do sistema literário galego no novo tempo histórico e no novo quadro político-administrativo surgidos após o fim da ditadura franquista (González-Millán 1991, 1998, 2002). Como tem sido precisamente estudado e analisado (Casas 2004), na produção de González-Millán qualquer desenvolvimento histórico-crítico ou aplicado contém, ao mesmo tempo, uma profunda exploração epistemológica, teórica e metodológica. No que diz respeito ao objeto de estudo que focamos neste trabalho, essa exploração está ligada a diferentes quadros de base sociológica e sistémico-institucional. A mesma propensão está presente naqueles textos em que praticou análises mais específicas sobre o campo editorial, como o dedicado a uma avaliação crítica das deficiências, dos desafios e das tensões que condicionavam a publicação e a comercialização do livro galego (González-Millán 1997a), ou o consagrado a um estudo

[1] Este capítulo está ligado ao projeto de investigação *Campo editorial e cultura autonómica: Institucionalização e industrialização do livro na Galiza (1978-2026)* (PID2022-139351OB-I00), financiado pelo Ministerio de Ciencia e Innovación do Governo de Espanha.

pormenorizado dos catálogos das Edicións Xerais de Galicia entre 1980 e 1995 (González-Millán 2001).

O propósito das páginas que seguem é reconstruir e analisar criticamente a proposta teórica e metodológica de González-Millán para estudar o campo editorial galego no período pós-franquista, bem como as linhas de análise estabelecidas e os resultados oferecidos. Uma linha de estudo complementar tem a ver com as relações existentes entre o desenvolvimento do campo editorial galego e a configuração de uma cultura especificamente *autonómica* ou, por outras palavras, de uma *cultura da normalização*, atuante nos planos linguístico, literário, cultural e até político. Uma avaliação deste teor, aplicada a produções críticas realizadas há mais de duas décadas e a processos socioculturais que continuam na atualidade, corre o risco de ser feita a partir de perspetivas de certa maneira oportunistas, dada a posição de privilégio para a observação e para a análise social que outorga tanto o olhar retrospetivo e distanciado no tempo quanto o acesso a fontes de conhecimento não disponíveis em anos anteriores. Por isso, os nossos objetivos assumem também uma abordagem mais diretamente ligada ao passado mais próximo e ao presente, sustentada em questões como as seguintes: Em que medida o modelo de análise elaborado por González-Millán é ainda válido para abordar o campo editorial galego do século XXI? São necessárias perspetivas teóricas, metodológicas ou procedimentais alternativas ou complementares? Que pontos de apoio encontramos na sua obra para a inteleção de uma cultura da normalização, em relação ao campo editorial e a outros subcampos culturais?

Análise institucional da literatura galega posterior a 1975

Apesar da extrema coerência e solidez do corpus investigador de González-Millán, podemos reconstruir uma certa transição entre paradigmas no estudo do campo literário e do campo

editorial a partir de 1975. O primeiro paradigma, presente nos contributos de inícios da década de 1990 (1991, 1994, 1996), é baseado numa exploração plural e complexa do conceito de *instituição literária*; no segundo, deixa-se sentir mais claramente a influência da teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, adaptada e revista criticamente (González-Millán 1999a, 1999b, 1997a, 2001).[2] Muito sinteticamente, podemos referir que no modelo de análise institucional aplicado por González-Millán ecoa a instabilidade com que foi usado o conceito de *instituição* nos estudos literários, situado entre duas conceções que nem sempre convergiram ou encontraram uma necessária complementaridade: uma mais atenta aos aspetos materiais e organizativos e às condições político-administrativas em que funcionam os textos, os agentes e as práticas; a outra, mais interessada pela instituição como entidade reguladora dos repertórios estéticos e, em última fase, do cânone. González-Millán promoveu uma integração das duas perspetivas, expressada com frequência a partir da distinção estabelecida pelo quebequense André Belleau sobre a «dupla natureza» da instituição literária: a que funciona como aparelho ideológico do Estado e a que regula os assuntos propriamente textuais, estéticos e discursivos (Melançon 1986; González-Millán 1994: 18-22).[3] Talvez a obra em que se aprecia mais claramente a combinação das duas dimensões tenha sido o livro de 1996, que, para o estudo da dimensão estética, inclui as secções «A renovación do discurso narrativo» (González-Millán 1996: 47-80) e «Os textos. Historia da súa recepción crítica» (81-316).

[2] Para fundamentar o seu modelo de análise institucional, González-Millán valeu-se de um conjunto diverso e heterogéneo de fontes. As propostas de Jacques Dubois foram habitualmente complementadas com contributos devidos a sociólogos de base marxista como Tonny Bennet ou France Vernier. Peter Uwe Hohendahl, Alain Viala, Cees J. Van Rees ou Peter Bürger foram outros autores assimilados criticamente pelo investigador galego. Para uma análise mais exaustiva dos fundamentos teóricos deste modelo recomendamos consultar Lourido (2014: 196-224).

[3] O caso do Quebeque foi acompanhado com interesse por González-Millán, especialmente o trabalho do Centre de Recherche en Littérature Québécoise (CRELIQ) da Universidade Laval (González-Millán 1997b). Encontrou nele uma referência valiosa para a revisão crítica de quadros teóricos que, nas suas formulações iniciais, não incluíam o estudo de situações de conflito semelhantes às da Galiza (González-Millán 1994: 20-1).

Por outro lado, na análise do campo literário galego reconheceu com regularidade a existência de uma situação conflituosa no plano institucional. Este conflito diz respeito à colisão de planificações entre as instituições estatais e as instituições autonómicas, mas também à situação interna do próprio campo cultural galego, condicionado pelas disputas entre uma institucionalidade galega oficial que carecia de legitimidade suficiente, devido às condições históricas prévias, e um conjunto de instituições privadas e coletivos associativos, que não só rivalizam entre elas pela imposição de modelos de desenvolvimento cultural, como em muitos casos adotam posições claramente anti-institucionais, quer dizer, de deslegitimação global do novo quadro político-administrativo (González-Millán 1994: 21-2). Esta última inflexão político-ideológica e estratégica foi praticada, como é sabido, por uma parte do nacionalismo organizado no período da reforma política e ainda em décadas posteriores.[4] É necessário precisar, no entanto, que, apesar do reconhecimento deste conflito, a análise de González-Millán não tratou de modo específico a atuação da instituição literária espanhola no espaço cultural galego — em forma de planificações e de práticas — mas centrou o seu foco nos processos de institucionalização e de legitimação da literatura galega, dificultados em parte por essa convivência desigual.

> En situacións de dependencia cultural, este conflicto produce un aumento das tensións entre os axentes institucionais da ortodoxia oficial e os anti-institucionais, representados por tódolos grupos que, dende perspectivas ideolóxicas distintas, reivindican a *normalización* e lexitimación da cultura marxinada que eles representan. Son múltiples os

[4] Samartim (2003) situou em 2003 o canto do cisne das posições anti-institucionais do nacionalismo organizado à volta do Bloque Nacionalista Galego e de uma série de instituições afins ou diretamente satelizadas. Nesse ano, pela primeira vez, o nacionalismo reconheceu a autoridade da Real Academia Galega em matéria da normativa linguística e abandonou as variantes ortográficas divergentes regularmente praticadas nos vários órgãos comunicativos e meios de expressão. Outros fatores relevantes para o reequilíbrio de forças no campo cultural galego aconteceram no mesmo ano, como a entrada de Manuel María no plenário da RAG — instituição da qual se tinha demitido, como membro correspondente, em 1975 —, ou a dedicação do Dia das Letras Galegas a Antón Avilés de Taramancos, ambos agentes culturais de referência para a corrente intelectual nacionalista.

> indicadores de confrontación entre as dúas institucións literarias que actúan en Galicia, a galega e *a de expresión castelá*. (González-Millán 1994: 30, itálico nosso)

Para além da fórmula que destacamos em itálico nesta citação, muito pouco habitual na obra do autor, uma crítica poderia ser colocada se pensarmos que as relações entre as duas instituições literárias distam muito de poder serem concebidas como um confronto de forças binárias que têm agências de intervenção claramente reconhecíveis em todos os casos. A análise de González-Millán parece não incluir nestas páginas, com todos os matizes necessários, o dinamismo das relações e, fator talvez ainda mais significativo, a habitual convergência nos programas e nas planificações entre determinados setores de uma e de outra instituição. Por outras palavras: é o conflito institucional o que carateriza o funcionamento social da literatura na Galiza, não só no período focado, e podem ser identificados setores institucionalmente ligados às culturas marginalizadas que cooperam, em grau e com consciência variáveis, na persistência da hegemonia da «ortodoxia oficial». Ainda assim, González-Millán chega a identificar o ciclo 1975-1984 com a «institucionalización dun campo literario autónomo» e refere que é na década seguinte que se consolida definitivamente este processo (González-Millán 1996: 10).

Maria Jesus Rodríguez Fernández (1999), a partir de um diálogo intenso com a produção de González-Millán, questionou mesmo a possibilidade de delimitar duas instituições literárias diferenciadas, dado o grande nível de dependência do sistema literário galego em relação ao espanhol. Na visão desta autora, a subordinação não só condicionaria a consolidação de discursos, repertórios e imaginários próprios, mas também conduziria ao equívoco de fazer equacionar *institucionalização* — no sentido mais restrito de criação e desenvolvimento de instituições, públicas ou privadas, entre as quais as editoras — e *autonomização* do campo, sendo este último um processo altamente deficitário ainda nas décadas de 1980 e 1990. Uma análise complementar

foi elaborada por Pablo Pesado (2022), que identificou diferentes práticas de canonização exógena, exotização e cooptação de agentes, ensaiadas pelo sistema literário espanhol no mesmo período focado por González-Millán, especialmente no género narrativo:

> The quantity and value of the symbolic capital granted by the Spanish literary field to Galizan authors in the 80's is unparalleled: more than a third of all Galizan narrators awarded with the Spanish National Literature Prize for Narrative are concentrated between 1980-1985 — five out of ninety-six years. The kind of novel to receive the prize was clearly inspired by Latin American magical realism. This exceptional Spanish canonization meant that, in a decade marked by the pursuing of new repertoires and niches in the Galizan literary system, a lot of the available social energies were mobilised to obey and replicate Spanish official aesthetic criteria — which, as we have concluded, aimed to exoticise Galizan identity. (Pesado 2022: 448)

O funcionamento do campo editorial galego

Com base num tipo de formulação muito habitual na sua produção, González-Millán (1994: 63 e ss.) identifica como principais objetos de estudo relacionados com o mundo editorial os *obstáculos* existentes, os *desafios* pendentes e as *novas imagens* sociais que afetam o livro no período por ele estudado. Quanto aos obstáculos, refere a continuidade da diglossia no plano linguístico, a precariedade dos recursos para distribuir e promover o livro, a marginalização do ofício do livreiro, os baixos índices de leitura ou as altas doses de trabalho voluntário numa parte importante do campo editorial. Quanto aos desafios, indica a participação efetiva da administração pública no setor editorial, a implantação e consolidação de uma única normativa ortográfica e a atualização dos setores ligados às artes gráficas (desenho, ilustração…). Já no que diz respeito às mudanças na valorização social do livro como produto, González-Millán identifica uma tendência à diversificação das funções associadas a ele, antes de

1975 praticamente restritas ao seu funcionamento como signo de militância política e, a partir dessa data, e progressivamente, ainda que com muitos matizes, abertas a um conjunto mais vasto e complexo de percepções em que começa a ser registada a do livro como simples objeto de consumo.

O conjunto de elementos agora introduzidos tem um especial interesse para a análise do campo editorial galego em termos de uma maior ou menor aproximação do horizonte da normalização assumido pelas elites culturais do período posto em foco, embora com conceções e projetos diferentes, e ainda em muitos casos divergentes, se compararmos aquelas que ocupam uma certa centralidade e aquelas outras que antes foram situadas em posições anti-institucionais. Em síntese, para González-Millán, o aspeto fundamental para compreender a história recente do campo editorial galego é a tensão produzida pela introdução da economia de mercado numa área historicamente dominada por lutas de tipo simbólico. O conjunto de elementos afetados por essas tensões é enormemente amplo e heterogéneo. Inclui as tentativas de profissionalização em toda a cadeia de produção editorial, o reconhecimento e a legitimação social dos/as profissionais da criação literária e da edição, a diversificação de temáticas (consideradas propriamente «galegas») e tipologias («livro literário») associadas tradicionalmente ao livro galego, a relação com a instituição educativa ou as consequentes alterações no sistema de valorização repertorial e genérica.

No que diz respeito às relações entre instituição literária e instituição educativa, os pontos de estudo assinalados como fulcrais por González-Millán (1996: 322-5) seriam a retroalimentação e a interseção de interesses entre ambas,[5] a oficialidade da língua galega e o processo de normalização linguística, a atualização do setor para produzir materiais adequados aos desenhos curriculares, o tratamento dado à história da literatura galega

[5] Em relação a esta interdependência, González-Millán (1994: 79-81) recolhe e analisa os depoimentos de vários agentes do campo editorial da altura, que destacam o importante reforço que supôs para o livro galego a introdução da língua galega no ensino, tanto no plano mercantil como no simbólico, e, por outro lado, o eventual perigo do grosso da produção editorial ficar subordinado às demandas específicas do setor educativo.

— necessariamente focada na contemporaneidade, dado o facto de ter sido concebida como uma história de silêncios e deficiências — ou, já num plano complementar, a consideração do sistema educativo como instituição social decisiva, dada a sua capacidade para produzir e impor normatividades concretas. Essas normatividades, por via de regra submetidas às hegemonias ideológicas e socioculturais de cada época, atingiriam modelos linguísticos, padrões culturais e identitários, estéticas literárias ou o cânone, para destacar um aspeto especialmente significativo no que diz respeito a determinados produtos editoriais como os manuais escolares ou as leituras *obrigatórias* ou *recomendadas*.

González-Millán soube ver que as alterações no mercado editorial e a relativa dependência da instituição educativa estavam a provocar mudanças significativas nos valores atribuídos aos géneros e aos discursos literários, e, portanto, nas hierarquizações herdadas da situação anterior a 1975. É neste quadro de pensamento que devemos entender a sua predileção pelo estudo do género narrativo, com certeza o que experimenta na época estudada um maior crescimento em termos quantitativos, uma maior diversificação dos discursos e dos repertórios estéticos praticados ou melhores possibilidades de estabilização de um mercado editorial e de abertura a novos públicos. A consolidação desses processos, que González-Millán atribui fundamentalmente ao impulso de determinados agentes e instituições privadas que trabalham paralelamente à administração pública, permitiria a «conquista da *normalidade* bibliográfica galega» (1994: 101, itálico nosso) para um setor, o do livro galego, que «entraba na década dos 90 iniciando un percorrido por vieiros de comercialización semellantes aos dos espacios socioculturais *menos marxinais e máis autónomos* no seu control da producción discursiva» (102, itálico nosso).

As complexas relações entre campo literário, campo do poder económico e campo de produção ideológica constituem-se, então, como centro de observação privilegiado. Uma rede de ligações e de tensões certamente mais simples de descrever e de analisar que de avaliar criticamente, nos termos do que for mais

conveniente para a vitalidade do sistema. A este respeito, Antón Figueroa desvendou uma contradição existente no processo de configuração do campo literário galego como campo nacional: a constituição de um polo economicamente heterónomo e a sua avaliação positiva pela prática totalidade do campo atentariam, em sentido estrito, contra a (desejável) autonomização do campo. O fenómeno é interpretado por Figueroa (2001: 120 e ss.) como consequência de uma tentativa de mimese (e, numa segunda fase, diríamos nós, de homologação) com campos literários consolidados. Na sua análise alude, também, à economia global ou mundializada como ameaça duplamente heterónoma: por um lado, reproduz os mesmos interesses de lucro contrários aos *habitus* próprios dos campos culturais; por outro, permanece alheia às determinações de um eventual campo nacional galego. Numa linha de pesquisa que retomaremos um pouco mais à frente, parece claro que, com o decorrer dos anos, se faz necessário um conhecimento mais sistematizado do funcionamento do campo editorial galego na sua vertente económica, especialmente nas suas relações (mais ou menos autónomas) com o campo editorial espanhol e, ainda, com as empresas e com os fluxos económicos transnacionais e globalizados.

Justamente naqueles trabalhos em que dialogou de maneira mais franca com as teorias de Bourdieu, González-Millán (1997a, 2001, 2002) não renunciou a encarar criticamente questões como as que agora acabam de ser colocadas. Dadas as condições impostas pela hegemonia capitalista em todo o mundo, a integração da literatura galega na economia de mercado não poderia ficar de fora da equação, muito menos num modelo de análise tão pouco idealista e tão atento às condições materiais e às tensões sócio-discursivas como o seu. O desenvolvimento do mercado editorial galego fundamentou-se numa série de reconfigurações e de aberturas a respeito das décadas precedentes, algumas delas já referidas, que poderíamos recapitular nos seguintes traços: diversificação dos perfis das instituições editoriais, até 1975, em boa medida, vocacionadas para a produção e a reprodução de capitais simbólicos e, a partir dessa data,

com melhores condições para a procura de um equilíbrio entre o simbólico e o económico; heterogeneização da tipologia dos livros em galego e superação da especialização no livro literário; pluralização dos temas e abandono da limitação aos temas considerados propriamente galegos; renovação dos repertórios estéticos e dos horizontes de consumo literário, que transitam do polo do macro-texto nacional para o do inter-texto polifónico (González-Millán 1995); atualização da imagem social do escritor, que deixa de representar unicamente o rol de agente engajado numa determinada política linguística, cultural e sociopolítica, e começa a poder ser percebido como profissional da literatura; diversificação da imagem social do livro e dos seus horizontes de consumo, na medida em que se consiga transitar da imagem monolítica do livro como dispositivo político para uma imagem mais heterogénea em que aquela pode persistir, de certa maneira, mas em que se dão as circunstâncias para um consumo mais propriamente comercial.

Mas como resolve González-Millán, então, a contradição entre mercantilização e autonomização? Para tanto, faz uma revisão crítica das teorias de Bourdieu e questiona a operatividade de uma distinção rígida entre o subcampo de grande produção (mais próximo dos interesses do campo económico) e o subcampo de produção restrita (mais próximo das lógicas de funcionamento autónomo do campo literário) (González-Millán 2002: 229-31).[6] Também propõe uma concetualização específica dos modos de produção e da distribuição dos capitais em campos literários como o galego. A partir do exemplo de Xerais, que para González-Millán é especialmente representativo das transformações que acompanharam o novo tempo histórico da literatura e do mundo editorial galego depois do franquismo, explica: «Xerais seemed to expend a lot of energy in keeping a difficult balance between the commercial consolidation of its production, the aesthetic canonisation and autonomy of literary

[6] O próprio Bourdieu (1996 [1992]: 246) menciona, muito sinteticamente, que naqueles campos escassamente autónomos e, portanto, deficientemente estruturados, a distinção entre estes dois subcampos é muito mais difícil de estabelecer.

discourse, and the survival and maintenance of its social (and national) legitimation as a cultural enterprise» (González-Millán 1997: 88).

A dificultosa combinação de estratégias que afetam o plano económico (comercialização), sociopolítico (legitimação social e nacional) e estético-discursivo (canonização) é apresentada noutra ocasião em termos de complementaridade e necessidade mútua. Para González-Millán (2001, 32-33), só é possível uma iniciativa eficaz de comercialização editorial — inclusive nos termos de uma produção de *ciclo curto*, que procura um consumo imediato ou *acelerado* — se antes foram criadas as condições de legitimação simbólica precisas, não apenas para o livro galego como produto, mas para os atores individuais (escritores, editores e livreiros) e institucionais (casas editoriais e livrarias) que o sustentam.[7] Sintomaticamente, para o autor salnesão, o grande obstáculo para a consolidação do processo de mercantilização é a concorrência desigual com um campo editorial espanhol já plenamente consolidado no espaço social galego. O esforço de emulação em que descansa, em boa medida, a estratégia de normalização topa com o atranco dos públicos potencialmente interessados na leitura do livro em galego terem em boa medida preenchidas as suas necessidades pela produção editorial em castelhano.[8]

Por outro lado, González-Millán não ignorou os fatores da sobreposição entre os campos editoriais galego e espanhol no plano económico, e da mundialização capitalista. Embora não de maneira substantiva, fez referência a isso na análise dos catálogos das Edicións Xerais no período 1980-1995. Interpretou, por um lado, que foi precisamente a integração da editora galega no grupo editorial espanhol Anaya o que permitiu o desenvolvimento de um tipo de estratégias de penetração no mercado editorial, incluída a linha de produção mais diretamente ligada

[7] Os conceitos de *ciclo curto* e *consumo acelerado* são tomados de Bourdieu (1996 [1992]: 163).

[8] González-Millán (1997a: 89, 96n) também não ignorou o problema do reduzido tamanho do campo editorial galego, insuficiente para conseguir atrair o interesse de grandes empresas editoriais e sério obstáculo para a rentabilidade económica, caso não exista uma forte atividade exportadora.

à instituição educativa, praticamente inéditas no campo editorial galego (González-Millán 2001: 32). No mesmo texto, aparece assinalado como elemento relevante a compra de Anaya por uma multinacional francesa — Havas, em 1998, grupo editorial que em 2000 passa a denominar-se Vivendi Universal Publishing — que, obviamente, funciona à escala internacional e tem um capital e umas dimensões institucionais sensivelmente superiores às da original empresa galega (36). A diversidade de interesses culturais e socioeconómicos que operam no mundo editorial galego foi também destacada por González-Millán como sintoma de dependência e, acrescentamos nós, de acordo com a linha de análise sugerida por Figueroa, como prova da falta de correspondência entre um campo literário galego e um campo económico definido a partir das mesmas coordenadas (nacionais):

> [T]he 'Galician publishing world', as a term, describes a phenomenon which, like Galician society itself, responds to a dynamics of cultural and socioeconomic dependency. This entails a typology fitting the diverse interests which operate in this field. First, the publishing houses with Galician capital; secondly, the ones installed in Galicia, but dependent on non-Galician financial support; thirdly, publishing houses located outside Galicia, but with Galician titles; and finally, public and private institutions, which publish their own works. (González-Millán 1997a: 96n)

Campo literário, campo editorial e cultura da normalização

Por todo o exposto, a obra de González-Millán é um referente incontornável e até certo ponto fundacional para compreender, de maneira profunda e complexa, o funcionamento tanto do campo literário quanto do campo editorial, num tempo histórico decisivo da nossa mais imediata contemporaneidade. Nestas páginas finais, pretende ser desenvolvida uma perspetiva mais alargada que enquadre as suas análises num escopo tem-

poral que chega até aos nossos dias, e que reveja criticamente o seu legado a partir do paradigma da cultura da normalização.

Este paradigma pode ser definido, provisoriamente, como o modelo de inteleção e de planificação da cultura galega que progressivamente se foi tornando hegemónico, até ao ponto de conciliar à sua volta uma parte quantitativa e qualitativamente relevante dos agentes individuais e institucionais que conformam o sistema cultural galego. Trata-se de um modelo decisivamente condicionado pelo objetivo da homologação com sistemas culturais percebidos como consolidados na sua fundamentação institucional e no seu funcionamento orgânico, como reconhecidos internacionalmente e como não conflituosos no relativo às interseções entre cultura, identidade, ideologia e política. No programa implícito deste paradigma, a normalização cultural está solidariamente ligada à normalização da língua galega — descrita como língua autónoma e autonómica — e o horizonte desejado pode ou *deve necessariamente* ser conseguido no quadro das condições político-administrativas, legais e económicas resultantes da denominada *transição democrática* do Estado espanhol. Quer dizer, sem uma modificação substantiva das condições de dependência, a vários níveis, que esse quadro torna força de lei e disposições estruturantes do sentido comum nacional. Na nossa análise, a cultura da normalização adquire verdadeira natureza hegemónica à medida que uma parte do nacionalismo cultural abandona as suas posições anti-institucionais, perde solidez (ainda que não desapareça) como posição sistémica antagonista e adere a muitos dos consensos fabricados pelas elites culturais homólogas ao poder político. Este processo, que se acelera justamente no trânsito do século XX para o XXI e acompanha a ascensão do nacionalismo no campo da política institucional, surgiu pela necessidade desta corrente pretender uma maior capacidade de agregação social e política e, também, pela sua relativa incapacidade para estabelecer um diálogo dinâmico e atualizado com o funcionamento que a cultura (práticas, visões, públicos, profissionais, etc.) adquire, nesta fase do neoliberalismo, no Estado espanhol.

Um último traço caraterístico da cultura da normalização seria um certo idealismo, organizado a partir da crença nas possibilidades de planificar de maneira *consensual* e *colaborativa* a cultura galega, entendida como projeto comum e como bem identitário de intrínseco valor social. Em relação a esta questão, Figueroa (2001: 123-4) insistiu na situação paradoxal que costuma ser registada em campos literários como o galego. Para ele, a ativação de políticas planificadoras tendentes ao preenchimento de *vazios* identificados no próprio campo — quer por parte de instituições públicas, quer por parte de instituições privadas — não é senão o sintoma mais claro de anormalidade, dada a própria impossibilidade de um número limitado de instituições criar, sustentar e legitimar socialmente todas as posições percebidas como necessárias para o funcionamento autónomo de um determinado campo.[9] Lógicas deste tipo, de extensa anuência no campo literário galego, prejudicam o desenvolvimento do campo (existente, precisamente, quando há conflitos entre posições suficientemente distintivas e com programas de atuação diferenciados no seu interior) e evitam colocar no centro da análise e da ação institucional as relações entre campo literário e campo do poder: «A posibilidade de intervención está non na simple mímese voluntarista dun campo *normal* mediante a concienciación, senón no cambio das condicións sociais nas que os axentes actúan. [É] pois unha acción política, de política cultural, anque non digo que sexa unicamente executable polos políticos *profesionais*» (Figueroa 2001: 126, itálico no original).

As posições epistemológicas (portanto, também éticas, ideológicas e políticas) de González-Millán têm alguma relação com esta cultura da normalização, ainda que o seu modelo de análise e a sua praxe discursiva limitem a assunção de posicionamentos

[9] Entre os casos que exemplificam a convergência estratégica de agentes culturais para pôr em andamento uma planificação normalizadora consensual, vale a pena destacar as atribuições do Dia das Letras Galegas a autorias consideradas marginais ou heterodoxas (Lois Pereiro em 2011, Xela Arias em 2021), com o objetivo confessado, e positivamente sancionado, até por posições habitualmente críticas com o funcionamento da Real Academia Galega, de legitimar as periferias do sistema e de atrair novos públicos para o consumo literário em língua galega.

rotundos em favor de um ou de outro modelo de planificação sociocultural. De certa maneira, e especialmente nos trabalhos produzidos na primeira metade da década de 1990, participa do clima proclive a determinado tipo de institucionalização que, com a perspetiva atual, podemos classificar como convergente com a cultura da normalização. Se bem que as análises têm uma densidade e uma sofisticação de que as formas com que este paradigma acaba por se tornar hegemónico carecem, o certo é que vários dos desafios sugeridos, como a expansão e a diversificação da produção e do consumo literários, o equilíbrio entre autonomização discursiva e mercantilização ou a legitimação social através da instituição educativa fariam parte de alguns dos seus fundamentos. Mas, ao mesmo tempo, também deve ser dito que posições como as (implicitamente) promovidas por González-Millán não eram, naquela altura — década de 1980 e inícios da década seguinte —, assumidas no mesmo grau por agentes e grupos relativamente centrais, tanto do campo literário quanto do campo de produção ideológica, como chegariam a ser, pelo menos no plano público e declarativo, em épocas posteriores. Por outro lado, parte da última trajetória de González-Millán (2000) prestou uma atenção mais específica às questões da *resistência cultural* e da *experiência da subalternidade*, através de uma exploração de quadros teóricos e metodológicos que, sem derivar nos esquematismos e no monolitismo de certos discursos do nacionalismo literário, conseguisse uma inteleção mais precisa da dependência histórica da cultura galega.

Se adotássemos uma perspetiva histórica mais abrangente dos campos literário e editorial no período autonómico, poderíamos estabelecer que a hegemonização do consenso normalizador, a relativa menorização do nacionalismo literário, a persistência da mercantilização como horizonte desejado ou a inegável dotação de instituições culturais, públicas e privadas, não provocou um robustecimento institucional e uma autonomização estético-discursiva nos moldes do que poderia ser considerado como suficiente pelos próprios agentes do campo, nem conseguiu, para nos aproximarmos de um conceito mui-

to explorado da obra de González-Millán (1995), a articulação de um funcionamento análogo ao de uma *literatura nacional*. A nossa hipótese é que a pressão institucionalizada dos aparelhos de Estado, não só através da instituição educativa, afetou decisivamente as possibilidades de autonomização do campo literário galego no período autonómico. Essa afetação, diversificada mas eficazmente difusa, provocou, em parte, a consolidação da cultura da normalização como quadro de interpretação hegemónico e como difuso espaço de encontro — por vezes, na nossa análise, simplesmente retórico — tanto para as sensibilidades menos dispostas ao conflito simbólico com a instituição cultural espanhola como para aquelas que, devido aos fatores mencionados, perceberam a falta de legitimação social dos seus discursos, anteriormente resistentes, e reorientaram as suas estratégias.

De todo o anterior, podemos retirar — hipótese complementar da agora enunciada — que, em inícios da terceira década do século XXI, a literatura galega conforma uma espécie de *literatura subestatal*: cada vez menos percebida como literatura só militante em virtude do código linguístico usado, mas ainda limitadamente diversa nos seus repertórios estéticos e, muitas vezes, propositadamente reduzida a determinados estereótipos de matriz etnocultural; com uma indústria editorial precária em muitos aspetos e cuja configuração só de maneira difusa remete para um campo do poder económico de referência preponderantemente galega; reconhecida internacionalmente de maneira descontínua, mas com frequência como ingrediente ou como complemento de planificações próprias da instituição literária espanhola. A partir destes e de outros elementos, apresentaremos, a seguir, um conjunto de aspetos que, como a formulação prototípica de González-Millán, podem ser lidos simultaneamente como obstáculos para a autonomização do campo literário, como desafios para a superação do estado de dependência e, sobretudo, como âmbitos de trabalho *a futuro*, com uma atenção específica a tudo o que afeta diretamente o campo editorial.

Para além da existência de indícios de dependência no nível repertorial e discursivo, de acordo com análises como as de Ro-

dríguez (1999) ou Pesado (2022), referidas em páginas anteriores,[10] o campo literário galego atual parece acusar uma relativa degradação das instâncias críticas e dos critérios de reconhecimento estético e de canonização próprios. A heterogeneidade dos horizontes de receção crítica descritos por González-Millán (1996) para o género narrativo seria difícil de comparar com o funcionamento da crítica especializada na atualidade, dada a submissão da crítica académica a um relativo desmantelamento que acontece há anos,[11] a ação homogeneizadora da cultura da normalização e, muito decisivamente, os intensos efeitos da aparição da internet no mundo da cultura, talvez o fator que mais decisivamente diferencia o período estudado por González-Millán das décadas imediatamente posteriores.

No que diz respeito aos procedimentos canonizadores, procede destacar a centralidade que ainda conserva, nos campos literário e editorial, a comemoração do Dia das Letras Galegas, orientado para a legitimação de um *cânone fixo*, em contraste com a discreta eficácia das iniciativas pensadas para a constituição de um *cânone dinâmico*, para além da ação desenvolvida neste sentido pelos prémios comerciais. A fraqueza institucional da crítica galega e dos procedimentos de canonização endógenos permite reconhecer como válidos, e até celebrar consensualmente como êxito atribuível a todo o campo, os reconhecimentos procedentes de instâncias de consagração da instituição literária espanhola, nomeadamente os Prémios Nacionais do Ministério da Cultura.

[10] Um estudo mais preciso sobre a questão deveria levar em conta as eventuais diferenças entre géneros literários. Como hipótese de partida, sugerimos que uma parte importante da produção poética, enquanto zona mais autónoma do campo literário, teve, nas últimas décadas, capacidade para produzir repertórios menos influenciados pela ação institucional do campo literário espanhol. Já no género narrativo, seria muito útil investigar até que ponto o desejo de proximidade com o campo do poder económico provoca uma maior permeabilidade aos repertórios exógenos.

[11] Em relação a este enfraquecimento da crítica académica galega, podemos observar como uma boa parte das publicações deste tipo, recolhidas por Arturo Casas (2008: 35), desapareceram nos anos subsequentes ao da publicação, entre elas *Agália*, *Anuario de Estudios Literarios Galegos*, *Cahiers Galiciens*, *Almanach Galicyjski*, *Galician Review*, *Anuario del Centro de Estudios Gallegos* ou *Galician Magazin*. Algumas outras diminuíram a sua periodicidade e, portanto, perderam capacidade dinamizadora. As novas incorporações, nos últimos quinze anos, são muito escassas, ainda que algumas significativas, como *Galicia 21. Journal of Contemporary Galician Studies* ou *Abriu. Estudos de textualidade do Brasil, Galicia e Portugal*.

Esta dinâmica, que nuns casos parece dar por bom qualquer tipo de legitimação externa e, noutros, até parece conceder primazia à obtenção de reconhecimento por parte da instituição com quem se comparte o mesmo espaço social, pode ser interpretada não só como mais um sintoma de dependência mas como um dos efeitos mais significativos da cultura da normalização.

No que diz respeito à internet, a sua aparição multiplicou, em aparência, os foros de debate sobre a literatura e sobre o livro galegos e, com frequência, provocou uma radicalização dos termos em que esses debates tinham lugar. Porém, seria preciso estudar em pormenor os efeitos derivados do próprio funcionamento do dispositivo, enquanto rede de espaços muito dispersos, submetidos à fugacidade, desenhados para a constituição de nichos específicos de mercados e de públicos, que são usados mais para a afirmação dos discursos próprios do que para o reconhecimento de outros e que, em definitivo, têm servido de maneira relativamente limitada para a constituição de um novo espaço público literário. Da ótica mais específica do campo editorial, o crescimento do mundo digital multiplicou as possibilidades de produção, comercialização e consumo dos produtos literários, embora se trate de um espaço em que, à partida, as culturas hegemónicas e as empresas de capital transnacional tendem a reforçar as suas posições de dominação.

De acordo com a caraterização da etiqueta *subestatal* anteriormente sugerida, um âmbito de estudo especialmente fértil para estudar a penetração da cultura da normalização seria o referente à projeção internacional em todo o período autonómico. Propomos tomar como ponto de partida que a literatura galega não constitui uma referência sólida e reconhecida num espaço literário internacional, ou transnacional, cada vez mais denso nas suas relações e habitus específicos. A projeção exterior — entendida agora como *exterior ao Estado* — de agentes e instituições depende, em boa medida, da ação internacional da instituição literária espanhola, de iniciativas pontuais e exíguas da Junta da Galiza e de outras instituições públicas e, numa dinâmica difícil de identificar e de sistematizar (e, também, portanto, de

ser reconhecida e de que produza reconhecimento), de relações individuais entre produtores/as galegos/as e de outros campos literários. Por outro lado, esta projeção internacional opera com relativa frequência num determinado nível de ambiguidade sobre as relações entre os referentes *literatura galega* e *literatura espanhola*, dada a promoção institucional da segunda como literatura plural, inclusiva e multilingue que, de certa maneira, integra a primeira. Trata-se de um tipo de ação descontínua no tempo, mas facilmente reconhecível em determinados períodos, como o dos primeiros anos da década de 2020, em que edições bilingues (às vezes co-edições), traduções e auto-traduções nem sempre declaradas, parecem assumir uma função de relativa importância que, contudo, deveria ser estudada com maior profundidade.

Se colocamos agora o foco nas relações entre campo literário, campo editorial e instituição educativa, constata-se que os conteúdos de literatura galega, e ainda mais especificamente a focagem historiográfica, foram perdendo protagonismo no curriculum educativo do ensino obrigatório, em benefício de dois novos horizontes: uma maior integração das aprendizagens linguística e literária, e uma abordagem do literário mais focada na aquisição das competências de literacidade ligadas à prática da leitura. Contudo, e ainda sem contar os manuais escolares, à partida, as relações entre campo editorial e instituição educativa continuam a ser intensas e vitais para a viabilidade de muitas das empresas do primeiro setor. Por isso, em boa medida, e para além da maior ou menor estabilidade do cânone estático, a constituição de um *cânone dinâmico* parece estar, na atualidade, muito estreitamente vinculado à existência de um *cânone escolar*. Sobre este cânone escolar, seria preciso estudar até que ponto pesam nele algumas das limitações que costumam ser mencionadas para a avaliação crítica de produtos editoriais que têm como um dos seus objetivos a aproximação de públicos alargados e diversificados: didatismo, conservadorismo nos repertórios estético-formais, importação mecânica de repertórios de êxito provado noutros campos literários ou redução e nivelação das experiências de consumo literário.

Dada a sua relação específica, ainda que não exclusiva, com o campo educativo, deve ser feita uma referência diferenciada ao subcampo da literatura infanto-juvenil. Trata-se, com certeza, de um dos setores mais dinâmicos, socialmente legitimados e reconhecidos, até internacionalmente, do campo editorial galego, e a ele poderiam ser aplicadas variadas propostas de análise que servissem para conhecer melhor a composição do subcampo e as suas funções socioculturais. Por um lado, a nossa hipótese é que a produção infanto-juvenil galega não chega a cumprir funções nacionais-representativas como as que podem ser atribuídas a produtores e produtos galegos que conseguem um determinado reconhecimento exterior; quer dizer, as exportações de literatura infanto-juvenil e a sua maior facilidade para interpenetrar mercados de escala internacional não resulta na aquisição de capitais simbólicos e de legitimidades que redundem em benefício de todo o campo literário ou não da mesma maneira em que o fazem os produtos e os produtores orientados para a leitura de público adulto. Para além disso, não temos dúvida de que o estudo sistemático deste subcampo do ponto de vista económico poderia ser extremamente significativo para um conhecimento mais preciso tanto dos horizontes de rentabilidade da indústria editorial galega como do complexo encaixe de um número relevante de editoras no contexto da mundialização económica e dos fluxos editoriais transnacionais.[12]

Finalmente, a comparação entre o funcionamento da literatura no período que González-Millán privilegiou na sua análise, e na atualidade, não deveria perder de vista que, de acordo com

[12] Um exemplo significativo seria a evolução da editora Kalandraka, explicada no seu site: «Tendo começado por publicar inicialmente em galego, assumindo o compromisso da normalização linguística deste idioma, a KALANDRAKA é um projeto plurilingue que atualmente edita em castelhano, galego, catalão, basco, português, italiano e inglês». No mesmo site institucional, informa-se de que, na atualidade, para além da sede central em Ponte-Vedra, tem delegações em Matosinhos (Portugal), Catalunha, Andaluzia, Levante, País Basco, Madrid e Florença (Itália). Além disso, distribui os seus livros através de uma extensa rede de empresas, tanto no âmbito ibérico como ibero-americano, e ainda em países como a China, os EUA ou Japão. A instabilidade das relações entre língua de edição (levando em conta que nem sempre se trata de produtos que usem uma determinada língua), campo editorial e campo económico é especialmente desafiante em termos de uma investigação como a que sugerimos.

o sugerido por vários autores (Even-Zohar, Torres Feijó, Monegal 2019), a literatura enfrenta um processo relativamente acusado de perda de relevância como discurso social. Os capitais simbólicos e as funcionalidades anteriormente atribuídas, alguns deles, em casos como o galego, derivados do seu eventual funcionamento como simples objeto de consumo (de acordo com a hipótese apontada por González-Millán), são agora divididos com outros tipos de práticas artísticas e culturais, nomeadamente com as musicais, as audiovisuais e outras ligadas à cultura de massas. Trata-se de práticas, à partida, melhor situadas para enfrentar os desafios derivados da digitalização da produção e do consumo culturais, bem como a tendência para a homogeneização dos gostos, relacionada com uma intensificação dos fluxos culturais e económicos de caráter transnacional. Apesar disso, seria preciso estudar as formas com que a produção de sentidos comuns nacionais (ou relativas a outro tipo de comunidades humanas), através da literatura, continua a ser perpetuada pelas instituições escolares e por outro tipo de aparelhos ideológicos do Estado ou dispositivos institucionais análogos. Mas também as formas atuais de resistir aos processos de hegemonização linguística, literária e cultural, levados a cabo por um conjunto heterogéneo de movimentos sociais críticos. Entre eles, e com referência já específica ao caso galego, tanto no campo literário como no campo editorial do século XXI, o estudo do feminismo não poderia ser contornado, como corrente antagonista que pode questionar radicalmente o habitus do campo (através da crítica dos diferentes tipos de cânone, do fixo ao escolar, e das instituições que os sustentam), até chegar a adotar posições anti-institucionais.[13]

[13] Veja-se, neste sentido, a ação da plataforma de crítica literária A Sega, nascida em fevereiro de 2013. Para além de um trabalho contínuo de revisão crítica, tem-se destacado pela convocatória anual do Dia das Galegas nas Letras, que comemora a trajetória de mulheres que se distinguiram pelos seus contributos nos âmbitos cultural e literário. No entanto, uma parte das suas estratégias também se centra na elaboração de campanhas para exigir à Real Academia Galega a dedicação do Dia das Letras Galegas a escritoras concretas.

Referências bibliográficas

Bourdieu, Pierre (1996 [1992]). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. por Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

Casas, Arturo (2004). «A teoría crítica da cultura e a planificación dos estudos socioculturais (Para ler González-Millán)». *Anuario de Estudos Literarios Galegos 2002*, 29-38.

Casas, Arturo (2008). «A crítica académica da literatura galega: perspectivas e propostas», in Eyré, Xosé Manuel; Nogueira, María Xesús; Rodríguez, Olivia, «A crítica literaria galega», monogr. *Escrita*, L, 29-42.

Even-Zohar, Itamar; Elias J. Torres Feijó; Antonio Monegal (2019). «The End of Literature; or, What Purpose Does It Continue to Serve?». *Poetics Today*, 40 (1), 7-31.

Figueroa, Antón (2001). *Nación, literatura, identidade*. Vigo: Xerais.

González-Millán, Xoán (1991). «A institucionalización do discurso literario galego (1975-1990)». *Tropelías*, 2, 49-69.

González-Millán, Xoán (1994). *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)*. Vigo: Xerais.

González-Millán, Xoán (1995). «Do nacionalismo literario á literatura nacional. Hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1994*, 67-81.

González-Millán, Xoán (1996). *A narrativa galega actual (1975-1984). Unha historia social*. Vigo: Xerais.

González-Millán, Xoán (1997a). «Publishing and Selling Galician Literature». *Galician Review*, 1, 83-97.

González-Millán, Xoán (1997b). «*La Vie littéraire au Québec. III: 1840-1869*». *A Trabe de Ouro*, 2, 93-98.

González-Millán, Xoán (1998). «A reconfiguración do espacio literario galego actual: transformacións e desafíos». Vieites, Manuel F. (ed.). *Do Novo Teatro á Nova Dramaturxia (1965-1995)*. Vigo: Xerais, 15-32.

González-Millán, Xoán (1999a). «A teoría dos campos sociais en P. Bourdieu». Álvarez, Rosario; Vilavedra, Dolores (eds.). *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe a Xesús Alonso Montero*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1213-25.

González-Millán, Xoán (1999b). «Notas para unha avaliación da teoría da cultura no modelo sociolóxico de Pierre Bourdieu». *Grial*, 141, 111-32.

González-Millán, Xoán (2000). *Resistencia cultural e diferencia histórica. A experiencia da subalternidade*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

González-Millán, Xoán (2001). «Producción, clasificación e comercialización da literatura. Os catálogos de Edicións Xerais de Galicia (1980-1995)». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 2000*, 11-41.

González-Millán, Xoán (2002). «Nacionalismo literario y teoría del campo literario: la experiencia gallega de las últimas décadas». Bermúdez, Silvia; Cortijo Ocaña, Antonio; McGovern, Timothy (eds.). *From Stateless Nations to Postnational Spain / De naciones sin estado a la España postnacional*. Boulder: Society of Spanish and Spanish-American Studies, 223-36.

Lourido, Isaac (2014). *História literária e conflito cultural. Bases para umha história sistémica da literatura na Galiza*. Santiago de Compostela: Laiovento.

Melançon, Benoit (1986). «Théorie institutionnelle et littérature québécoise». Lemire, Maurice (dir.). *L'Institution littéraire*. Quebeque: Institut Québécoise de Recherche sur la Culture e Centre de Recherche en Littérature Québécoise, 27-42.

Pesado Rodríguez, Pablo (2022). *Realismo máxico, conflito nacional e metaficción historiográfica de referencia galega (1972-1987): modelos discursivo-ideolóxicos na narrativa de G. Torrente Ballester, V. F. Freixanes e X. L. Méndez Ferrín*. Tese de doutorado. Universidade de Santiago de Compostela.

Rodríguez Fernández, Maria Jesus (1999). Luzes de Galiza *no sistema literário galego (1985-1995)*. Tese de licenciatura. Universidade de Santiago de Compostela.

Samartim, Roberto (2003). «O Día das Letras no sistema literário galego. O caminho para o reconhecimento da autoridade da academia». *Forum,* 33, 59-69.

A última lição do mestre
História de um curso sobre teoria cultural

María do Cebreiro Rábade Villar
Universidade de Santiago de Compostela

Como se escreve a investigação literária? De acordo com que estilo, vibrando com que alento? Se, como lembrou Ricardo Piglia (2015), num romancista o tom equivale à sua respiração gráfica, talvez a escrita académica também não deva ser despojada dessa qualidade de ar. E se concordamos que a investigação deve aspirar a ser objetiva, mas não neutra (Bourdieu 2003), no espírito destas linhas gostaria de fazer ressoar uma intensidade afetiva, fruto da gratidão e, sobretudo, da memória. Memória que, como Sigmund Freud nos ensinou (2006 [1915]), e depois também Jacques Derrida (1997, 2021) — devedor tanto da psicanálise freudiana quanto da teoria sobre os segredos transgeracionais da dupla Abraham-Torock (2005) —, exige sempre um trabalho delicado e custoso.

Olhando para trás, algumas imagens vêm à mente. Em busca de voos para a minha primeira estadia em Nova Iorque, fui surpreendida pela queda drástica dos preços naquele dia que era, sem eu perceber, um fim de ano. Só sentada no avião da companhia American Airlines, após uma corrida vertiginosa pelo aeroporto de Londres, percebi o estranhamento — остранение — que nos cercava. Mesmo na classe económica, as hospedeiras de bordo ofereciam cava, comemorando a natureza aparentemente não supersticiosa daquele grupo de passageiros tão exíguo, onde contei apenas mais sete pessoas. Duas delas, ao chegarem, sugeriram repartirmos o gasto do táxi. Quando estávamos em marcha, não davam crédito à imagem do *skyline* sem as torres. O espanto da moça era discreto, mas aquele descendente da fome irlandesa repetia sem parar «Oh my God!», como nos filmes. Quanto a mim, só poderia fazer comparações imaginárias, embora certamente bastante aproximadas, com o que se perdera para sempre na linha do horizonte. É um cliché, mas, como

tantas vezes, também é verdade: Nova Iorque é uma das poucas cidades que costumamos conhecer primeiro de longe.

A segunda imagem é de outro voo. Volto a casa depois de dar um curso no centro de investigações onde, mais de dez anos antes, cursara aquela primeira estadia. À longa aterragem sobrevivem duas estrofes que, um ano depois, seriam publicadas no livro *Os inocentes* (2014): «Invento o libro para que a lingua de area / que vimos desde o aire / non se faga máis grande ao tomar terra. // Invento o libro para que a lingua / de carne non avance / e para que non tome o lugar do terror». Cada vez fica mais longe a jovem poeta que González-Millán, o meu tutor no Graduate Center, convidara para oferecer um recital à sua turma. Uma leitura que, graças à hospitalidade de um aluno — o também jovem Danny Barreto, brilhante galicianista porto-riquenho —, continuou num café, transformada em conversa. Aqueles eram dias em que o mestre, com a sua proverbial cortesia, vinha buscar-me de manhã à estação perto dos armazéns Macy's. Na primeira vez, quis acompanhar-me à Public Library para me fazer procurar, como num jogo de pistas, o título de um livro que os meus pais escreveram a duas mãos. Também um livro próprio, na altura o único. Duas décadas depois, o trabalho da memória permite-me saber que o mestre estava a fazer uma demonstração. Se até os nossos livros, escritos numa língua sem exército, chegaram lá, aquela biblioteca continha todos os livros do mundo. Mas o seu gesto não fora apenas um sinal de inteligência, mas também de afeto. «Nesta cidade, é possível aninhar».

Não foi assim. Nova Iorque superava-me. Perto da Ulm Street de Newark, que atravessava todos os dias a caminho da estação, havia uma agência de viagens; o meu primeiro pensamento, sempre que a via, era comprar um voo de volta. Porém, quando chegava à Central Station, olhava para a formosa abóbada estrelada e lembrava as razões que me levaram até lá. De forma um tanto casual, e apesar de todos os meus esforços para esconder a ansiedade daqueles primeiros dias, González-Millán sabia que não me sentia em casa e não havia um dia em que

não insistisse em me convidar para um Snapple, para depois pedir-me, como se fossem tesouros, as tampinhas com mensagens das garrafas, que ele colecionava. Também costumava presentear-me com pequenas curiosidades sobre a sua vida familiar: as suas filhas gostavam dos musicais, a sua esposa tinha um prazer especial em não usar maquiagem nos fins de semana. Ele adotara perante mim — sem dúvida porque eu já lhe tinha pedido isso inconscientemente antes — um rol paternal, e queria que eu conhecesse, pelo menos através das palavras, os seus parentes.

Especialmente reveladores foram dois pequenos relatos, não relacionados com o seu romance familiar, que necessitou partilhar comigo na sede do Graduate Center, que fica perto da avenida Lexington. Contemplando a fria beleza daquele prédio envidraçado, lembrou-se de que, havia alguns meses, uma professora se atirara de uma das janelas. Num tom não menos sério, no qual me pareceu intuir uma crítica à política de segurança pública de Rudolph Giuliani, ao sair do prédio disse-me que fora ali, em pleno Upper East Side, onde o assaltaram pela primeira e única vez.

***

Na época em que o conheci, González-Millán estava a escrever um livro sobre antologias. Para chegar até lá, duas pistas me bastaram: apenas dois artigos que mostraram com muita clareza a singularidade do seu pensamento em torno do tema da minha tese. Apesar do título, tão contido como o seu autor, o primeiro trabalho era muito mais do que uma recensão da coletânea de César Morán *Río de son e vento* (González-Millán 2000a). O segundo, publicado em livro coletivo em homenagem a Basilio Losada (González-Millán 2000b), limitava-se aparentemente a anotar um projeto antológico dos anos dez. Porém, na realidade, era o primeiro contributo substancial, dentro do campo dos estudos galegos, para uma história cultural dos dispositivos de seleção: antologias, coleções editoriais ou dicionários.

As duas obras mencionadas deixam ver um processo que depois tive a oportunidade de ver ao vivo: González-Millán foi um pensador tocado pela rara virtude da humildade; consequentemente, o seu talento para a teoria sempre se baseou na observação cuidadosa de certos textos que, sob o seu olhar paciente, mostravam aquilo que ninguém tinha conseguido vislumbrar antes. Não é por acaso que, na maioria dos seus artigos, a palavra «notas» se repete, e é um facto que a técnica da *adnotatio* era um dos mecanismos da sua fábrica de teorizar. Talvez esse tenha sido o legado da sua formação filológica, mas também uma questão de caráter: nunca vi um sistema de classificação manual de documentos mais primoroso. Nem mais generosidade no acesso a ele. O que a González-Millán lhe levara anos para reunir e organizar estava completamente à minha disposição no momento em que abriu o armário classificador e me fez sentir que não existia chave para a minha curiosidade.

Mas havia algo mais, uma qualidade quase misteriosa naquele homem que parecia ter poucos mistérios, exceto quando citava com um sorriso um título feliz — foi a primeira pessoa a quem ouvi falar de «imaginação histórica» —, ou quando, alheio à ordem alfabética, o seu arquivo exibia algum tesouro. Penso, por exemplo, no magistral «The Art of Hunter», limiar de Paul Auster a uma sua antologia de poesia francesa, incluída num livro do mesmo nome de 1993. Impressionou-me (e cito de memória) uma passagem em que o romancista enumerava todos os escritores em língua inglesa que puseram à prova o seu estilo traduzindo do francês: Pound, Williams, Eliot, Stevens ou Beckett, entre eles. A poesia em língua inglesa, continuava Auster, era difícil de imaginar sem a comoção que, para aqueles poetas, o contato com outra língua implicava. Assim, ao antologiar aqueles poemas franceses, reinventados pelos poetas dos Estados Unidos e do Reino Unido, o autor tinha a consciência de estar escrevendo um capítulo da sua própria tradição literária. Não me lembro se o parágrafo estava entre os fragmentos sublinhados por González-Millán — ele não era homem de sublinhar muito — mas gostaria de acreditar que o acovilhou em

algum canto da sua gentil inteligência. A meu ver, a luminosa consideração de Auster sobre os limites, um tanto difusos, que separam o próprio do alheio, ficou como um lembrete poético da frase que, como citação de Lambert, tanto ouvi repetir em cursos de doutorado: «Todas as culturas são multilíngues».

Graças aos mestres que mais admirávamos (Torres Feijó, Casas, Figueroa, Cabo), a teoria dos polissistemas tinha entrado com força na Faculdade de Filologia de Santiago e desenhava-se, a grande velocidade, como um quadro metodológico muito sugestivo, pela sua qualidade aparentemente disruptiva em relação ao formalismo que ainda prevalecia em gerações anteriores. Mas agora posso ver que a adesão dos doutorandos às teorias empírico-sistémicas — para formulá-lo na oportuna síntese de Arturo Casas — teve também um caráter aspiracional em certo sentido, que, por outro lado, poderia ser explicado pelas próprias hipóteses desse quadro. Não por acaso, num trabalho seminal, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1979) estudaram a maneira pela qual os *corpora* de conhecimento vigentes num ambiente académico, ou que de alguma forma são prestigiados por ele, tornam-se quase automaticamente marcadores da posição relativa daqueles que aspiram a localizar-se naquele meio. Foi isso que o próprio Bourdieu demonstrou, tornando-se objeto reflexivo de investigação, na sua não-biografia *Esquisse pour une auto-analyse* (2004), onde empreende uma análise tão crua quanto precisa das implicações do acesso a uma cátedra no Collège de France. (Chegou González-Millán a ser catedrático? Curiosamente, ainda hoje não o sei).

O facto é que nas duas obras mencionadas de González-Millán pareceu-me detetar um princípio de resistência, subtil, mas ao mesmo tempo muito radiante, em relação ao quadro polissistémico. Sendo o problema da avaliação literária o motor que dera início à minha tese, pareceu-me muito eloquente que essa cautelosa resistência tivesse, de facto, uma raiz axiológica. Quais eram, González-Millán parecia perguntar, os valores implícitos de uma teoria que fez do cientificismo um dos seus principais campos de batalha? Como avaliar um quadro teórico-

-metodológico que se supõe alheio à avaliação? E como pensar, fora dos valores, a dialética entre centro e periferia, verdadeira pedra de toque da hipótese polissistémica?

O próprio González-Millán formulou essas perguntas à sua maneira, no seu manual *Resistencia cultural e diferencia histórica. A experiencia da subalternidade* (2000c), livro que contraria brilhantemente a máxima *compendia sunt dispendia* e que foi um verdadeiro salto qualitativo em relação à «Etnopoética para unha literatura periférica», incluída no seu *Silencio, parodia e subversión* (1991). Consumou-se assim o salto da antropologia para a sociologia, não só em relação à sua própria obra, mas no que diz respeito ao campo dos estudos literários galegos. (Aponto, num inciso, que, graças à professora Dolores Vilavedra, no ano letivo 1994/1995, os alunos da disciplina opcional de Literatura Galega da Faculdade de Filologia puderam ler e comentar vagarosamente este último texto nas aulas).

Por isso me surpreendeu que, quando comecei a lecionar a disciplina de Teorias Literárias Contemporâneas, e convertido Xoán González-Millán, cria eu, num investigador de culto — consideração acrescentada pela injustiça de uma morte tão precoce em alguém que poderia continuar pensando brilhantemente por várias décadas — nenhum dos alunos do Grau em Filologia Galega tivesse ouvido falar do seu pensamento nas aulas. Isso é algo que, com certeza, deveria ser mudado. Quando tentei explicar àqueles estudantes o motivo pelo qual devíamos continuar lendo González-Millán, voltei ao sentido que os seus primeiros textos tiveram para mim. Termos como «periferia» ou «subversão» abriram um horizonte de pesquisa no qual me pareceu urgente participar. Para além das palavras, o interesse do mestre pela subalternidade era algo que se podia ouvir até na leitura — os bons textos sempre têm voz — e algo que, como doutoranda, queria continuar a aprender em voz alta e ao seu lado. Era a busca da palavra viva e atuante, o que antigamente se chamou dialética.

Também, talvez, atuava em mim o ímpeto da juventude, tendente a aguçar aquele instinto combativo com o qual nem

sempre tive sorte, e que, mais de uma vez, Fernando Cabo, o meu diretor de tese, batizou como «espírito pugilístico». Ele não foi o único. Quando, após o ato da defesa, o professor Arturo Casas concluiu que eu «não fizera uma tese, mas uma antítese» voltei a tropeçar nesse limite, que era também, secretamente confiava, uma condição de possibilidade. Mas nada disso me ajudou, quando, pouco depois de nos conhecermos, em tom inquisitivo e um tanto malicioso — incomum para uma pessoa tão cordial — o professor nova-iorquino comentou: «Ainda não entendi porque gostais tanto de Lotman».

O problema dos mestres, especialmente se os tratamos pouco, é que eles nos obrigam a ler retrospetivamente até mesmo as suas frases mais banais. No entanto, tenho a certeza de que a referência de González-Millán era profunda. Esse desdém pelos três volumes de *Semiosfera,* traduzidos para o espanhol por Desiderio Navarro, e que competiam com a *Historia de seis ideas* de Wladislaw Tatarkiewicz pela consideração de *bíblia* geracional, escondia uma crítica substancial ao neoformalismo que, revestido de cientificismo social, inundava os salões do final dos anos noventa. E a sua também era uma forma, agora o entendo, de compartilhar com uma jovem investigadora aquilo que talvez não pudesse compartilhar com os seu pares.

No entanto, entre todas aquelas confidências, a acima referida continuou a ressoar no tempo. González-Millán estava terminando na altura um livro sobre antologias. Numa pessoa tão alheia à presunção como ele era, essa confidência era algo que não podia ser passado por alto. Sempre lamentei que aquele livro não tivesse sido publicado e sempre me perguntei se eu poderia ter feito algo mais. Compreendi, por meio de outras pessoas, que os familiares do professor sentiam uma razoável resistência em vasculhar os seus arquivos (eu, que ainda tenho a sorte de os poder desfrutar ao vivo, sempre me opôs a ler os livros dos meus pais), mas o caráter de legado daquela revelação feita por González-Millán segue a ressoar em mim. A sensação não diminuiu quando, em grande parte graças à diligência do seu discípulo natural, Álex Alonso Nogueira, pude continuar

ouvindo a voz do mestre, reconstruída mas fiel, em artigos como «Menéndez Pelayo y su proyecto historiográfico de una 'nacionalidad literaria' española plurilingüe» (González-Millán 2006). Não por acaso, essa tornar-se-ia uma das leituras centrais do curso «Política e literatura. As antoloxías poéticas na constitución de campos literarios emerxentes», assinado com o número SPAN 87500, que tive a sorte de lecionar no ano de 2013, no âmbito do programa de estudos hispano-luso-brasileiros da City University of New York (CUNY).

Mais de dez anos passaram desde a sua morte e a vida permitiu-me enfrentar mais uma vez aquele sentimento de dívida infinita (nenhum presente verdadeiro é devolvido). O professor José del Valle, responsável pela Cátedra de Estudos Galegos que Xoán fundara, apresentou-me uma oportunidade que era, na verdade, uma honra. Sobretudo porque implicava a possibilidade de continuar a conversar com González-Millán sobre os interesses que outrora nos uniram e num contexto que, surpreendentemente, me colocava na posição de mestra. Ao mesmo tempo, aquele já não era o centro em que reinava o casal Lerner-Schwartz, duas testemunhas da brilhante era do Século de Ouro espanhol de quem González-Millán sempre falava com carinho e simpatia. Corriam agora, pelos corredores, ares metodologicamente mais inclinados às orientações que o investigador galego tinha introduzido. O empurrão que, da mão de José del Valle, levaria até o presente o enfoque glotopolítico dá conta do que estou a tentar dizer aqui.

O acaso é o nome que o nosso tempo decidiu dar ao destino. González-Millán morreu quando um petroleiro começava a verter combustível nas costas galegas, facto histórico que, juntamente com os protestos contra a LOU e a guerra no Iraque, articula um ciclo de lutas que é também a memória política de uma geração. Por Nancy Pérez Rey, companheira de aventuras daquela primeira estadia em Nova Iorque, soube que até ao dia da sua morte, o nosso mestre pedia-lhe por e-mail informações sobre o que mais tarde chamaríamos «a crise do Prestige», da qual também agora se cumprem vinte anos. O curso que deci-

di associar ao seu nome foi dado também num contexto único do ponto de vista histórico e político. O Estado Espanhol mal tentava gerir a plena eclosão do processo independentista que se manifestara na Diada catalã de setembro de 2012, enquanto uma pequena comitiva de membros do grupo de investigação Rosalía de Castro da Universidade de Santiago de Compostela (Margarita García Candeira e María López Sández, entre eles) apresentámos os nossos primeiros trabalhos no congresso da Asociación Internacional de Estudos Galegos (AIEG) em Cardiff. Mais uma vez, González-Millán surgia venturosamente no nosso caminho; havia poucos meses que descobríramos que um dos seus primeiros trabalhos fora um artigo dedicado ao romance rosaliano *El primer loco* (González-Millán 1986). O autor ocuparia assim um lugar de honra na primeira bibliografia sistemática dedicada especificamente ao estudo da obra narrativa de Rosalía, elaborada pelo grupo e que, com o sesquicentenário dos *Cantares gallegos*, estaria acessível ao público no site do Consello da Cultura.

Por estas e outras razões, aquele longínquo ano de 2013 parecia um momento particularmente propício para analisar alguns aspetos relacionados com o processo de constituição dos campos galego e catalão no século XIX de uma perspetiva teórico-comparada. Esse foi o principal objetivo do curso «Política e literatura. As antoloxías poéticas na constitución de campos literarios emerxentes», no qual também procurei dar continuidade teórica e metodológica à tese que eu defendera em 2004. Passo agora pelas minhas notas e detenho-me numa passagem que me parece condensar muito bem tudo o que aprendi no diálogo com González-Millán, naquele inesquecível verão de 2002:

> Na realidade, a configuração geopolítica da Europa sempre foi um campo de tensões entre a periferia e o centro, tensões que (ao dar origem a movimentos de resistência muitas vezes baseados no uso de línguas minoritárias) tiveram repercussões políticas e culturais de grande magnitude. O quadro peninsular é um espaço privilegiado para o estudo comparativo destas tensões identitárias, também para a constatação de que, quando falamos de identidade, a questão chave

não é «de onde es?» mas «entre que lugares te situas?». Penso que esta é a única forma de transcender o essencialismo cultural e a sua lógica mimética: procurar formas de estar no mundo e de pensar esse lugar que fujam à lógica dominante de representação e à simulação de uma «distribuição equitativa» nos jogos de poder.

O objetivo principal do curso é, portanto, examinar criticamente dois problemas: 1) o âmbito da comparação e 2) a razão do comparatismo. O estudo comparativo dos vínculos entre França e Alemanha (Estados centrais na configuração da moderna Europa continental) não tem as mesmas implicações (ou o mesmo grau de desenvolvimento institucional) que o efetuado entre Espanha e Rússia (periferias geoculturais europeias) ou Catalunha e Galiza (formações culturais sem Estado). Por isso é importante nos perguntarmos como os espaços de comparação são construídos institucionalmente e como (ou se) podemos desafiar intelectualmente essa lógica. Acho que uma das chaves para isso é ter em mente dois riscos que sempre atrapalham a prática da comparação: a) a universalização homologadora e b) o diferencialismo particularizante. Sabemos que nenhum elemento identificador é exclusivo de uma única cultura e que nem todos os elementos identificadores são traduzíveis ou homologáveis, mas como projetar essas premissas na prática da literatura comparada?

Esta última pergunta tornou-se especialmente relevante quando feita diante de um auditório formado por alunos de origem muito diferente da minha. Nenhuma outra aula me fez sentir com tanta clareza o ponto de ser filha, neta e bisneta de galegos como um acontecimento excecional. Todos e cada um daqueles moços e moças eram, da primeira rama da sua árvore até à mais distante da que conheceram, resultado de migrações, de acidentes, de cruzamentos. Houve um tempo em que a diversidade cultural de Nova Iorque era de alguma forma romantizada, moda que atravessou a literatura do início do milénio e está presente nos trabalhos do investigador David Miranda Barros (hoje parcialmente acessíveis no site *Galician New Iorque: A Cultural History*, https://newyork.gal). Porém, nas suas intervenções, os estudantes do curso davam corpo e voz a uma experiência dura, feita de cortes e de anseios. O que os atraía fortemente era a possibilidade de alguém se sentir em casa no seu lugar de origem.

A possibilidade mesma de ser (pelo menos aparentemente) de um só lugar.

A última lição do mestre chegou, então, anos após a sua morte. Vi-o novamente despedindo-se de mim na plataforma, com o seu sorriso gentil, vi a sua maneira de abrir as portas quando eu passava — muito mais do que um sinal de cortesia. E pensei, pela primeira vez, na subtileza com que em vida conseguiu resolver a inevitável tensão entre a sua crítica aos dispositivos institucionais da cultura galega e a sua participação nalguns dos mais emblemáticos. Uma sorte que foi sem dúvida ajudada pela possibilidade de pensar a Galiza a partir da América, mas também pelo seu carácter, ao mesmo tempo, cauteloso e disposto. Vi, enfim, a sua vontade de continuar a honrar, tão longe do lugar onde nasceu, a sua terra e as suas gentes.

Ao tecer estas linhas, que se vão acabando, escolhi o lema daquele triste desenho de Castelao, autor não pouco submetido ao abuso retórico com as melhores e piores intenções. Posso reconhecer os riscos dessa operação relacional: entre um acidente de carro no gelo (como aquele que, apenas um ano antes, também sofrera o ensaísta e narrador W.G. Sebald) e o fuzilamento numa gávia nas mãos dos fascistas medeia, no mínimo, um abismo político. No entanto, nessa ligação podia registrar-se também algo do que Slavoj Žižek (2006) chamou *paralaxe:* uma figura histórica não de causalidade, de intensidade ou de homologia, mas de caráter indicial em relação ao contexto que a torna possível. A paralaxe que tenta ligar a morte pelo gelo, os derrames de petróleo e o sangue à beira de um caminho procura fazer justiça através da história, colocando perante o tribunal da nossa inteligência coletiva uma constelação que nos permite ler as catástrofes naturais sem as dissociar do destino dos professores republicanos nem da emigração académica. Essa casta de diáspora galega era quase uma exceção quando González-Millán iniciou a sua aventura americana, mas fez-se particularmente sensível nas décadas seguintes, tornando-se até objeto de estudo (Alonso 2017). Também, perante esse destino, o mestre foi precursor.

Há alguns anos virou moda um jogo supostamente terapêutico, que consistia em enviar uma carta para o nosso futuro eu. Nascido da retórica neoliberal do crescimento pessoal, o objetivo daquela prática epistolar, literalmente futurista, parecia ser o de provar a nós mesmos até onde poderíamos chegar. No entanto, talvez o que seja realmente terapêutico seja aceitar a finitude olhando, como faz o próprio tempo, tanto para a frente quanto para trás. Uma forma de tentar é escrever uma carta para qualquer uma das pessoas que amamos e que já não estão cá, com o propósito de contar o que aconteceu connosco desde que nos deixaram. Xabier Cordal fez isso com Manuel Antonio, *seu capitão*: «Ah, si, aquela noiva / de Ferrol que dicías que tiñas embarcou: / fixo ben. Veña, déixote logo, meu amigo / tesme dito que prefires as cartas / en branco, que as outras non chegan / nunca. (...) pero son feliz, naceunos un neno / compramos casa cerca de Lugo / non sei, a calma dos días parece / que me obriga a poñer algo tremendo / para rematar, unha declaración / de fe».

Com menos sorte, anos depois, tentei dar continuidade ao género num poema dirigido a Sabela Labraña, a linguista que amava a poesia e que gostava de compor, na sua biblioteca (que hoje é de todos), relações entre os textos. E, com a sinceridade obrigatória devida aos nossos aliados, quis fazê-lo aqui, também publicamente, com o mestre a quem este livro homenageia:

Santiago de Compostela, 15 de setembro de 2022

Caro Xan,

Finalmente comecei a entender algo do que te devo. Chegaste a sentir, no pouco tempo em que nos tratámos, como me senti grata pela tua acolhida?

Muitas coisas aconteceram desde que nos deixaste. Nem mesmo tu, que eras tão sábio, poderias sequer imaginar algumas. No entanto, neste momento, a coisa mais importante que tenho para dizer-te é que me tornei mãe. Até dois anos atrás, o pai da minha filha morava a poucos quilómetros de onde tu moravas. Quando o fui visitar a Amé-

rica, passei pelo teu bairro e percebi que, à sua maneira, tu também tinhas sido um emigrante.

O amor pelo pai da menina foi, durante anos, um amor de longe. Mas entendi que sempre quis estar perto dele quando, num dos seus livros, deparei com este fragmento: «Involuntariamente, fiz parte de uma geração de investigadores que, apesar das suas contribuições em cada campo, longe de serem usados no mundo de onde vêm, foram afastados dele com violência. Como galego, conheço a antiguidade desses itinerários, e é por isso que o declaro com mais perplexidade do que tristeza, mais também com um espírito cívico: desde 2008, participei em muitos processos avaliadores em Espanha e nos Estados Unidos e conheço as dimensões da diáspora. Às vezes pareceria que a função das universidades, no estado espanhol, consistisse em domar ou desperdiçar jovens talentos. Não digo isso apenas como humanista, porque os nossos saberes sempre parecem estar sujeitos à dúvida. A fuga de talentos afeta por igual a técnicos, cientistas e trabalhadores precários. E não é sobre o que essas pessoas podem, ou nós podemos, merecer, mas sobre um futuro que parte com elas pelos caminhos desconhecidos de uma globalização neoliberal, com os seus múltiplos centros e múltiplas periferias, e em relação à vida que poderia ser desejada para um recanto ibérico do mundo».

Eu quero dizer-te uma última coisa. Há cinco anos, quando começámos a sonhar em ser pais — temos que sonhar com os nossos filhos antes de nascerem para poder dar-lhes um lugar nas nossas vidas — vimos um grafite que, fazendo eco a Bernardino Graña, dizia: «Medre o mar». Acho que foi aí que decidimos não ter medo.

Como quem quiser estreitar o tempo
envio este abraço,

María

Referências bibliográficas

Abram, Nicolas; Torock, Maria (2005). *La corteza y el* núcleo. Buenos Aires: Amorrortu.

Alonso, María (2017). *Transmigrantes: fillas da precariedade.* Rianjo: Axóuxere.

Auster, Paul (1993). *The Art of Hunger. Essays, Prefaces, Interviews*. Oxford: Penguin.

Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude (1979). *La reproducción. Elementos para una teoría del sistema de enseñanza*. Barcelona: Laia.

Bourdieu, Pierre (2003). *El oficio de científico. Ciencia de la ciencia y reflexividad.* Barcelona: Anagrama.

Derrida, Jacques (1997). *Mal de archivo. Una impresión freudiana*. Madrid: Trotta.

Derrida, Jacques (2021). *Fueros. La melancolía de Abraham*. Buenos Aires: Katz.

Freud, Sigmund (2006 [1915]). «Duelo y melancolía». Freud, Sigmund, *Obras completas.* Madrid: RBA, 2091-100.

González-Millán, Xoán (1986). «Proceso textual y fantasía en 'El primer loco'». *Actas do Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu tempo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega e Universidade de Santiago de Compostela, t. I, 517-22.

González-Millán, Xoán (1991). *Silencio, parodia e subversión. Cinco ensaios sobre narrativa galega contemporánea*. Vigo: Xerais.

González-Millán, Xoán (2000a). «¿Unha antoloxía de antoloxías ou unha macroantoloxía nacional? Notas para unha análise cuantitativa de *Río de son e vento*, unha antoloxía da poesía galega». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1999*, 135-47.

González-Millán, Xoán (2000b). «Un proxecto antolóxico en *A Nosa Terra* (1907-1908)». Riquer, Isabel de; Losada, Elena; González, Helena (eds.), *Profesor Basilio Losada: ensinar a pensar con liberdade e risco*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2000, 434-41.

González-Millán, Xoán (2000c). *Resistencia cultural e diferencia histórica. A experiencia da subalternidade.* Santiago: Sotelo Blanco.

González-Millán, Xoán (2006). «Menéndez Pelayo y su proyecto historiográfico de una «nacionalidad literaria» española plurilingüe». *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, LXXXII, 393-428.

Lotman, Iuri (1998). *La semiosfera*. València: Universitat de València.

Piglia, Ricardo (2015). «Conversación en Princeton». Díaz Quiñones, Arcadio; Firbas, Paul (eds.), *La forma inicial. Conversaciones en Princeton*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 189-248.

Tatarkiewick, Wladyslaw (2002). *Historia de seis ideas*. Madrid: Tecnos.
Žižek, Slavoj (2006). *Visión de paralaje*. México: Fondo de Cultura Económica.

Bibliografia de Xoán González-Millán

Livros

Proceso textual y desintegración narrativa en la novelística de Álvaro Cunqueiro. Nova Iorque: City University of New York, 1987. Tese de doutoramento orientada pelo Prof. Thomas Mermall.

Álvaro Cunqueiro. Os artificios da fabulación. Vigo: Galaxia, 1991.

Álvaro Cunqueiro e Merlín e familia. Vigo: Galaxia, 1991.

Silencio, parodia e subversión. Cinco ensaios sobre narrativa galega contemporánea. Vigo: Xerais, 1991.

Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990). Vigo: Xerais, 1994.

Fantasía e desintegración na narrativa de Álvaro Cunqueiro. Santiago de Compostela: Fundación Alfredo Brañas, 1996.

A narrativa galega actual (1975-1984). Unha historia social. Vigo: Xerais, 1996.

Communication littéraire et culture en Galice. Paris: L'Harmattan, 1997. Autoria conjunta com Antón Figueroa.

Resistencia cultural e diferencia histórica. A experiencia da subalternidade. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 2000.

O Diccionario Enciclopédico *de Eladio Rodríguez. A canonización lexicográfica da literatura galega*. Vigo: Xerais, 2001.

Artigos e capítulos de livros

«O problema nacionalista: novas realidades e novos conceptos». *Encrucillada*, 8, 1978, 60-76.

«Marxismo e nacionalismo: as dificultades dun diálogo». *Encrucillada*, 13, 1979, 72-6.

«Inventario dunha Europa descoñecida» [resenha de Riccardo Petrella, *La Renaissance des cultures régionales en Europe* (1978)]. *Encrucillada*, 25, 1981, 50-4.

«Proceso textual y fantasía en 'El primer loco'». *Actas do Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu tempo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega e Universidade de Santiago de Compostela, 1986, t. I, 517-22.

«Fantasía y parodia: la subversión del texto narrativo en *Las crónicas del sochantre*». *Monographic Review / Revista Monográfica*, III (1/2), 1987, 81-99.

«Notas para una lectura marginal de *En torno al casticismo* y *Luces de Bohemia*». *Lexis. Revista de lingüística y literatura*, 13 (1), 1989, 117-33.

«*Paul et Virginie* / 'Pablo y Virginia': la manipulación paródica de la intertextualidad en *Merlín y familia*». *Bulletin Hispanique*, 91 (2), 1989, 447-66.

«James Joyce e a Xeración Nós». *Grial*, 101, 1989, 29-46.

«Rosalía e a tradición poética da muller abandonada» [resenha de Lawrence Lipking, *Abandoned Women and Poetic Tradition* (1988)]. *Grial*, 104, 1989, 574-7.

«Bilingüismo catalán: prestixio, poder e marxinalidade» [resenha de Kathryn A. Woolard, *Double Talk: Bilingualism and the Politics of Ethnicity in Catalonia* (1989)]. *Grial*, 105, 1990, 133-5.

«*Cantares gallegos:* o rexurdimento dun sistema literario menor». March, Kathleen N. (ed.), *Homenaje a R. Martínez López.* Sada: Ediciós do Castro, 1990, 23-31.

«La odisea de traducir el *Ulysses* de Joyce al gallego». *La Torre*, 16, 1990, 489-509.

«Álvaro Cunqueiro y la subversión del discurso narrativo». *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos*, XIV (2), 1990, 362-9.

«Álvaro Cunqueiro y Cervantes: juegos de erudición». *Anales Cervantinos*, 28, 1990, 125-42.

«Álvaro Cunqueiro e Cervantes: xogos de erudición». *Grial*, 110, 1991, 173-88.

«A narrativa de Cunqueiro, un mundo de ficción». Fernández del Riego, Francisco *et al.* (eds.), Álvaro Cunqueiro 1911-1981: unha fotobiografía. Vigo: Xerais, 1991, 240-56.

«Unha etnopoética para unha literatura periférica». Carreño, Antonio (ed.), *Actas do Segundo Congreso de Estudios Galegos = Proceedings of the Second Galician Congress. Homenaxe a José Amor y Vázquez (Brown University, novembro 10-12, 1988)*. Vigo: Galaxia, 1991, 339-47.

«Álvaro Cunqueiro, traductor de mil poetas». *Ínsula*, 535, 1991, 10.

«Cronologías y temporalidad en la narrativa de Álvaro Cunqueiro». *Ínsula*, 536, 1991, 13-15.

«Unha lectura de Bajtin» [resenha de Michael. Holquist, *Dialogism: Bakhtin and His World* (1990)]. *Grial*, 111, 1991, 482-4.

«Os siléncios da história literária galega e a tese de C. Rodríguez-Fer». *A Nosa Terra*, 470, 21 de março de 1991, 18.

«Nación e narración» [resenha de Homi K. Bhabha (ed.), *Nation and Narration* (1990)]. *Grial*, 110, 1991, 312-4.

«A institucionalización do discurso literario galego (1975-1990)». *Tropelías. Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, 2, 1991, 49-69.

«A configuración historiográfica dunha literatura marxinal». *Actas do I Congreso Internacional da Cultura Galega*. Santiago de Compostela: Dirección Xeral de Cultura da Xunta de Galicia, 1992, 445-52.

«*Galván en Saor*: un exercicio de esquizofrenia narrativa». *Grial*, 115, 1992, 386-402.

«A. Easthope: *Literary into Cultural Studies*. Routledge, Londres, 1991». *A Trabe de Ouro*, 11, 1992, 105-9.

«Valle-Inclán y la revista *Nós*». *Revista Hispánica Moderna*, 45 (1), 1992, 35-44.

«Crítica textual» [resenha de Jerome J. McGann, *The Textual Condition* (1991)]. *Grial*, 118, 1993, 282-4.

«A poética do discurso narrativo na novelística de Álvaro Cunqueiro». *Congreso Álvaro Cunqueiro*. Santiago de Compostela: Dirección Xeral de Cultura - Xunta de Galicia, 1993, 303-17.

«As literaturas do 'Terceiro Mundo': os termos dunha polémica». *A Trabe de Ouro*, 13, 1993, 67-77.

«Presentación». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1992*, 1993, 7-8.

«Anxo Rei Ballesteros. *Loaira*». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1992*, 1993, 200-2.

«A novela policial. Fragmento de *Crime en Compostela*, de Carlos G. Reigosa». Rodríguez Fer, Claudio (ed.), *Comentarios de textos populares e de masas*. Vigo: Xerais, 1994, 193-229.

«Suso de Toro. *Tic-Tac*». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1993*, 1994, 240-3.

«Do nacionalismo literario a unha literatura nacional. Hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1994*, 1995, 67-81.

«David Lloyd: *Anomalous States. Irish Writing and the Post-Colonial Moment*». *A Trabe de Ouro*, 21, 1995, 125-8.

«O discurso literario galego e a configuración dun espacio público nacional no primeiro tercio do século XX: un marco de reflexión». Casas, Arturo (coord.), *Tentativas sobre Dieste*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1995, 13-29.

«*Loaira*: a cartografia dun texto labiríntico». *Grial*, 127, 1995, 345-69.

«Cara unha teoría da traducción para sistemas literarios *marxinais*: a situación galega». *Viceversa*, 1, 1995, 63-72.

«Valle-Inclán en *A Nosa Terra.* La actitud crítica de Vicente Risco». Salvador Miguel, Nicasio (ed.), *Letras de la España contemporánea. Homenaje a José Luis Varela.* Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 1995, 185-93.

«A cuestión dos xéneros na periferia literaria. Ámbitos de investigación». *A Trabe de Ouro*, 23, 1995, 343-52.

«Libros prohibidos na Francia prerrevolucionaria» [resenha de Robert Darnton, *The Forbidden Best-Sellers of Pre-Revolutionary France* (1995)]. *Grial*, 130, 1996, 282-6.

«Arturo Casas. *Rafael Dieste e a súa obra literaria en galego*». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1995*, 1996, 199-201.

«*La Vie littéraire au Québec. III: 1840-1869*» [resenha do volume coordenado por Maurice Lemire e Denis Saint-Jacques (1996)]. *A Trabe de Ouro*, 29, 1997, 93-8.

«Castelao e as contradiccións dunha lectura galeguista de Valle-Inclán». Fernández Salgado, Benigno (ed.), *International Conference on Galician Studies (4. 1994. Oxford). Proceedings of the 4th International Conference on Galician Studies. University of Oxford, 26-28 September 1994*. Oxford: Oxford Centre for Galician Studies, 1997, 183-96.

«Publishing and Selling Galician Literature». *Galician Review*, 1, 1997, 83-97.

«Antón Figueroa. *Lecturas alleas. Sobre das relacións con outras culturas*». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1996*, 1997, 223-7.

«¿Etnia ou nación? Algúns desafíos na articulación conceptual do fenómeno nacionalitario». *A Trabe de Ouro*, 32, 1997, 23-42.

«O criterio filolóxico e a configuración dunha literatura nacional: achegas a un novo marco de reflexión». *Cadernos de Lingua*, 17, 1998, 5-24.

«Notas para unha poética da desintegración na narrativa de Álvaro Cunqueiro». Kremer, Dieter (ed.), *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Vigo: Galaxia, 1998, 391-403.

«A reconfiguración do espacio literario galego actual: transformacións e desafíos». Vieites, Manuel F. (ed.), *Do novo teatro á nova dramaturxia (1965-1995)*. Vigo: Xerais, 1998, 15-32.

«Notas para unha avaliación da teoría da cultura no modelo sociolóxico de Pierre Bourdieu». *Grial*, 141, 1999, 111-32.

«A teoría dos campos sociais en P. Bourdieu». Álvarez, Rosario; Vilavedra, Dolores (coords.), *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó Profesor Xesús Alonso Montero*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1999, t. I, 1213-25.

«Un cuarto de século literario (case todo un milenio)». Fernández, Camilo (ed.), *A lingua e a literatura galegas nos alicerces do terceiro rexurdimento (1976-2000) = La llengua i la literatura gallegues als inicis del tercer ressorgiment (1976-2000)*. Terrassa: UNED, 1999, 66-9.

«Discursos sociais e literatura nacional: unha proposta paradigmática (Galicia como referente)». *A Trabe de Ouro*, 42, 2000, 163-77.

«¿Unha antoloxía de antoloxías ou unha macroantoloxía nacional? Notas para unha análise cuantitativa de *Río de son e vento*, unha antoloxía da poesía galega». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1999* (2000), 135-47.

«O século XIX no *Diccionario Enciclopédico* de Eladio Rodríguez». *Cadernos de lingua*, 21, 2000, 5-24.

«¿Unha noite neo-milenaria?». *Grial*, 145, 2000, 153-4.
«Un proxecto antolóxico en *A Nosa Terra* (1907-1908)». Riquer, Isabel de; Losada, Elena; González, Helena (eds.), *Profesor Basilio Losada: ensinar a pensar con liberdade e risco*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2000, 434-41.
«Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura». Lozano-Renieblas, Isabel; Mercado, Juan Carlos (eds.), *Silva.* Studia Philologica in honorem *Isaías Lerner*. Madrid: Castalia, 2001, 301-13.
«Producción, clasificación e comercialización da literatura, os catálogos de Edicións Xerais de Galicia (1980-1995)». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 2000*, 2001, 11-41.
«Os diccionarios de autoridades: a antoloxización lexicográfica da literatura galega». *Madrygal*, 4, 2001, 61-9.
«Soziale Diskurse und Nationalliteratur: Ein paradigmatisches Modell (unter besonderer Berücksichtigung der literarischen Diskurse in Galicien)». Gómez-Montero, Javier (ed.), *Minorisierte Literaturen und Identitätskonzepte in Spanien und Portugal: Sprache, Narrative Entwürfe, Texte.* Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2001, 3-39.
«Lexicografía e nación literaria». *Vieiros*, 29 de maio de 2001. <http://www.vieiros.com/nova/15718/>.
«Nacionalismo literario y teoría del campo literario: la experiencia gallega de las últimas décadas». Bermúdez, Silvia; Cortijo Ocaña, Antonio; McGovern, Timothy (eds.), *From Stateless Nations to Postnational Spain / De naciones sin estado a la España postnacional*. Boulder: Society of Spanish and Spanish-American Studies, 2002, 223-36.
«El exilio gallego y el discurso de la restauración nacional». *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, 6, 2002, 7-23.
«As imaxes emerxentes dunha cultura pública galega: dificultades e desafíos». Fuentes, Víctor (ed.), *España plurinacional: Creación e identidades / Plurinational Spain: Creation and Identities*, *Letras Peninsulares*, 2002, 249-68.
«Ecos do Rexurdimento cultural galego no epistolario de Menéndez Pelayo». *A Trabe de Ouro*, 53, 2003, 13-37.
«Súa Ilustrísima Carlos Casares: a alegorización da historia». Díaz-Fierros Viqueira, Francisco; Monteagudo, Henrique (coords.), *Carlos Casares. A semente aquecida da palabra*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2003, 163-70.
«La reivindicación de un 'Diccionario gallego' en el siglo XIX». *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, 58 (2), 2003, 5-32.
«A constitución monumentalista do pasado». *A Trabe de Ouro*, 54, 2003, 13-24.

«La articulación del discurso antológico gallego en el siglo XIX». *Bulletin of Hispanic Studies*, 80 (4), 2003, 485-508.

«Os 'prólogos' do *Diccionario* de Marcial Valladares». *Anuario de Estudios Literarios Galegos 2002*, 2004, 87-104.

«Lingua galega e literatura [Mesa redonda coordenada por X. González--Millán, com a participação de Darío Xohán Cabana, Antón Figueroa, Xosé Luís Méndez Ferrín e Antón Reixa]». Álvarez Blanco, Rosario; Fernández Rei, Francisco; Santamarina, Antón (eds.), *A lingua galega, historia e actualidade. Actas do I Congreso Internacional, 16-20 de setembro de 1996, Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega e Consello da Cultura Galega, 2004, vol. I, 65-96.

«Contribución a unha sociocrítica das prácticas filolóxicas». Álvarez Blanco, Rosario; F. Fernández Rei, Francisco; Santamarina, Antón (eds.), *A lingua galega, historia e actualidade. Actas do I Congreso Internacional, 16-20 de setembro de 1996, Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega e Consello da Cultura Galega, 2004, vol. III, 743-53.

«E. Pardo Bazán y su imagen del 'Rexurdimento' cultural gallego en la *Revista de Galicia*». *La Tribuna*, 2, 2004, 35-62.

«Exilio, literatura e nación». *Anuario Grial de Estudos Literarios Galegos 2003*, 2004, 16-27.

«Menéndez Pelayo y su proyecto historiográfico de una 'nacionalidad literaria' española plurilingüe». *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, LXXXII, 2006, 393-428.

«Exilio, literatura e nación». Núñez Seixas, Xosé Manoel; Cagiao Vila, Pilar (eds.), *O exilio galego de 1936: Política, sociedade, itinerarios*. Sada e Santiago de Compostela: Ediciós do Castro e Consello da Cultura Galega, 2007, 763-88.

Notas bio-bibliográficas

Álex Alonso Nogueira é professor titular do Brooklyn College, City University of New York, e investigador da área de literatura do Instituto da Lingua Galega, da Universidade de Santiago de Compostela. Atualmente está a trabalhar numa edição do romance *O silencio redimido*, de Silvio Santiago, e prepara um livro sobre as lições e as derrotas do exílio republicano, tentativamente titulado *Meditacións de inverno*.

Arturo Casas é catedrático de Teoria da Literatura na Universidade de Santiago de Compostela, onde também ensina Sociologia da Literatura, e membro colaborador do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Universidade do Porto. Os seus campos de especialização abrangem a literatura galega contemporânea, a metodologia da história literária, a poesia atual no espaço público, os estudos ibéricos e o exílio republicano. Entre as suas publicações recentes figura o volume *Procesos da historiografía literaria galega. Para un debate crítico* (2021). Foi co-editor de *Marxes e centros. Para unha socioloxía do campo cultural* (2015), de Antón Figueroa, e de *Textualidades (inter)literarias. Lugares de lectura y nuevas perspectivas teórico-críticas* (2020), *Resistance and Emancipation: Cultural and Poetic Practices* (2011) e *Performing Poetry: Body, Place and Rhythm in the Poetry Performance* (2011).

Helena González Fernández é diretora de ADHUC—Centre de Recerca Teoria, Gènere i Sexualitat, professora titular de Estudos Galegos e Portugueses na Universidade de Barcelona, e académica correspondente da Academia Galega. A sua investigação organiza-se arredor da crítica literária feminista, a cultura popular e a teoria das emoções. Publicou numerosos artigos, capítulos e livros sobre cultura galega (Rosalia de Castro, Manuel Antonio, Luís Seoane, Xohana Torres, Luz Pozo, María Mariño, Ana Romaní, Chus Pato, Margarita Ledo, Teresa Moure, María Reimóndez, Emma

Ríos), autoras brasileiras (Carol Bensimon, Hilda Hilst) e portuguesas (Raquel Freire), e mais as escritoras-testemunho da repressão franquista e nazi (Mercedes Núñez, entre outras). Desde 2014 coordena, com Mariám Mariño, *A Saia*, hemeroteca digital de publicações feministas e LGTBIQ+ (coedição ADHUC / Consello da Cultura Galega). Foi diretora das revistas científicas *Abriu: estudos de textualidade do Brasil, Galicia e Portugal* e *Lectora*.

María Liñeira é especialista em estudos galegos. Após graduar-se em Filologia Galega na Universidade de Santiago de Compostela, foi leitora de língua, literatura e cultura galegas na University of Oxford (Reino Unido), onde recebeu o título de doutora por uma tese intitulada *Literary Citizenship and the Politics of Language: The Galician Literary Field between 1939 and 1965*. Posteriormente, deu aulas de Estudos Hispânicos nas University of Exeter (Reino Unido) e en Maynooth University (Irlanda). Em *Galicia 21: Journal of Contemporary Galician Studies* foi editora da secção de resenhas. Entre as suas publicações, destacam-se a edição *El laberinto habitado. Los artículos de Álvaro Cunqueiro en «Destino» (1961-1976)* (Nigra Trea, 2007), e capítulos em *The Routledge Companion to Iberian Studies* (Routledge, 2017) e *A Companion to Galician Culture* (Tamesis, 2014). Os seus interesses de investigação incluem a sociologia da literatura, a tradução e os estudos culturais da alimentação.

Isaac Lourido é professor na Universidade da Corunha e membro do grupo de investigação ILLA. As suas linhas de trabalho centram-se nas metodologias da história literária, a literatura galega contemporânea e os processos de conflito cultural. É autor dos livros *História literária e conflito cultural. Bases para umha história sistémica da literatura na Galiza* (2014, XX Prémio Carvalho Calero de Investigação Linguística e Literária) e *Livros que nom lê ninguém. Poesia, movimentos sociais e antagonismo politico na Galiza* (2014). Foi co-editor das obras

Non Lyric Discourses in Contemporary Poetry (2012) e *La poesía actual en el espacio público* (2015). Na atualidade, faz parte dos projetos de investigação *Poesia atual e política II. Conflitos sociais e dialogismos poéticos* e *Campo editorial e cultura autonómica: Institucionalização e industrialização do livro na Galiza (1978-2026)*, financiados pelo Governo de Espanha.

Cristina Martínez Tejero é investigadora do grupo Galabra e professora na Universidade de Santiago de Compostela. Entre 2015 e 2019 foi investigadora pós-doutoral no Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, organismo ao qual continua vinculada como investigadora colaboradora. As suas linhas de investigação ligam a sociologia da literatura, a teoria da literatura ou a literatura comparada a áreas como os estudos culturais, o turismo ou os estudos ibéricos, com especial incidência nos casos galego e português.

Pablo Pesado é doutor em Estudos da Literatura e da Cultura pela Universidade de Santiago de Compostela com a tese *Realismo máxico, conflito nacional e metaficción historiográfica de referencia galega (1972-1987): modelos discursivo-ideolóxicos na narrativa de G. Torrente Ballester, V. F. Freixanes e X. L. Méndez Ferrín*. As suas áreas de investigação são a sociologia da literatura e a literatura comparada, quadros de trabalho que tem aplicado à literatura galega contemporânea e às suas conexões internacionais. Exerce como professor de Língua e Literatura Galega no ensino secundário. É membro do Conselho de Redação da revista *Clara Corbelhe*.

María do Cebreiro Rábade Villar é professora titular de Teoria da Literatura e Literatura Comparada na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela. As suas principais linhas de trabalho são as escolmas de poesia no âmbito peninsular, os estudos de memória e a análise da literatura do século XIX, temas que foram objeto de mono-

grafias, capítulos de livro e artigos em revistas como *Bulletin of Hispanic Studies*, *Rilce*, *Revista de Literatura*, *Romance Notes*, *Hispanófila*, *Revista de Estudios Hispánicos*, *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos*, *Revista Hispánica Moderna* ou *Anales de la Literatura Española Contemporánea.* Na atualidade exerce como investigadora principal de um projeto do plano estatal intitulado *A inscrição da memória cultural no espaço público: estratégias de consumo institucional do passado literário (1837-1978)*.

Coleção Através das Ideias

Carlos Taibo
Parecia não pisar o chão. Treze ensaios sobre a vida de Fernando Pessoa (3ª ed.)
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 1

Dionísio Pereira
Emigrantes, exilados e perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 2

Teresa Moure
Politicamente incorreta. Ensaios para um tempo de pressas
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 3

Isaac Lourido
Livros que nom lê ninguém. Poesia, movimentos sociais e antagonismo político na Galiza
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 4

Xoán Carlos Carreira Pérez e Emilio Carral Vilariño
O pequeno é grande. A agricultura familiar como alternativa: o caso galego
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 5

Dokushô Villalba
O que é o Zen? Introdução prática à meditação Zen
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 6

Joám Lopes Facal
Percursos sem roteiro
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 7

Carlos Calvo Varela
Diários
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 8

Mikael Bodlore-Penlaez
Atlas das nações sem estado na Europa
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 9

Rebeca Baceiredo
Animais de estimação e bestas de companhia
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 10

Bruna de Lara, Bruna Rangel, Gabriela Moura, Paola Barioni e Thaysa Malaquias
#NãoMeKahlo. Feminismo além das redes
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 11

Rebeca Baceiredo
Como não ser tranquilamente human@s
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 12

Teresa Moure
Linguística escreve-se com A
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 13

Arturo Casas, Isaac Lourido e Cristina Martínez (eds.)
Xoán González-Millán: A projeção de um pensamento crítico
ATRAVÉS | DAS IDEIAS 14